

cadernos de
ESTUDOS
SOCIAIS

Recife, v. 29, n. 2, julho/dezembro, 2014

ISSN 0102-4248

2014, Fundação Joaquim Nabuco, Diretoria de Pesquisas Sociais

Todos os direitos reservados, proibida a reprodução por meios eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros, sem permissão por escrito da Fundação Joaquim Nabuco e Diretoria de Pesquisas Sociais

Tiragem: 500 exemplares

Diretoria de Pesquisa Sociais, Fundação Joaquim Nabuco

Rua Dois Irmãos, 92 – Apipucos – CEP 52071-440 – Recife – Pernambuco - Brasil

PABX (81) 3073-6464 - Caixa Postal 1595

<http://www.fundaj.gov.br> | E-mail:

Capa: Carlos Eduardo Chiba / Tikinet

Diagramação eletrônica: Aline Maya / Tikinet

Pede-se permuta | On demande l'échange | We ask for exchange | Pidese permutate | Si richiede lo scambio
Man bittet um Austausch | Intershango dezirata

Cadernos de Estudos Sociais. Fundação Joaquim Nabuco, Diretoria de Pesquisas Sociais – v. 1, n. 1, 1985 – Recife: Fundaj, 1985 -

Semestral

ISSN 0102-4248

1. Ciências Sociais – Periódicos. I. Fundação Joaquim Nabuco.

CDU 3:061.6(05)



PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Fernando José Freire

DIRETOR DA DIRETORIA DE PESQUISAS SOCIAIS

Luis Henrique Romani Campos

EQUIPE EDITORIAL

Patricia Bandeira de Melo – editora-chefe

Isolda Belo da Fonte – editora

Joanildo A. Burity – editor

CONSELHO EDITORIAL CES – 2014

Edna Castro (UFPA)

Héctor Ricardo Leis (UFSC)

Ivan Targino (UFPB)

João Pacheco de Oliveira (Museu Nacional-RJ)

José Batista Neto (UFPE)

Maria de Nazareth Baudel Wanderley (UFPE)

Paulo Henrique Martins (UFPE)

Tania Bacelar de Araújo

Frédéric Vandenberghe (Iesp/UERJ)

Inaiá Carvalho (CRH/UFBA)

Jane Beltrão (UFPA)

João Policarpo R. Lima (Pimes/UFPE)

Marcus André Barreto Campelo de Melo (MDU/UFPE)

Marion Aubrée (França)

Silke Weber (UFPE)

Esta revista é indexada por: Índice de Ciências Sociais, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1987; CLASE- Citas Latino-Americanas em Ciências Sociales y Humanidades, Universidad Nacional Autónoma de México, México, D.F., 1986; Library of Congress, accessions list, Brazil: anual list of serials, Rio de Janeiro: The Office, 1976.

Os conceitos emitidos em artigos são de absoluta e exclusiva responsabilidade de seus autores.

Sumário

NOTA DOS EDITORES	7
<i>Patricia Bandeira de Melo</i>	
<i>Isolda Belo da Fonte</i>	
<i>Joanildo Burity</i>	
SOMBRAS DEL DERECHO COMO IDEAL NORMATIVO CONTEMPORÁNEO	11
<i>Kathya Araujo</i>	
DOM, PODER E VIOLÊNCIA (A PROPÓSITO DO MANIFESTO CONVIVIALISTA)	31
<i>Alba Zaluar</i>	
ENTRE VANGUARDA E PARTICIPAÇÃO: A DEMOCRACIA NO PROGRAMA POLÍTICO DA ESQUERDA BRASILEIRA (1930-1935)	47
<i>Wendel Antunes Cintra</i>	
A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E A ANÁLISE DE CONTEÚDO: INSTRUMENTOS QUE SE COMPLEMENTAM NA PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO	73
<i>Elisângela Domingues Michelatto Natt</i>	
<i>Alexandre de Pádua Carrieri</i>	
A MUSICALIDADE COMO AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL XAMBÁ	95
<i>Ivan Rodrigo Silva Novais</i>	

“O MUNDO TRAVESTI NÃO É TÃO DIFERENTE”:
REFLEXÕES SOBRE DISCURSOS,
ACESSO E ATENDIMENTO AOS SERVIÇOS
PÚBLICOS DE SAÚDE DOS TRAVESTIS
EM BALNEÁRIO CAMBORIÚ 121

Flávio Ramos

Ana Claudia Delfini Capistrano de Oliveira

Andreia Justen da Silva

Micheline Ramos de Oliveira

RESENHA CRÍTICA 139

Vitor Hugo Rinaldini Guidotti

Nota dos editores

Para encerrar o ano de 2014, chegamos ao segundo número da edição semestral da Revista **Cadernos de Estudos Sociais**, integralmente com artigos de temas livres. A edição é aberta com um texto da professora Kathya Araujo, do Instituto de Humanidades de la Universidad Academia de Humanismo Cristiano do Chile. No artigo, intitulado *Sombras del derecho como ideal normativo contemporáneo*, a autora tem como objetivo debater os efeitos do processo de penetração do direito como ideal normativo nas formas de estabelecimento do laço social, situando particularmente no estudo do seu impacto nos indivíduos e nas suas interações cotidianas. O texto resulta de pesquisa realizada no Chile pela professora.

No artigo seguinte, a professora Alba Zaluar, do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, analisa, no texto *Dom, poder e violência (a propósito do manifesto convivialista)*, alguns dados do estudo sobre os paradigmas norteadores do *Movimento Antiutilitarista dos Cientistas Sociais* (MAUSS), fundado por Alain Caillé e Jacques Godbout. Zaluar traz o debate para a realidade do mercado das drogas no Rio de Janeiro. É relevante destacar que, embora o nome oficial da sigla seja Movimento Antiutilitarista *nas Ciências Sociais*, a autora faz um uso peculiar do termo.

No terceiro texto, o professor da UNESP Wendel Antunes Cintra discute as concepções de democracia na esquerda brasileira entre 1930-1935, no artigo intitulado *Entre vanguarda e participação: a democracia no programa político da esquerda brasileira (1930-1935)*. No trabalho *A Teoria das Representações Sociais e a Análise de Conteúdo: instrumentos que se complementam na pesquisa em Administração*, Elisângela Domingues Michelatto Natt e Alexandre de Pádua Carrieri, ambos do Departamento de Administração da Universidade Federal de Minas Gerais, abordam a complementaridade teórico-metodológica entre a Teoria das Representações Sociais e a Análise de Conteúdo em estudos organizacionais e sobre a sociedade.

O artigo seguinte, *A musicalidade como afirmação da identidade cultural Xambá*, de autoria de Ivan Rodrigo Silva Novais, trata do fenômeno da identificação cultural exercido pela juventude da Nação Xambá, apontando a musicalidade como fundamental à afirmação da identidade da comunidade quilombola localizada em Olinda, Pernambuco. Vítima

de preconceito e de violência, os travestis são o tema do texto que fecha este número. O debate sobre um dos grupos sociais mais discriminados da sociedade brasileira é feito pelos professores Flávio Ramos, Ana Claudia Delfini Capistrano de Oliveira e Micheline Ramos de Oliveira, do Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Públicas Políticas da Universidade do Vale do Itajaí, e pela bacharela em Direito Andreia Justen da Silva.

Ao fecharmos o volume 29 da Cadernos de Estudos Sociais, esperamos que mais uma vez o periódico contribua para a divulgação da produção acadêmica no campo das ciências humanas. Destacamos, por fim, a relevância de novas contribuições para as próximas edições, salientando o caráter inter e multidisciplinar da revista. Boa leitura a todos.

Patricia Bandeira de Melo

Isolda Belo da Fonte

Joanildo Burity

Editores da Revista Cadernos de Estudos Sociais

SOMBRAS DEL DERECHO COMO IDEAL NORMATIVO CONTEMPORÁNEO

Kathya Araujo

Doctora en Estudios Americanos. Profesora, Instituto de Humanidades de la Universidad
Academia de Humanismo Cristiano. Email: kathya.araujo@gmail.com.

RESUMEN

El objetivo de este artículo es discutir uno los efectos de los procesos de penetración del derecho como ideal normativo – juridificación – en las formas de establecimiento del lazo social, pero centrándose en el estudio de su impacto en los individuos y sus interacciones cotidianas. Se basa en los resultados de una investigación llevada a cabo en Chile en la que se realizaron 20 Grupos de Conversación Dramatización (GCD), una técnica que combina las técnicas de Grupos de Conversación y de Dramatización vinculadas al teatro y la performance, de entre 5 a 8 participantes, compuestos por hombres y mujeres de sectores populares y medios, jóvenes y adultos. Los resultados mostraron de qué manera la presencia de lógicas societales que ordenan el campo de las interacciones sociales, que se expresan de forma diferencial según sector socioeconómico, erosionan o distorsionan la relación con el ideal normativo de derecho y terminan por producir una escisión moral en la sociedad.

PALAVRAS CLAVE: *Juridificación. Derecho. Ideales normativos. Lazo social. Chile.*

RESUMO

O objetivo deste artigo é discutir os efeitos do processo de penetração do direito como ideal normativo – Juridificação – nas formas de estabelecimento do laço social, centrando-se, notadamente, no estudo do seu impacto nos indivíduos e nas suas interações cotidianas. A reflexão se baseia nos resultados de uma pesquisa executada no Chile, em que foram realizados vinte Grupos de Conversação Dramatização (GCD), uma metodologia que combina as técnicas de Grupos de Conversação e de Dramatização vinculadas ao teatro e à performance. Cada GCD abarcou entre 5 e 8 participantes, entre homens e mulheres, jovens e adultos, provenientes de setores populares e médios. Os resultados mostraram de que maneira a presença de lógicas sociais que ordenam o campo das interações sociais, que se expressam de forma diferencial segundo a variação do setor socioeconômico considerado, corroem ou distorcem a relação com o ideal normativo e terminam por produzir uma clivagem moral na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: *Juridificação. Direito. Ideais normativos. Laço social. Relação dos indivíduos com as normas. Chile.*

ABSTRACT

The aim of this paper is to discuss one of the effects on the social bond of the expansion of Rights as a regulatory ideal, juridification, but focusing on the study of its impact on individuals and their interactions in everyday life. This paper is based upon the results of a research developed in Chile. Twenty Conversation Dramatization Groups (CDG), composed of 5 to 8 persons each, were carried out. Sex, age and socio-economic criteria were observed. The results showed the manner in which social interactional logics that have a differential impact upon different socio economic groups erode or distort the relation of individuals to this normative ideal and therefore end up to produce a moral split up in society.

KEYWORDS: *Juridification. Rights. Regulatory ideals. Social bond. Relationship between individuals and the norms. Chile.*

INTRODUCCIÓN

Que el derecho se ha convertido en un verdadero ideal normativo de nuestro tiempo (HABERMAS, 1998), es una afirmación que difícilmente puede ser puesta en cuestión. Si bien éste es un proceso que tiene que ser visto en la larga duración como una expresión de lo que con Giddens (1994) podríamos llamar el proceso de radicalización de la modernidad, lo cierto es que de manera creciente en las últimas décadas, actores e institucionalidades diversas - agencias internacionales, estados nacionales, movimientos transnacionales, institucionalidades locales, entre otras - se han visto impactadas y han aportado activamente a este proceso. Tal como lo ha planteado DOMINGUES (2009), poniendo el acento en el caso de América Latina, una tercera fase de la modernidad se desenvuelve en este último período, la que estaría caracterizada, entre otros, porque el sistema de derechos gana espacio en el imaginario y avanza en términos de institucionalización.

Los efectos de este proceso han tendido a ser discutidos desde diferentes perspectivas y en diversos niveles, por ejemplo, centrándose en la judicialización de los conflictos políticos y sociales así como la conversión de la ciudadanía en una noción política clave (MÉNDEZ, O'DONNELL Y PINHEIRO, 2002), pero lo han sido, de manera importante, a partir de un conjunto de fenómenos entrelazados articulados bajo la noción de juridificación (HABERMAS, 2001; TEUBNER, 1987).

BLICHER Y MOLANDER (2005) han diferenciado cinco dimensiones en las que este proceso puede ser comprendido: a) constitutiva (las

normas constitutivas de un sistema político aumentan las competencias del sistema legal); b) expansión de ámbitos a regular y diferenciación de la ley; c) creciente regulación de conflictos desde este marco¹; d) aumento del poder judicial²; y e) como framing: lo legal, el derecho, como un marco de referencia para las personas a partir del cual tienden a pensar crecientemente en ellos y en otros, y las relaciones entre ellos bajo la luz de un orden legal común, esto es perteneciendo a una comunidad con iguales derechos y deberes (BLICHER y MOLANDER, 2005, p. 23-27).

Es a las consecuencias de la juridificación entendida en esta última acepción, en cuanto *framing*, que se detendrá este texto. Se parte aquí del hecho que el marco constituido por el derecho no solo compete a estándares legales presentes en una sociedad. El marco de los derechos expresa una forma particular de vida, esto es, una forma de organización de las relaciones entre los miembros de una sociedad, le da una textura específica a las formas que se establece el lazo social. Esto supone una dimensión que trasciende la mera dimensión legal, pues sus efectos se diseminan afectando a una diversidad de relaciones sociales en contextos muy distantes del legal - judicial. La expansión del derecho tiene efectos que trascienden la dimensión legal, pues en tanto verdadero ideal normativo (y no solo norma) de las relaciones sociales, el derecho se constituye en instrumento de ordenamiento y enjuiciamiento de sí, de los otros, de la sociedad y de las relaciones en la sociedad. Se constituye en una clave de lectura y en una orientación (del lado del ideal) de las interacciones cotidianas y ordinarias. En este contexto, las consecuencias la expansión del ideal normativo de derecho no puede ser pensada solo en términos legales, jurídicos o judiciales sino como referencia ideal normativa individual para entender (y entenderse en) la sociedad y actuar en ella.

-
1. Lo que supone soluciones de tipo judiciales, legales (que implica el uso de razonamiento legal fuera de lo judicial), y legas (que implica un razonamiento legal aunque no se conforme e incluso pueda ser considerado desviante o interpretación errónea desde una perspectiva judicial). Esto quiere decir que una sociedad puede estar altamente juridificada aún cuando la experticia legal no esté involucrada directamente y el razonamiento legal no es perfecto, aunque para considerar la juridificación debe haber una alusión al derecho positivo (BLICHER y MOLANDER, 2005,p.16)
 2. Relacionado con aumento de la indeterminación y de la falta de transparencia, y en donde la discusión principal es el nivel aceptable de la inevitable indeterminación y falta de transparencia. Este proceso es conocido también como judicialización.

Los procesos de juridificación y sus efectos a nivel de los individuos y la sociedad, implican, por tanto, una revisión de la expansión del ideal normativo de derechos y sus efectos concretos en sociedades específicas.

En este texto voy a acercarme a estos efectos en el caso de la sociedad chilena. Pero no voy a hacerlo del lado luminoso de la misma, asociada con la pertinencia y deseabilidad de la instalación de una cultura de derechos y su observancia, tema tratado extensamente por la bibliografía, ya sea desde los pendientes para su realización (MÉNDEZ, O'DONNELL Y PINHEIRO, 2002), desde las agencias colectivas que movilizan este camino (AVRITZER, 2002; COSTA, 2002), o desde los procesos institucionales normativos (SMULOVITZ y URRIBARI, 2007), para nombrar solo algunas de las variadas entradas.

La intención aquí es acercarse la comprensión de los procesos de penetración del derecho como ideal normativo centrándose en el impacto del principio normativo de derecho en las interacciones ordinarias y, por tanto, en las formas de establecimiento del lazo social. Ésta es una cuestión extremadamente importante si, como lo sostiene Weber (1964), un orden normativo es mantenido o erosionado por individuos en interacción con otros individuos o instituciones. O, para decirlo de otra forma, si es que consideramos que la efectividad regulatoria del principio normativo de derecho depende de su capacidad vinculante para los individuos. Una discusión que se basa en los resultados de un estudio empírico realizado en el caso de Chile.

En concordancia con estas últimas indicaciones, la investigación³ desarrollada se propuso estudiar la relación de los individuos con las normas tomando como objeto de análisis la noción de derecho, no como derecho positivo sino como ideal normativo presente en nuestras sociedades. El objetivo era identificar las modalidades en las cuales el derecho aparecía o no actuando en los individuos e influyendo en sus interacciones⁴. Se trataba de saber si y cómo, en la sociedad chilena, la noción de derecho en cuanto principio normativo, participaba en la orientación de las formas de

3. Un estudio sobre la actuación del derecho como principio normativo en interacciones cotidianas, realizada con el apoyo de OXFAM-GB. Estas reflexiones se apoyan, también, en los resultados de la investigación “La autoridad y la democratización del lazo social en Chile”, FONDECYT N° 1110733 (CONICYT), aunque no haga por razones de espacio uso explícito de ellos aquí. Agradezco a ambas instituciones por el apoyo otorgado.

4. Para una presentación exhaustiva de los resultados, ver ARAUJO, 2009a.

presentación, legitimación y acción de los individuos, y cuáles los factores que explicaban esta influencia o la falta de ella⁵.

La presentación de la argumentación será realizada en tres pasos. En primer lugar, se presentarán las especificidades socio-históricas en el caso de Chile que se asocian con la expansión del ideal normativo de derecho en las últimas décadas. En segundo lugar, se discutirá brevemente el marco conceptual desde el que se sitúa aquí el modo de abordaje del fenómeno a estudiar, para, en tercer y último lugar, abordar los efectos de este proceso en la sociedad chilena, tal como emergen de los resultados de los estudios empíricos antes mencionados.

LOS CONTENIDOS DE LA DEMOCRATIZACIÓN Y EL AFIANZAMIENTO DEL DERECHO COMO IDEAL REGULATORIO SOCIAL

Como ya ha sido señalado, un rasgo central del mundo occidental es que la formulación del principio de respeto se ha realizado de manera relevante en términos de derecho (TAYLOR, 1992). No obstante, si es cierto que podemos considerar que los procesos de afianzamiento del derecho como verdadero ideal normativo tienen un carácter extendido y poseen una relativa simultaneidad, por lo menos en occidente, lo que les da un aire de familia que puede llevarnos a ciertas generalizaciones, por otro lado, es indispensable considerar que los mismos encuentran su especificidad según los marcos sociales, culturales y políticos específicos en los que se desarrollan. Esto es, que las modalidades en las que se constituyen conceptualmente así como las formas en que se implementan responderán al entramado de los contextos de recepción en los que se realiza su modelación (ARAUJO, 2010).

En América Latina, la importancia del derecho como ideal normativo para la regulación de las relaciones sociales, apareció con fuerza inusitada en las décadas recientes de la mano con el entronizamiento de la ciudadanía como clave política (MÉNDEZ, O'DONNELL Y PINHEIRO, 2002). Para muchos de los países sudamericanos, ello coincide especialmente

5. Para llevar a cabo este estudio se realizaron 20 Grupos de Conversación Dramatización (GCD), una técnica que combina las técnicas de Grupos de Conversación y de Dramatización vinculadas al teatro y la performance, de entre 5 a 8 participantes, compuestos por hombres y mujeres de sectores populares y medios, jóvenes y adultos. Para una presentación detallada y discutida de los aspectos metodológicos, ver ARAUJO, 2014 y 2009a.

con la salida de las dictaduras. Es el caso de Chile, en donde la expansión discursiva y el peso que cobra en la reestructuración institucional del ideal normativo de derecho, que va de la mano con la ciudadanización de los sujetos, coincide con el retorno a la democracia luego de diecisiete años de dictadura en los años noventa.

Éste es un proceso en el que participan de manera explícita o implícita diversos actores: el estado, los movimientos sociales, los organismos internacionales, etc. (ARAUJO, 2009b; DRAKE Y JAKSIC, 2002; TOLOZA Y LAHERA, 1998; GARRETÓN, 2000; DE LA MAZA, 2002), con grados distintos de compromiso y consistencia. Es ésta una expansión que debe ser entendida en el contexto de una retórica política que conjugó las tareas de modernización y democratización (GARRETÓN, 2000).

En el caso del estado: varios fueron los retos reconocidos en el camino a la democratización, entre ellos, principalmente: la reconfiguración del sistema y el escenario político (GARRETÓN, 2000); la transformación del Estado (modernización del Estado), tanto en términos de gestión como de orientaciones normativas (TOLOZA y LAHERA, 1998); y la reconfiguración de la relación entre el aparato estatal y gubernamental y la sociedad (GARRETÓN, 1999). En este último contexto, cuando la democratización fue pensada de cara a la sociedad y a sus individuos, la clave principal de lectura fue la ciudadanización lo que se afirma en el impulso a la introducción de un enfoque de derechos en el estado (GUZMÁN, 2013). En consonancia, la interpelación al individuo como diría ALTHUSSER (2003), ha sido a constituirse como sujeto de la ciudadanía, modelo normativo asociado a la noción de sujeto de derechos. Este modelo ha sido movilizadado en campañas públicas, como substrato de políticas públicas o sociales, en programas de intervención, etc.

Sin embargo, vale la pena subrayar que el desarrollo de estas tareas tuvo diferentes límites. Si bien estos han recaído en las tres esferas antes mencionadas, probablemente en donde los límites se han mostrado de manera más patente y con mayores consecuencias percibidas sea la última mencionada: el enfrentamiento de las tareas de democratización de cara a la sociedad. Por un lado, la crítica se ha centrado en las deficiencias de la promesa gubernamental en términos de su propia propuesta de ciudadanización. El contenido de los límites ha sido especificado de diferentes formas. Por ejemplo, se ha subrayado que a pesar de haberse concebido la participación como una vía para democratizar las relaciones con la sociedad, no se implementaron y desarrollaron sustentables y efectivos procesos de participación (DE LA MAZA, 2002). Otro argumento ha sido

que las ofertas de democratización se vieron confrontadas con la estrategia de reducción del espacio público y una suerte de elitización y clausura creciente de la interlocución política asociadas a las prácticas extremadamente consensuales (GARRETÓN, 2000; JOCELYN- HOLT, 1999).

En este proceso, les cupo un papel importante a los organismos internacionales. En efecto, en el caso de Chile el período estuvo marcado por una fuerte receptividad a las agendas y a las concepciones provenientes de la esfera transnacional, esencialmente por dos razones. Por un lado, por la necesidad de legitimación internacional, luego de una larga época de aislamiento, especialmente en la última época de la dictadura. La legitimación es buscada ya sea como legitimidad simbólica capaz de aportar elementos al capital político o como legitimidad política que facilita el acceso a recursos materiales. Pero, por otro lado, esta apertura a las esferas internacionales, debe ser entendida como resultado de la búsqueda de orientaciones que en esta esfera se había impuesto el gobierno en términos de democratización del país y de reconfiguración del Estado (GUZMÁN, 2002).

De este modo, los procesos de transformación del Estado, en sus dimensiones normativas, se han producido en consonancia (y no de manera azarosa) con procesos que se producían en el ámbito internacional, sobre todo a nivel del sistema de las Naciones Unidas. La coincidencia estratégica y conceptual muestra bien hasta qué punto los procesos propios a la esfera internacional se desarrollan en una relación circular de retroalimentación con los procesos nacionales. Pero, esta relación con las agendas y marcos conceptuales de los organismos internacionales vale tanto para el Estado como para muchos de los movimientos sociales.

Los movimientos sociales desarrollan, así, como es sabido, una doble estrategia. Por arriba (*upstream*), impactan a los organismos internacionales, los que a su vez influirán en los Estados nacionales. Por abajo (*downstream*), en estrecho contacto y consonancia estratégica y conceptual con la dimensión transnacional, impactan en los Estados nacionales. Aunque este proceso se debe analizar según las especificidades de cada región y país, puede funcionar como una matriz general⁶. Los marcos interpretativos y estratégicos de movimientos sociales transnacionales en pugna con múltiples discursos estatales encuentran ciertas vías de cristalización en los discursos de los organismos internacionales. En su “camino de regreso” en dirección

6. Para una presentación detallada y de los procesos de recepción involucrados en el caso del estado y feminismo chileno a partir de la década de los noventa, ver ARAUJO, 2009b.

del ámbito nacional, los discursos del movimiento transnacional como los de los organismos internacionales, influyen y reconfiguran las agendas y los modos de conceptualización de los movimientos en su versión nacional (MARQUES PEREIRA et al, 2010). Es en el seno de esta dinámica en la que los movimientos sociales, en su faz institucionalizante, son ellos mismos promotores y estímulos para la asociación entre democratización y ciudadanización, y el fortalecimiento de la noción de derechos como oferta normativa para la producción de sujetos. El caso del movimiento feminista y de mujeres es expresivo, pero no único: desarrollan a partir de los noventa discursos expertos, profesionalizantes (RÍOS, GODOY Y GUERRERO, 2003); ponen énfasis en estrategias jurídicas y de judicialización y enfatizan la relación con las mujeres desde la perspectiva de su constitución como ciudadanas (es decir, conscientes del entramado de derechos que las asiste y con capacidad de agencia para reclamarlos), dejando atrás formas de constitución previas de las individuos “mujeres” como la solidaridad o concienciación (VALDÉS, 2000; BARRIG, 1997; ÁLVAREZ, 1998).

Así, tanto el Estado como los movimientos sociales, en vinculación con los organismos internacionales, en su tendencia a “ciudadanizar” la lectura de la sociedad y sus individuos, esto es, leer a la sociedad y los individuos y las tareas de democratización implicadas básicamente en clave de ciudadanía, dan el marco principal para los modos en que se va a dar la expansión y afianzamiento del ideal normativo de derecho en esta sociedad.

Por supuesto, la expansión de un ideal no dice automáticamente de sus efectos en la sociedad, y, en particular, de esta expansión no se deduce de qué manera el ideal es movilizadado por los individuos en sus acciones cotidianas y ordinarias. Para entender los efectos de esta expansión, que es el objetivo último de este artículo, es indispensable acercarse en detalle la cuestión del ideal y su alcance. Es a lo que se abocará el apartado siguiente.

LOS IDEALES NORMATIVOS: CUESTIONES TEÓRICAS

Como ya lo he discutido teóricamente en otro lugar, a partir de resultados de investigación empírica, las ofertas normativas ideales no tienen una relación de causalidad directa en la orientación de las acciones de los individuos. La acción encontrará su orientación en la articulación que realizará cada cual (configuración de sujeto que hay que entender como un ordinario y continuado trabajo moral) de los ideales ofrecidos socialmente e inscritos en cada cual y de las experiencias sociales enfrentadas y

decantadas como saber sobre lo social (ARAUJO, 2009a; ARAUJO, 2012). En corto, cuando tengo que dar cuenta de la acción de los individuos en la sociedad, requiero considerar que ésta se orienta y legitima por las configuraciones de sujeto en juego en los individuos en cuestión. Configuraciones que son efecto de la articulación combinada de las experiencias decantadas en saber sobre lo social y de los ideales sociales inscritos en el Ideal del Yo individual.

De este modo, vale la pena insistir, el Ideal no es referencia única para entender la acción, aunque su influencia es constante. Por otro lado, y de manera central, es necesario considerar que el sujeto ideal no es el sujeto encarnado. Primero, porque los ideales sociales no actúan de manera directa y mecánica influyendo los procederes de los individuos (como lo supuso en el fondo el modelo clásico de la socialización desde Parsons en adelante). Segundo, porque el sujeto no precede a la experiencia. El sujeto se produce en relación con la experiencia y en cierta medida como su efecto. Suponer que hay un sujeto ideal más allá de la experiencia social, del cual se espera que cumpla con sostener la norma, es, por decir lo menos, un exceso de idealismo en la concepción de sujeto, el que nos conduce a callejones sin salida cuando intentamos dar cuenta de los fenómenos que enfrentamos.

Los sujetos no organizan sus percepciones ni sus acciones meramente a partir de orientaciones normativas, en el sentido que, aunque ellas funcionan como orientación y soporte, no están constituidas puramente por una dimensión ideal. Una visión que, como lo muestra el célebre trabajo de Robert Bellah y su equipo, conduce a privilegiar un número reducido de modelos de sujeto, fuertemente normativos, que los individuos se limitarían a encarnar en proporciones variables (BELLAH, MADSEN, SULLIEVAN, SWIDLER y TIPTON, 1985). De esta manera, el individuo no está librado a la acción del ideal. Dicho en otros términos, no está en posición de indefensión pasiva o acatamiento necesario frente a la dimensión normativa. Los ideales, los modelos de sujeto y los dispositivos que buscan encarnarlos materialmente no se apropian totalmente de las conciencias y de los cuerpos, porque la experiencia social funciona como barrera y como tope. Visto desde la perspectiva del lazo social y la convivencia social: los ideales en una sociedad son intrínsecamente inestables y frágiles porque estarán siempre a merced de los impactos y requerimientos que emergen de la experiencia social. Mientras que el saber decantado de las experiencias sociales siempre se encontrará tamizado por la acción de los ideales actuantes.

Pongamos un ejemplo: los principios meritocráticos. Si mi experiencia, ya sea producida por lo vivido directamente o por lo que me ha sido relatado, me dice que las relaciones personales, y las influencias que de ello derivan tienen un peso significativo en los procesos de selección de personal y contratación, aunque el ideal de sujeto moderno cuyo valor reside en sus méritos individuales pueda estar funcionando como ideal movilizador para mí, me puedo ver inclinado a actuar en función de lo que la primera me muestra. El saber decantado de lo social muestra que mi valor reside en el entramado de relaciones familiares y amicales al que pertenezco y que puedo movilizar. De este modo, es la acción combinada de las experiencias sociales en su encuentro con los horizontes producidos por el Ideal, lo que va a definir las vías abiertas y vedadas, las estrategias apropiadas e inapropiadas para presentarse y habitar lo social, y, por lo tanto, y en última instancia, da luces sobre el impacto que tiene en las formas que toma el lazo social.

Tomando en cuenta estas indicaciones, presentaremos, entonces, algunas cuestiones centrales sobre los efectos de la expansión del ideal normativo de derecho en la sociedad chilena en el apartado siguiente.

EL DERECHO COMO IDEAL NORMATIVO Y EL LAZO SOCIAL

Nuestros resultados de investigación mostraron que la expansión del ideal normativo no solo tenía aristas positivas, sino que también algunas sombras, las que se encontraban en directa relación con el conjunto de las experiencias sociales que tienen los individuos. Lo que nuestros análisis revelaron será presentado en un argumento en seis pasos.

1. La noción de derecho se constituye en la sociedad chilena en una de las ofertas más extendidas de ordenamiento y sentido para el lazo social. Los individuos reconocen esta oferta y la movilizan y procesan, aunque, como veremos, siempre en función de las experiencias sociales a las que se está expuesto. Como nuestros resultados lo han mostrado, el ideal normativo se encuentra inscrito en los individuos, es decir, es una dimensión a partir de la cual nombran sus experiencias, entienden las relaciones con los otros y se piensan a sí mismos. Sin embargo, son las experiencias sociales las que terminarán por definir los modos específicos de inscripción que éste tiene en los individuos. Ahora bien, estas experiencias, en el caso de la sociedad chilena, se declinan principalmente en función de la posición social ocupada según criterios socioeconómicos (aunque género y generación participen como lentes de difracción importante). El clivaje

socio-económico, expresado en una representación constitutiva de la sociedad como polarizada entre ricos y pobres, se constituye en la clave hermenéutica tanto de experiencias como del funcionamiento de los ideales en esta sociedad.

De esta manera, aunque la noción de derecho es una oferta extendida, su inscripción es diferencial en el caso de los sectores medios y sectores populares: los primeros evidenciando lo que podríamos denominar el ideal desmedido, mientras que los segundos revelan un ideal difuso, volveremos a esto más adelante.

2. La extensión del ideal normativo de derecho a pesar de los diferenciales en su inscripción y acción está presente en la conformación de las expectativas de los individuos respecto a la sociedad y sus instituciones. Las expectativas, como señalaba Parsons (JOAS y KNÖBL, 2009), van a intervenir en la evaluación de las experiencias que se enfrentan, en la conformación de los juicios que se realizan y en la orientación de la acción. Ellas ordenan lo que se espera legítimamente recibir en lo social construyen, para usar algo libremente la expresión de Koselleck (1993), un horizonte de expectativa. Con ello, principalmente, contribuyen ya sea a la adhesión, al descontento, a la decepción o a la desafiliación del lazo social. Lo hacen porque el fundamento de la pertenencia o enlazamiento, está, de esta manera, fuertemente asociada a la magnitud y efectos de la distancia (por cierto constitutiva) entre Ideales y experiencias sociales.

3. En el caso estudiado la distancia entre expectativas ideales y experiencias sociales tiene efectos en la relación con el ideal normativo de derecho pues erosiona la confianza en su capacidad de regular efectivamente las relaciones en la sociedad. En la sociedad chilena, en el contexto de la expansión de la noción de derecho como ideal en la regulación de las relaciones sociales y de las formas de producirse como sujeto en lo social, lo que se revela es una percepción de la gran distancia entre el ideal normativo y aquello que las experiencias sociales entregan como saber sobre las lógicas que ordenan el funcionamiento social. Veamos esto en detalle, tomando en cuenta la declinación diferencial del ideal, la que, como ya fue mencionado, el caso de Chile se vincula prioritariamente a las experiencias que les tocan a los individuos en función de la posición social ocupada.

Los sectores medios movilizan mayoritariamente, como ya se señaló, lo que podríamos llamar un ideal desmedido, en cuanto apelan a la capacidad regulatoria del derecho sobre interacciones claramente relacionadas con otras lógicas o principios, como la lealtad, las obligaciones privadas o la cortesía. Pero esta movilización del derecho, debido a lo que las

experiencias sociales les revelan, es principalmente retórica: central en la constitución de la imagen de sí, bastante más debilitada en la comprensión de la sociedad y en la orientación de la acción. La figura del pragmático es la configuración de sujeto más extendida en este sector y está caracterizada por un sometimiento retórico al ideal, una orientación de la acción por el saber decantado de la experiencia social que contraviene al ideal y un trabajo permanente de auto-justificación.

Los sectores de menores recursos, como también fue mencionado, evidencian en términos generales un difuso ideal. La masividad de la experiencia social que niega el orden de derecho y su potencia regulatoria interviene aquí de manera masiva. El derecho, experimentado en su debilidad (incapaz de regular abusos, por ejemplo), o en su inadecuación (normas legales que son producidas para realidades sociales que no les competen, por ejemplo, la ley de contaminación acústica aplicadas a viviendas sociales escasamente aisladas acústicamente y muy pequeñas), termina siendo percibido como una producción que apoya intereses de clase que no son los propios. La apelación al derecho en este caso, en consonancia, es principalmente instrumental: una herramienta de protección puntual, aunque vital, y no un elemento orgánico en la producción de la imagen de sí y de la sociedad y en la orientación de la acción. El derecho es convocado pero por fuera de una imagen de sociedad ordenada por un orden común e igualitario de derechos y deberes. La igualdad como principio normativo que debería sustentar esta forma de ordenamiento social (ROSANVALLON, 2010), es percibida también como de débil actuación.

4. Las experiencias sociales que erosionan las expectativas producidas por la expansión del ideal normativo se relacionan con la pervivencia de cuatro lógicas sociales que gobiernan las interacciones y definen las exigencias para las formas de actuación y presentación de los individuos en esta sociedad.

La lógica de las jerarquías. Se trata aquí por cierto de la pervivencia de una sociedad extremadamente jerárquica (BENGOA, 2006; ICSO, 2010), en el contexto de la aparición y espacios de democratización de las relaciones sociales gracias al consumo, las transformaciones en las relaciones íntimas y la relación consigo mismos (PNUD, 2002, 2009, 2010; VALDÉS, CASTELAIN-MEUNIER y PALACIOS, 2006). Pero se trata por sobre todo de la experiencia de uno de los mecanismos relevantes para el mantenimiento de la misma: el sostén de la jerarquía por medio de la negación o borramiento del otro. Esto se expresa ya sea en la ausencia del otro como referencia (en el caso de los sectores medios), o en la representación

extendida en los sectores populares que los únicos ojos que los ven son los ojos vigilantes: los del estado que en sus políticas de intervención en poblaciones ilumina las zonas de peligro; en las del guardia de seguridad de los supermercados, especialmente en los barrios ricos; en la mirada siempre sospechosa de la policía respecto a los jóvenes.

La lógica de los privilegios. Su permanencia en la sociedad es experimentada asociada a determinaciones de género y generacionales, y étnicas, pero es leída principalmente en términos de clase. La experiencia de una sociedad poco meritocrática (NAVIA y ENGEL, 2006), en la que, por ejemplo, es indispensable como elemento de nivelación y recurso al pituto (movilizar influencias) (BAROZET, 2006), en el que el nepotismo es una práctica recurrente y extendida en la clase política y más allá de ella, en la que el apellido y las redes familiares son centrales para definir las oportunidades (NÚÑEZ y GUTIÉRREZ, 2004).

La lógica de la confrontación de poderes. El espacio social es percibido como un espacio de enfrentamiento de poderes, en el cual el abuso es una constante debido a la desregulación de estas relaciones. El uso desregulado del poder y la confrontación como clave están en la base de las maneras de definir no tan solo el acceso a bienes o prerrogativas sino aún más el propio lugar social. Esto tiene como efecto la desmedida importancia que tiene en ella la movilización constante aunque cauta de signos de poder, los juegos de “tasación” y las estrategias sociales de cálculo y evitación que gobiernan las relaciones. En este contexto, toda posibilidad de horizontalidad relacional es desarmada, porque los signos de horizontalidad tienden a ser leídos como signos de debilidad.

La lógica del autoritarismo y la desestimación de la autoridad. Lo que aparece en este punto es el deslizamiento permanente en las interpretaciones situacionales y de la acción entre cualquier acto de autoridad y su lectura como autoritarismo. El autoritarismo es una clave de comprensión pero también de acción extendida. Hay una tendencia a utilizar al autoritarismo como clave de lectura crítica indiscriminada, lo que tiene el efecto paradójico que la capacidad de diferenciación entre lo autoritario y la autoridad aparece velada. La autoridad, es así, difícilmente discernible, reconocible y legitimada. El modelo de autoridad es el modelo del autoritarismo finalmente. La relación con las normas en este contexto aparece necesariamente como una imposición acatada pasivamente, y no como un consentimiento activo, con mucha frecuencia.

Lo que resulta importante subrayar es que todas estas lógicas sociales están presentes en la experiencia social cotidiana, desde la experiencia en el

transporte público hasta la experiencia de las interacciones y funcionamiento de la política pasando por las interacciones en los servicios de salud públicos o las escuelas. Todas estas experiencias ponen en cuestión de manera encarnada y continuada el principio de igualdad, no en el sentido de igualdad económica o ante la ley, sino una dimensión fundamental de la igualdad que es la igualdad en las interacciones cara a cara. Principio de la igualdad que es fundamento de la posibilidad que la noción de derecho aparezca actuando en la regulación social. El privilegio legitima las diferencias basadas en las jerarquías consideradas naturales a las que se opone la igualdad desde una perspectiva histórica y sociológica (DUMONT, 1983). El uso desregulado del poder, interfiere en el desarrollo de la confianza indispensable para la coordinación social, y bloquea la posibilidad del establecimiento de un espacio común entre los individuos más allá de sus particularidades. Estas lógicas, transforman diferencias en desigualdades de status y condición. Intervienen desordenando el campo de relaciones y obstaculizando la generación del espacio común (DA MATTA, 2002). Testimonian de la vigencia de una estructuración jerárquica de la sociedad (BENGOA, 2006; LARRAÍN, 2001; SALAZAR y PINTO, 1999); y participan de manera activa en calidad de obstáculo para la construcción de un espacio que enlace a los individuos más allá de sus particularidades y que les permita, en un cierto registro, la experiencia de igualdad necesaria para producir una imagen de la sociedad y de sí mismos en ella que es fundamento de toda democracia real.

5. La simultaneidad de la expansión del ideal normativo de derecho con la presencia de lógicas sociales que niegan sus fundamentos explica el hecho que la expansión del primero tenga efectos fisiales discernibles para el lazo social. Estos efectos se pueden leer tanto en términos de procesos generales como a partir de la presencia de algunas configuraciones de sujeto (matrices que ordenan la acción y su legitimación).

En los sectores de menores recursos, por intermediación de las experiencias sociales de desigualdad en dignidad, discriminación y abuso de poder, la creencia en el ideal normativo de derecho como clave de sentido y orientación de las prácticas e interacciones sociales está debilitada. La sociedad es vista como dos esferas que no se tocan, los ricos y los pobres, arriba y abajo, y la ley está situada arriba de manera que la norma se encuentra en exterioridad.

En los sectores medios, la fortaleza de la legitimación moral del principio de igualdad y su papel como fundamento de un orden de derecho en el cual éste es un elemento central para la regulación social, se topa con una orientación pragmática que los lleva a ser sostenes activos de

prácticas reñidas con los principios que dicen asumir. El saber sobre lo social les revela una sociedad compleja que continúa estando constituida de manera fundamental en este caso por dos de las lógicas relacionales antes mencionadas, poder desregulado y privilegio, a las que hay que responder en sus propios términos para evitar caer en lo más temido: la posición de desventaja. La sociedad es un espacio de confrontación de poderes, de ejercicio de privilegios en la que lo común sucumbe frente al empuje a un manejo individual cada vez más elaborado (dada la creciente diferenciación) de las estrategias para orientarse en lo social.

Una división moral se instala en la sociedad, una división marcada por el hecho que los destinos de la relación con principios normativos comienzan a tomar caminos divergentes. El tipo de relación con la norma y el tipo de sujetos posibles se diferencian crecientemente entre un sector y otro. Un efecto fisional se produce en el lazo social cuando la relación con los ideales normativos que pretenden acomunarnos se establecen, como es aquí el caso, desde la desconfianza, desde la impotencia, desde la resignación, o, de manera grave y urgente, desde el rechazo radical que lleva a instaurarse a sí mismo como la ley.

6. Los efectos fisionales son resultado, así, de la falta de atención a la presencia de lógicas sociales expresadas a nivel de la interacción social, que son erosivas o, por lo menos, deslegitimantes de ideal normativo regulatorio. En el caso discutido, esta falta de atención se asocia con que la democratización ha sido pensada, por los diferentes actores (Estado, movimientos sociales, academia), privilegiadamente en términos político institucionales, y se ha dejado de lado la perspectiva de la democratización del lazo social (ARAUJO y MARTUCCELLI, 2012). Esto se asocia al que se haya concentrado en la tarea de ciudadanización no considerando que ésta requiere como fundamento experiencias encarnadas y cotidianas que la llenen de sentido y que confirmen sus fundamentos (experiencias de igualdad, de respeto, de dignidad). Dejar de abordar estas dimensiones ha tenido como consecuencia dejar intactas lógicas sociales que desmienten, como efecto de líquido de contraste, el ideal normativo de derecho que los actores, a partir de los procesos impulsados fuertemente en las últimas décadas, han efectivamente colocado como uno de los indicadores centrales de su evaluación de la sociedad.

El recorrido realizado permite ver con claridad que la noción de derecho como ideal normativo para la regulación de las relaciones sociales

se llena de contenidos en la experiencia social concreta de las personas, y, por lo tanto, es una noción viviente y no abstracta. Pero, también, permite establecer que, para el caso de Chile, por lo menos, es evidente que hay varias tareas pendientes de cara a los efectos de la juridización desde la perspectiva de los procesos de *framing*.

Primero: dar un nuevo contenido a la idea de democratización es una tarea política pendiente de todos los actores políticos y sociales concernidos. Se requiere tomar en cuenta la democratización del lazo social. Las tareas de democratización no solo se alcanzarán con reformas estructurales ni transformaciones institucionales sino, también, tomando en cuenta lógicas sociales expresadas a nivel de las interacciones.

Segundo: prestar atención en el análisis a lo que está en juego a nivel de los individuos. Esto es: a) pensarlos más allá de la expectativa normativa del modelo de ciudadano en consonancia con sus determinantes contextuales socio-históricas, y b) considerar el ordinario trabajo moral de sujeto que desarrollan los individuos, el que pone en cuestión una lectura causal directa entre el ideal y la acción individual. Esto es tomar en cuenta que hay mediaciones entre el ideal y la acción y la principal es las experiencias sociales que el individuo debe enfrentar.

Tercero: y este es un pendiente para la continuidad del trabajo aquí presentado, estudiar, identificar y movilizar los principios normativos a los que efectivamente se apela en la acción en una sociedad específica, y hacerlo fuera de la noción de déficit. Esto resulta relevante pues situar aquello que mueve a los individuos de nuestras sociedades puede ser una base para que el ansiado re-enlazamiento emocional – libidinal a la tarea política sea alcanzado: cuando el llamado a los individuos haga eco en ellos porque ellos se reconozcan en él.

REFERENCIAS

ALTHUSSER, Louis (2003). Ideología y aparatos ideológicos del estado. En ZIZEK, Slavoj (Comp.), *Ideología, un mapa de la cuestión*. México: FCE.

ÁLVAREZ, Sonia (1998) Los feminismos latinoamericanos se globalizan en los noventa: retos para un nuevo milenio. En Tarrés, María Luisa (ed.). *Género y cultura en América Latina*. México: El Colegio de México, pp. 89-136.

ARAUJO, Kathya (2009a). *Habitar lo social. Usos y abusos en la vida cotidiana en el Chile actual*. Santiago: LOM.

____ (2009b) *Los procesos de transnacionalización como procesos de recepción. Agendas transnacionales y contextos locales en el caso de Chile*. Universum. Revista de Humanidades y Ciencias Sociales, 2009, Año 24, Vol. 2: 13-28.

_____ (2010) *Trasnationalisation et politiques publiques. Le processus d'institutionnalisation des agendas féministes*, en: MARQUES PEREIRA, B., MEIER, P., PATERNOTTE D (eds), **Au-delà et en deçà de l'Etat. Le genre entre dynamiques transnationales et multiniveaux**, Louvain La Neuve: Academia Bruylant, pp.121-134

_____ (2012) *La relación con las normas en América Latina y el ordinario trabajo moral del sujeto*. En KRON, Stefanie, COSTA, Sérgio, BRAIG, Marianne (eds.). **Democracia y reconfiguraciones contemporáneas del Derecho en América Latina**. Madrid: Iberoamericana, p. 19 – 41.

_____ (2014) *Artesanía e incertidumbre: el análisis de los datos cualitativos y el oficio de investigar*. En M. Canales (Coord.). **Escucha de la escucha. Análisis e interpretación en la investigación cualitativa**. Santiago: LOM editores. p. 43 - 73.

ARAUJO, Kathya, Martuccelli, Danilo (2012) **Desafíos Comunes. Retrato de la sociedad chilena y sus individuos**. Santiago: LOM.

AVRITZER, Leonardo (2002). **Democracy and the public space in Latin America**. New Jersey: Princeton University Press.

BAROZET, Emmanuelle (2006). **El valor histórico del pituto: clase media, integración y diferenciación social en Chile**. *Revista de Sociología*, 20:69-96.

BARRIG, Maruja (1997). **De cal y de arena: ONGs y movimiento de mujeres en Chile**. Lima: Mimeo.

BELLAH, Robert *et al.* (1985). **Habits of the Heart**. Berkeley: University of California Press.

BENGOA, José (2006). **La comunidad reclamada. Identidades, utopías y memorias en la sociedad chilena actual**. Santiago: Catalonia.

BLICHTNER, Lasrs; MOLANDER, Anders (2014). **What is juridification?** Working Paper, No.14, March 2, Arena. Centre for european studies 2005. University of Oslo, Disponible en <<http://www.arena.uio.no>>, fecha de consulta 22 de septiembre.

COSTA, Sérgio (2002). **As cores de Ercília: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais**. Belo Horizonte: UFMG.

DA MATTA, Roberto (2002). **Carnavales, malandros y héroes. Hacia una sociología del dilema brasileño**. México: FCE.

DE LA MAZA, Gonzalo (2002). "Los movimientos sociales y la democratización en Chile". En Drake, Paul; Jaksic, Iván (Eds.). **El modelo chileno. Democracia y desarrollo en los noventa**. Santiago: LOM, p. 377-405.

DOMINGUES, José Maurício (2009). **La modernidad Contemporánea en América Latina**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno.

DRAKE, Paul; JAKSIC, Iván (Eds.). **El modelo chileno. Democracia y desarrollo en los noventa**. Santiago: LOM.

DUMMONT, Louis (1983). **Essais sur l'individualisme**. Paris: Seuil

GARRETÓN, Manuel Antonio. (1999). **Igualdad, ciudadanía y actores en las políticas sociales**. *Revista de Ciencias Sociales*, 1999, 9:41-52.

_____ (2000). **La sociedad en que vivi (re) mos**. Santiago: LOM.

GIDDENS, Anthony (1994). **Modernidad e identidad del yo: el yo y la sociedad en la época contemporánea**. Madrid: Península.

GUZMÁN, Virginia (2002). **Las relaciones de género en un mundo global**. Serie Mujer y Desarrollo, N°. 38. Santiago: CEPAL.

_____ (2013). **Discurso de género e institucionalidad pública en Chile 1980- 2010**. En Claudia Mora (ed.) **Desigualdad en Chile: la continua relevancia del género**. Santiago: Universidad Alberto Hurtado, p. 199 – 220.

HABERMAS, Jürgen (1998). **Facticidad y validez**. Madrid: Trotta.

_____ (2001). **Teoría de la Acción Comunicativa**. Tercera edición. Santafé de Bogotá: Taurus.

ICSO (2010). **Chile 2009: percepciones y actitudes sociales**. Santiago: Universidad Diego Portales.

JOAS, Hans; KNÖBL, Wolfgang (2009) **Social Theory: twenty introductory lessons**. Cambridge: Cambridge University Press.

JOCELYN HOLT, Alfredo (1999). **El peso de la noche**. Santiago: Planeta.

KOSELLECK, Reinhart (1993). **Futuro pasado. Para una semántica de los tiempos históricos**. Barcelona: Paidós.

LARRAÍN, Jorge (2001). **Identidad chilena**. Santiago: LOM Ediciones.

MARQUES PEREIRA, Bérengère; MEIER, Petra ; PATERNOTTE, David (eds.) (2010). **Au-delà et en deçà de l'Etat. Le genre entre dynamiques transnacionales et multiniveaux**. Louvain La Neuve: Academia Bruylant.

MÉNDEZ, Juan; O'DONNELL, Guillermo; PINHEIRO, Paulo Sérgio (comps) (2002). **La (in) efectividad de la ley y la exclusión en América Latina**. Buenos Aires: Paidós.

NAVIA, Patricio; ENGEL, Eduardo (2006). **Que gane el más mejor. Mérito y competencia en el Chile de hoy**. Santiago: Debate.

NÚÑEZ, Javier y GUTIÉRREZ, Roberto (2004). **Class discrimination and meritocracy in the labor market: evidence from Chile**. *Estudios de Economía*, 2004, (2), 31:113-132.

PNUD (2002). **Desarrollo Humano en Chile. Nosotros los chilenos: un desafío cultural**. Santiago: PNUD.

_____ (2009). **Desarrollo Humano en Chile. La manera de hacer las cosas**. Santiago: PNUD.

_____ (2010). **Desarrollo Humano en Chile. Género: los desafíos de la igualdad**. Santiago: PNUD.

RÍOS, Marcela, GODOY, Lorena y GUERRERO, Elizabeth (2003). **¿Un nuevo silencio feminista? La transformación de un movimiento social en el Chile postdictadura**. Santiago: CEM/Cuarto Propio.

ROSANVALLON, Pierre (2011). **La société des égaux**. Paris: Seuil.

SALAZAR, Gabriel; PINTO, Julio (1999). **Historia contemporánea de Chile. Volumen 2: Actores, identidad y movimiento**. Santiago: LOM.

SMULOVITZ, Catalina; URRIBARRI, Daniela (2007). **Poderes judiciales en América latina: entre la administración de aspiraciones y la administración del derecho**. Sao Paulo: IFHC.

TAYLOR, Charles (1992). **Multiculturalism and the Politics of Recognition**. Princeton, NJ: Princeton University Press.

TEUBNER, Gunther (1987) “Juridification, Concepts, Aspects, Limits, Solutions”, en Günther Taubner (ed.) **Juridification of Social Spheres. A comparative Analysis in the Areas of Labor, Corporate, Antitrust and Social Welfare Law**. Berlín / New York: Walter de Gruyter, p. 3 - 48.

TOLOZA, Cristián; Lahera, Eugenio (1998). **Chile en los noventa**. Santiago: Dolmen.

VALDÉS, Ximena (2000). Modernización, democratización y derechos ciudadano: una mirada a la vida privada de los temporeros de la fruta. En: **Escrituras de la diferencia sexual**. Santiago: Raquel Olea Editora. LOM/La Morada. p. 109 – 131.

VALDÉS, Ximena; Castelain-Meunier, Christine; Palacios, Margarita (2006). **Puertas adentro. Masculino y femenino en la familia contemporáneas**. Santiago: LOM.

WEBER, Max (1964). **Economía y sociedad**. México: FCE.

DOM, PODER E VIOLÊNCIA (A PROPÓSITO DO MANIFESTO CONVIVALISTA)¹

Alba Zaluar

Professora visitante do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/ UERJ). Email: azaluar@iesp.uerj.br.

RESUMO

Este artigo objetiva apresentar alguns dados do estudo sobre os paradigmas que baseiam o Movimento Antiutilitarista dos Cientistas Sociais (MAUSS), que tem como fundadores Alain Caillé e Jacques Godbout. Tais paradigmas foram debatidos durante o lançamento do Manifesto Convivalista na Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) no ano de 2013, e recentemente no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ), que contou com a presença de Alain Caillé. Durante os debates, dois temas se destacaram: o utilitarismo e as redes sociais abertas e transnacionais. Essas e outras questões estão presentes no manifesto convivalista, cujas ideias principais serão discutidas neste artigo.

PALAVRAS-CHAVE: Manifesto Convivalista. MAUSS. Utilitarismo. Redes sociais abertas.

ABSTRACT

This paper presents some data from the study on the paradigms that are based on the Anti-utilitarian Movement of Social Scientists (Mauss), whose founders are Jacques Godbout and Alain Caillé. These paradigms were discussed during the launch of the Convivialist Manifesto at the National Association of Graduate Studies and Research in Social Sciences (ANPOCS) in 2013, and recently at the Institute of Social and Political Studies on the State University of Rio de Janeiro (IESP / UERJ), which was attended by Alain Caillé. Two specific themes came about during the debates: utilitarianism and social open transnational networks. These issues are in the Convivialist Manifesto, and we discuss its main ideas at this paper.

KEYWORDS: Convivialist Manifesto. MAUSS. Utilitarianism. Social open networks.

1. Uma versão anterior desse artigo foi publicada na revista Insight Inteligência, em 2013.

RESUMEN

Este artículo presenta algunos datos del estudio sobre los paradigmas que se basan en el Movimiento Anti-utilitarista de Científicos Sociales (Mauss), cuyos fundadores son Jacques Godbout y Alain Caillé. Estos paradigmas se discutieron durante el lanzamiento del Manifiesto Convivialista en la Asociación Nacional de Estudios de Posgrado e Investigación en Ciencias Sociales (ANPOCS) en 2013, y recientemente en el Instituto de Estudios Sociales y Políticos en la Universidad Estatal de Río de Janeiro (IESP / UERJ), que contó con la presencia de Alain Caillé. Durante el debate, se destacaron dos temas: el utilitarismo y las redes sociales abiertas y transnacionales. Estos y otros temas están presentes en el Manifiesto Convivialista, cuyas ideas principales se describen en este artículo.

PALABRAS CLAVE: *Manifiesto Convivialista. MAUSS. El utilitarismo. Redes sociales abiertas y transnacionales.*

INTRODUÇÃO

No mundo globalizado pela rapidez da comunicação em redes via internet e pela predominância do neoliberalismo e do capital financeiro, dois debates são fundamentais: sobre o utilitarismo e sobre as redes sociais abertas e transnacionais. Sobre este e outros debates versa o manifesto convivialista lançado na Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) em 2013 e recentemente no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ) com a presença do professor Alain Caillé, fundador do Movimento Antiutilitarista dos Cientistas Sociais. As ideias principais do movimento são aqui discutidas.

Na querela sobre o racionalismo econômico do mercado ou o utilitarismo, Alain Caillé e Jacques Godbout, fundadores do Movimento Antiutilitarista dos Cientistas Sociais (MAUSS), sempre ressaltaram o fato de que o laço social é criado entre pessoas ou grupos pelo dom em seus três momentos (dar, aceitar, retribuir), sob a OBRIGAÇÃO LIVRE de retribuir a dádiva aceita. Esta seria a sociabilidade que acompanha os seres humanos desde seus primórdios até hoje, no mundo contemporâneo. É uma sociologia de rede social, que sempre existiram nas sociedades humanas, das arcaicas até as pós-industriais, mas é também sociologia da ação prática, pois a dádiva não está no registro do explícito. Sua eficácia depende do silêncio sobre o que foi doado, ou seja, da não cobrança da retribuição para que ela seja de fato livre. Este é o seu segredo partilhado tacitamente entre quem doa e quem aceita a doação. Não está, portanto, no registro

do conhecimento escrito que se aprende nos livros e na escola, mas sim do etos, do saber implícito, da cultura entranhada no social, da prática na sociabilidade quotidiana. Não é parte, tampouco, do inconsciente libidinal, criador do sujeito individual segundo Freud, mas do arcaico coletivo que preexistiria e continuaria até hoje em todos nós.

Essa Sociologia pretende criar um novo paradigma que paradoxalmente seria antiparadigmático (CAILLÉ, 2002, p.81). De fato, para além do holismo e do individualismo, o terceiro paradigma - o relacional - supera a dicotomia entre o sujeito e o objeto, o micro e o macro, o indivíduo e sociedade visto que nenhum desses dois termos domina ou determina o outro, segundo vários autores tais como Norbert Elias, Pierre Bourdieu, Alain Caillé, Jacques Godbout e outros mais. Na teoria da reciprocidade desenvolvida pelos dois últimos, cada par dessas dicotomias constitui-se mutuamente no fluxo das inter-relações que a dádiva criaria, designando um lugar para o indivíduo na rede de vínculos sociais tecidas por ele e seus parceiros. Também chamado por isso “antiparadigmático”, esta abordagem focaliza o fluxo, a rede, o círculo, a roda, a associação, a cooperativa, os muitos nomes para o que transita entre pessoas e vai tecendo um entre-meado nunca findo, nunca fechado, de relações entre elas. Ao mercado, a relação entre as coisas. Ao social, a relação entre as pessoas. No consumo público e ritual do dom, que não é um consumo estritamente privado, o valor das coisas é submetido ao valor das pessoas. Portanto, como afirma Godbout (1998), não é o valor de uso nem o valor de troca, é o valor da ligação ou associação entre pessoas que importa no social por oposição ao que importa no mercado. E é justamente isto que fundamenta o primeiro.

Assim, o terceiro paradigma fundado por Mauss propõe-se a superar as armadilhas do todo, bem como as do indivíduo isolado oposto à sociedade, por pensar e sublinhar a circulação de bens simbólicos e materiais entre os indivíduos e grupos sociais em processos sem fim. Como afirma Caillé (2000, p.18-19), «é fazendo uma dádiva que alguém pode se declarar pronto a jogar o jogo da associação e da aliança e solicitar a participação de outros neste jogo”. Os bens que se troca não são exclusivamente coisas ou riquezas, móveis e imóveis, economicamente úteis, pois “trata-se, antes de tudo, de gentilezas, ritos, serviços, danças, festas, feiras em que o mercado é apenas um dos momentos e onde a circulação de riqueza constitui apenas um termo de um contrato muito mais geral e muito mais permanente” (MAUSS, 1999, p. 45). O social se apresenta assim como um interminável convite a fazer apostas nos elos forjados em diferentes jogos, danças, festas e demais ritos da sociabilidade.

Se a sociabilidade é em rede, de modo nenhum, por causa disso, estaria garantida a horizontalidade das relações e a ausência de desigualdade entre os participantes, previamente, durante e após a dádiva. Isso tanto nas sociedades primitivas como nas contemporâneas. No dom, as pessoas mantêm-se diferentes e desiguais em termos de poder, prestígio e riqueza, o que não as impedem de se associarem. Quando muito a desigualdade torna-se velada para que haja aposta no dom e a interação momentânea flua. Apenas na amizade e na comunidade as diferenças e desigualdades são anuladas, pelo menos temporariamente ou na exclusividade dessa relação ao longo do tempo. Ao contrário do que se afirma hoje de um jeito repetitivo e, claro, tendendo para o dogmático, as redes são muito diferentes entre si. Há as estelares, as radiais, as densas, as ralas, todas elas sempre abertas para mais uma conexão. Essa ideia de que redes são horizontais e informais nunca foi o ponto crucial delas. Ao contrário, o que as diferenciaria de grupos seria a característica de serem abertas, sem fronteiras de inclusão/exclusão. Redes não desenvolvem, portanto, sentido forte de coletividade que deve ser preservado à custa de possíveis críticas, dissidências, desistências. Isso não é rede, é grupo fechado.

As apostas são feitas por distintas pessoas em situações díspares e com resultados nem sempre previsíveis, justamente porque, pelo menos na ideia do jogo do dom, cada parceiro teria liberdade no agir. O dom não é norma coercitiva, é prática que impele a retribuir o que se recebe de alguém, na gangorra entre a liberdade e a obrigação. Liberdade obrigatória e obrigação livre, eis a tensão constitutiva do paradoxo ético e do dilema do dom na ação prática. Com estas características, conserva as ambiguidades e ambivalências do que não é contrato, nem direito, nem reivindicação política. Não está escrito, não é coercitivo, nem é apenas obrigatório, podendo então ter sinais positivos e negativos, ou seja, o dom é paradoxal. Daí seu caráter ambíguo, ambivalente, imprevisível.

Se a sociabilidade se dá entre pessoas que criam laços entre si, isso não afasta a dimensão do poder que pode vir a diferenciá-las. De fato, no social sempre há o entrelaçamento entre a necessidade e o dom, o interesse e o desinteresse, o egoísmo e a generosidade, a cobiça e a solidariedade, o amor e o ódio, apesar das afirmações às vezes exageradamente otimistas de críticos do interesse próprio como o cimento da sociedade. Falar apenas de reciprocidade no dom, portanto, não basta. É preciso saber-se de que reciprocidade se trata, do seu contexto social, dos seus limites, dos significados socialmente atribuídos às ações que a caracterizam, e das suas perversões socialmente percebidas e criticadas. Como acontece no

clientelismo político, na esmola, no presente de grego que não passa de um ato de guerra, no dom manipulado para melhor dominar e submeter o outro, e na vingança mortal que é a completa negação da relação com o outro. Seria preciso, portanto, ir além das relações interpessoais dos três momentos do dom para se entender porque e como se oferece ou se nega algo a alguém, porque e como se aceita ou recusa algo de alguém e porque e como se retribui algo a alguém. Deixar tudo por conta de uma arcaica força contida no próprio dom - denominado *hau* por Mauss (1999, p. 42, 56) - que obrigaria a contraprestação é deixar muita margem para a ambiguidade e a manipulação. A análise ou interpretação só ficaria mais completa quando os contextos sociocultural e político-institucional da prestação e da contraprestação estivessem nela incluído. Pois, ensinou Karl Polanyi, o mercado e seus princípios ou mecanismos são contidos, nos dois sentidos do termo, pela moral que prevalece no social, que coerce os que querem obter reconhecimento e prestígio, bem como pela lei instituída que coage indivíduos a obedecê-la sob o amparo das sanções penais.

O próprio Mauss já havia chamado atenção para o caráter antagônico e interessado do *potlatch* que ele descreveu assim:

Essas tribos riquíssimas que vivem nas ilhas ou na costa, ou entre as Rochosas e a costa, passam o inverno em perpétua festa: banquetes, feiras e mercados, que são ao mesmo tempo a assembleia solene da tribo. Esta então se dispõe segundo suas confrarias hierárquicas, suas sociedades secretas, amiúde confundidas com as primeiras e com os clãs; e tudo – clãs, casamentos, iniciações, sessões de xamanismo e de culto dos grandes deuses, dos totens ou de antepassados coletivos ou individuais do clã – confunde-se em uma inextricável trama de ritos, de prestações jurídicas e econômicas, de fixações de posições políticas na sociedade dos homens, na tribo e nas confederações de tribos, porém é o princípio da rivalidade e do antagonismo que domina todas essas práticas. Vai-se até à batalha, até à morte de chefes e nobres que assim se enfrentam. Por outro lado, vai-se até à destruição puramente suntuária de riquezas acumuladas para eclipsar o chefe rival, ao mesmo tempo associado (de ordinário avô, sogro ou genro). Há prestação total no sentido de que é de fato todo o clã que contrata por todos, por tudo que possui e por tudo que faz, através da figura do chefe como intermediário. Mas esta prestação reveste, da parte do chefe, um cunho agonístico muito acentuado. É essencialmente usuária e suntuária, e assiste-se, antes de tudo, a uma luta dos nobres para assegurar entre eles uma hierarquia que resultará em proveito de seus clãs (MAUSS, 1997).

E é Godbout (1998) que procura a explicação do excesso e do antagonismo violento no contexto em que se encontravam as tribos *Kwakiutl*. A população havia diminuído, mas os postos honoríficos permaneciam os mesmos. Este povo vivia uma situação particular dos que adquiriam muita riqueza por causa da ambiguidade das suas relações com os brancos para os quais as peles dos animais caçados eram vendidas. Se a rivalidade nunca está ausente do sistema de dádiva primitivo, esta destruição exibicionista e suntuosa de bens mesmo assim não seria o econômico dissimulado, como na teoria da prática em Bourdieu (1972; 1992). Esses povos de caçadores tinham um longo período em que apenas festejavam e interagiam socialmente, participando dos jogos competitivos que Mauss denominara dom antagônico, já então com a sua faceta conflitiva e até mortal que foram adquirindo. Tais festas contínuas e repetidas desencadeavam a luta pela riqueza e pelo status político (poder) obtido nelas, ou seja, pelo reconhecimento. Por isso a rivalidade tendia a ultrapassar qualquer limite (GODBOUT, *op.cit.*). Não sem importância é o fato de que a grande riqueza recém-adquirida com a venda de peles aos homens brancos trouxe um desequilíbrio acentuado na divisão da riqueza e do poder, na justificativa moral e no desconhecimento do processo de acumulação deles.

Os aspectos negativos da reciprocidade antagônica estão também claros nos sistemas de dádivas e de rituais suntuosos promovidos por chefes do crime organizado ou organizações fora da lei, como, por exemplo, dos que cuidam do atacado e do varejo no comércio ilegal de drogas. Mas também dos políticos e governantes corruptos de muitos países do planeta, em diferentes contextos ou conjunturas que é preciso trazer para a análise. Nos dois casos, surge também o desequilíbrio nas relações, as dificuldades de justificar moralmente a súbita e crescente riqueza, mas não o desconhecimento do processo de acumulação, buscado incessantemente no mercado financeiro internacional.

As teorias de Mauss sobre a reciprocidade, que ele próprio entende na sua ambivalência e pluralidade, precisam ser usadas com ainda maior cuidado em países como o Brasil no qual a cultura, o etos ou o saber implícito gera usos manipuladores interesseiros, instrumentais e utilitaristas do dom. Desde o muito repetido refrão do contexto da política patrimonialista e clientelista “é dando que se recebe”, até as formas mais repressivas, usadas principalmente nas muitas redes de crime organizado, mas passando pelos impostos, dádivas compulsórias dos contribuintes ao Estado, que, por sua vez, nem sempre retribui adequadamente àqueles. Entretanto, na relação com o Estado, o cidadão não é só uma pessoa, é um sujeito provido

de direitos que pode pressionar politicamente, reivindicar, manifestar-se usando uma multiplicidade de recursos hoje disponíveis para a sua liberdade de agir. Criam-se então outras redes de solidariedade e confiança que vão além dos laços arcaicos na família e na paróquia (ou bairro), e que estimula novas formas de doação e até de sacrifício. Passa-se do espaço privado e paroquial para o espaço público onde a reciprocidade moderna, que se manifesta não apenas com as pessoas próximas e conhecidas, mas principalmente com os desconhecidos e distantes, é a que prevalece. Mais do que dádivas, tais relações são entendidas no registro da confiança, da cooperação, da solidariedade mútuas por um bem comum, pelo menos no discurso. O dom é o que sela a aliança (CAILLÉ, 2002, p. 19). Tais redes e movimentos nem são inteiramente horizontais e igualitários nem estão livres de práticas utilitaristas ou instrumentais, especialmente em períodos pré-eleitorais, mas permitem que muitos deem o melhor de si generosa e arduamente e que outros se aproveitem. Mais uma vez, a análise tem de ir além do microcircuito da troca para o contexto mais amplo em que esta se dá.

Contudo, mesmo que o ensaio sobre a dádiva tenha focado a relação arcaica da dádiva, é preciso interpretar esta teoria na intertextualidade dos abundantes escritos políticos de Mauss (1997) no contexto social em que viveu. Mauss foi simultaneamente *scholar* e político, intelectual e militante socialista, pensador e ativista nas cooperativas, associações voluntárias e sindicatos existentes então na França. As intenções políticas de Mauss, lendo as 700 páginas dos seus escritos políticos, são claras. Em primeiro lugar, poucas vezes usa a palavra reciprocidade que nem está registrada no índice do livro, mas numerosas vezes as palavras cooperação, cooperativa, associação, solidariedade, socialismo. Fundador do partido socialista francês, Mauss acreditava, sobretudo na cooperação e na associação voluntária para criar solidariedades na ação coletiva. A cooperação na vida associativa constituiria “uma forma espontânea e não obrigatória de democracia”, ao mesmo tempo “um exemplo de propriedade coletiva” e “obra de solidariedade operária e popular” (MAUSS, 1997, p.19-24). Mas era contra radicalismos e uso da violência, desconfiado da violência das paixões políticas, favorável aos ideais gregos da amizade (*philia*)¹, e

1. Acrescentar “demo” à *philia*, inventando uma *demophilia* não resolve a questão da violência, apenas acrescenta mais um indício de um suposto populismo que enaltece tudo que se origina no povo como aquele setor da população exclusivamente marcado pelo sinal positivo do bem, do justo e do belo.

da comunidade (comunitas). Mauss foi um reformista, atento ao contexto sociocultural, político-institucional e econômico em que vivia. Nunca um revolucionário a apostar na violência como único instrumento na transformação da sociedade de modo a fazê-la mais justa.

Ao escrever polêmicos ensaios sobre a violência em 1923, criticando Sorel e o uso que de suas ideias fizeram Mussolini e Lenin, Mauss lamenta este uso e registra o fato de que ambos imputaram a vitória de suas minorias armadas à teoria de Sorel de que o único método revolucionário é a violência. Ele vê algumas justificativas morais e políticas no bolchevismo; nenhuma no fascismo. Porém assinala que, apesar de reconhecer que seus projetos e resultados foram muito diferentes, a violência inicial marcou indelevelmente os dois regimes que nunca desenvolveram formas democráticas de resolução de conflitos e de deliberação coletiva nas decisões. Termina o texto afirmando que “... é preciso ter não apenas o sentido da força, mas também o da lei, do direito, da opinião, da coletividade que não se deixam violentar senão na aparência e por um tempo, e que é preciso administrar, mas nunca explorar” (MAUSS, 1997, p.509-513).

No ensaio sobre a dádiva, seu texto antropológico mais citado, ao ressaltar a importância do dom e do laço social que dele advém, Mauss (1974) procurava construir uma cultura que suplantasse aquela criada pelo reducionismo das ideais liberais que transformara o mercado em mão invisível e instaurara a competição entre seres humanos entendidos como mônadas, isolados uns dos outros pelos seus interesses pessoais de ganho. Hoje, não é outro o objetivo político dos adeptos do Movimento Antiutilitarista dos Cientistas Sociais, na nova fase em que o liberalismo econômico retorna fortemente como a salvação das economias nacionais, mas, sobretudo, da economia financeira global.

No Brasil, entretanto, é preciso uma luta simultânea contra a colonização da sociedade e das instituições políticas pelo mercado que, aqui mais do que em outros lugares, não encontra tantos limites morais e institucionais, apresentando um instrumentalismo sem peias nem vergonha na cara. Patrimonialismo, clientelismo e capitalismo selvagem criaram as condições para isso. E é preciso também aprofundar a reflexão sobre a violência que tanto estrago já fez aqui, ceifando vidas jovens, interrompendo percursos promissores, destruindo organizações preciosas para expandir o bem público.

Assim, não se pode deixar de considerar os extremos desses ismos no mundo das trevas, do que permanece embaixo dos panos, da ilegalidade que se mantém pela impunidade dos mais fortes e poderosos. Entretanto,

como o doar e o retribuir são ação livre, as ações claramente repressivas, dominadoras e compulsórias usadas no mundo alternativo ao Estado - no mundo do crime - podem ser consideradas troca recíproca, dívida ou dom como sugerem algumas interpretações do chamado mundo do crime? No meu entender, é necessário abranger suas facetas empresariais que buscam o lucro e a acumulação, o que submete a dívida ao interesse pecuniário, a confiança, lealdade e solidariedade ao empenho necessário na estrutura de poder interna para manter o negócio em funcionamento. Algumas ações podem ser interpretadas simplesmente como o inverso do dom: em vez de doar, tomar ou apreender; em vez de aceitar, recusar; em vez de retribuir, guardar e acumular em tudo que se refere ao roubo, seja de bens, seja de posições de poder. A parte desarmada ou menos armada não tem alternativa senão entrar no jogo de poder oferecido e doar o que lhe é exigido, como no caso do assaltante obrigando a vítima, com uma arma de fogo apontada para ela, a entregar sua carteira. Nem o assaltado exerce a sua liberdade, por mínima que seja, nem o assaltante está pensando em retribuir de alguma forma o bem tomado. Ele pode ou não deixar o assaltado vivo, conforme seu impulso no momento. Nada o obriga e ele é indiferente ao laço social com o assaltado desconhecido. Ele tem a arma e o poder na situação. Nos intermitentes, porém sempre repetidos, confrontos antagônicos mortais que envolvem os que participam dessas organizações ilegais, o mais forte e mais armado se impõe sobre os demais do mesmo modo e exerce um domínio quase sempre despótico.

Mas é preciso entender até mesmo o dom invertido que amealha lealdades e confianças compulsórias sob o cano de armas de fogo, no contexto político-institucional, econômico e sociocultural mais amplo. A política da guerra às drogas, iniciada no final dos anos 1970, coincidindo com o aumento da violência em quase todo o continente americano, criou mais uma vez o cenário da proibição de uma mercadoria desejada por muitas pessoas. Apesar dessa proibição e das políticas repressivas ao uso e comércio das drogas consideradas ilegais, formas de violência altamente letal irromperam em quase todos os países do mundo ocidental, formando novas configurações político-econômicas, estas vinculadas por sua vez ao crescimento das máfias e redes do crime-negócio. Entre as drogas ilegais que se transformaram por causa da proibição em um mercado muito lucrativo, a cocaína, que afeta particularmente o continente americano, criou um estilo de tráfico violento. Este valoriza o “dinheiro fácil”, tal como o obtido nos jogos do mercado financeiro internacional muito usado para a lavagem do dinheiro sujo ou ilegal, assim como valoriza

o poder adquirido pela violência como instrumento para a conquista de territórios, até mesmo dentro de cidades. Em Nova Iorque, este padrão já se encontrava no tráfico de heroína, implantado desde a década de 1960 em bairros negros e porto-riquenhos, mais tarde no tráfico do *crack* nos anos 1980-1990, cuja epidemia foi finalmente superada recentemente. Em muitas outras cidades da América Central e do Sul, a atividade econômica ilegal afetou profundamente a vida política e social em vastos territórios rurais e urbanos dentro de seus países. No setor, relações de exploração de classe também foram impostas de forma selvagem: os que nele trabalham não têm direitos, a não ser aqueles decorrentes da liberalidade dos chefes e das relações baseadas na reciprocidade ambígua e ambivalente. Arriscam suas vidas diariamente, morrendo aos milhares no continente, caso despertem a desconfiança de policiais abusivos ou não sigam as regras da confiança e da lealdade ao grupo de tráfico. É o risco cotidiano de suas vidas que mantém lucrativas as organizações empresariais criadas neste empreendimento econômico clandestino, chamadas não por acaso de firmas pelos traficantes do Rio de Janeiro. Vários estudos assinalaram as profundas associações entre o crime profissionalizado ou organizado, a política clientelista local e o capitalismo selvagem, as vinculações entre os negócios ilegais e os legais, as passagens entre o desvio e o mundo convencional, os quais se interpenetrariam. No plano internacional e do comércio no atacado, o controle cada vez maior das redes de comunicação e dos fluxos financeiros, montado pelas máfias, asseguraria a legalização ou o branqueamento dos lucros assim obtidos, portanto a continuidade das operações sigilosas e a tendência à monopolização e concentração de renda nos pontos-chave da distribuição. Os personagens dessas redes comerciais que mais lucravam, segundo estudos feitos em outros países e resenhados no relatório da United Nations Internacional Drug Control Program (UNDCP) desde 1997, eram os grandes intermediários, especialmente os traficantes do atacado e os lavadores de dinheiro, ou seja, os que transformam o dinheiro “sujo”, ganho em negócios ilegais, em dinheiro “limpo” de negócios legais variados. Mas sempre houve a convergência e a promiscuidade entre atividades econômicas legais e ilegais, entre agentes do Estado e das organizações criminosas.

Como se mantém a ordem interna ou a submissão voluntária à estrutura de poder que se desenvolve na clandestinidade? Tais organizações baseadas em violências também se sustentam internamente na reciprocidade entre seus membros, na solidariedade e lealdade sempre exigida aos que entram nelas, em que não faltam dons (nos dois sentidos da palavra). Quanto

mais organizada, tanto mais a facção criminosa é capaz de controlar o confronto letal entre seus membros, sempre disputando postos de venda e de poder. São numerosos os depoimentos de jovens envolvidos no tráfico ou ex-traficantes que narram as dificuldades de conservar amigos neste mundo, sobretudo na fase inicial em que as facções ainda não dominavam territórios e todas as etapas e redes do tráfico de drogas. Os laços são frágeis, a confiança é mantida sob a ameaça de sanções fatais, a lealdade sofre viradas repentinas e completas. Com a consolidação do poder das facções, especialmente em São Paulo onde apenas uma domina as prisões e as áreas periféricas, novas formas de regular e conter a sanção fatal aos rivais e inimigos são estabelecidas. No Rio de Janeiro, ainda na virada do século tais confrontos aconteciam mais amiúde.

Entrevistando longamente ex-traficantes, recolhi os seguintes depoimentos que falam dos obstáculos à solidariedade, à lealdade, à amizade, à dádiva enfim, que são perseguidos sem muito êxito em um pano de fundo da descrença. Empréstimo de arma e de cocaína tem de ser devolvidos ou pagos prontamente segundo seu valor de mercado. E com os policiais a troca é de tiros e de arregos, sem ser exatamente alternativa, pois andam juntos:

Dali em diante, eu comecei a comprar armas. Tudo que era arma que aparecia eu comprava e, às vezes, quando convidava um pra sair eu falava: ‘pô cara, vamos dar uma volta até Madureira, Penha, Rocha Miranda pra arrumar um dinheiro!’ A gente era novinho, uns 15 ou 16 anos. Quando alguém dizia: ‘rodei com um fulano ai, perdi um dinheiro, perdi um revólver! Eu falava: ‘Não tem problema não, eu te empresto outro.’ Hoje em dia é diferente, os caras da PM vão metendo bala. Naquela época, eles rendiam a gente e assaltavam. Eles davam geral, puxavam o revólver, pegavam o que tava no bolso e mandava se adiantar: ‘Se adianta, se adianta’. ...Hoje, a polícia é arregada, eles entram no plantão e recebem o arrego. Então, tem uma certa hora, é assim que funciona, que eles falam que o pessoal da Supervisão ou da Corregedoria vai fazer uma ronda lá, então avisam: ‘hoje não vai ter arrego não!’ Aí os caras não querem saber de nada. Quando os PM vêm, já vai bala. E, aquele mesmo PM que está entrando na bala hoje, amanhã está pegando o dinheiro, o arrego dele. Hoje em dia, é assim que a coisa está funcionando nas favelas. Se hoje ele não pode pegar dinheiro porque vai ter uma ronda, ...porque tem uma supervisão na viatura ou porque vai querer invadir, então o pessoal vai meter bala... Por exemplo, lá em Jacarepaguá é assim: o arrego tem que chegar até umas duas horas da tarde. Se não, a polícia entra metendo bala... Hoje, o que funciona mais é o argumento do arrego. Pagar pra não ser incomodado!

A desconfiança está sempre atrás da confiança precária e do pagamento pela ajuda recebida. Ainda é o mercado e o interesse que predominam. Nem o *fiel*, que acompanha sempre o dono da boca mais de perto em todas as horas do dia, escapa dessa lógica. Nos primórdios do tráfico da cocaína no Rio de Janeiro, acontecia assim, segundo depoimento de um traficante preso por muitos anos, tomado em 2009:

Endolava a droga cada dia era em um lugar. Pessoas cediam a casa, entendeu, levava um dinheiro para liberar a casa para a gente trabalhar. Aí, a vizinhança via, né, aí da outra vez a gente já não ia naquela. Porque correria o risco de ser caguetado pelo telefonema anônimo.

Eu só vivia ali assim, desconfiado. Tanto é que o [*nome de outro traficante*] não teve a sorte que ele queria por causa disso, né? Às vezes o [*nome de outro traficante*] chegava perto de mim e falava assim com 10 /12 pessoas, ‘aí estou com uns amigos de fora aí, vem cá pra mim te apresentar os amigos ali’. Eu o via de longe já ficava com os dois revólves debaixo do braço assim, e os caras se esticando para apertar a minha mão, ‘legal, não precisa apertar a minha mão não’; ele: ‘pô você não vai apertar a mão dos meus amigos, não’; eu: ‘eu não rapaz, você está matando seus amigos’; ele: ‘amigo é nós, vai deixar os amigos com a mão no alto aí’; eu: ‘vai, não precisa apertar a mão não, tá maneiro assim’. Então, se eu não fizesse isso assim com ele, eu não estaria aqui conversando com vocês hoje. E foi várias vezes que aconteceu isso, eu o via de longe e já metia a mão no revólver. O que acontecia? Ele trancava os dentes de nervoso comigo, aquela vontade de fazer, mas ele vai fazer e eu também... Vai morrer nós dois... Então, o [*nome de outro traficante*] não se deu bem por causa disso. Ele matava os amigos, conversando assim com os amigos, comendo, bebendo e daqui a pouco “bum” dava um tiro na cara... Aí tomava tudo que o cara tinha.

Isso também, mas, às vezes tem alguma coisa errada, né, alguma mancada. O cara via sair matando aí daqui a pouco nego vai está falando, “pô, o cara está matando todo mundo, matando os amigos...”. Então, eles vão limpando o terreno assim, um matando o outro. Aí chega onde o cara quer. No final aqueles que ele queria se livrar, ele se livrou... A primeira coisa que vem na cabeça do cara que está envolvido é o seguinte: Se não mata aquele cara, o cara é que te mata. Aí nego fala, ‘se é para chorar a minha mãe que chore a mãe dele’. Às vezes o cara pensa dessa forma, ‘não, coitado do cara ele é amigo’... O cara quando faz isso ele está com raiva. Ele está matando alguém para não morrer, entendeu? Às vezes o cara fica com pena, ‘o fulano é legal vou dar uma oportunidade pra ele...’ aí vira as costas, está arriscado dele ganhar um tiro na cabeça. Então, o cara vai cobrar já com esse pensamento, ‘se eu não fizer isso com esse filho da puta, ele vai fazer em mim’. É assim

que acontece. Em boca de fumo tem muito cara também que se diz assim, ninguém fala na cara, ninguém diz, mas tem o cara que é robotizado. Na cadeia usava muito essa palavra: robô é o cara que, ‘mata fulano’, ele vai lá e mata... Ele não está com raiva do cara. Isso é uma coisa diferente você matar uma pessoa sem estar com raiva, sem o cara ter feito nada. É o robô ou teleguiado. Em boca de fumo tem muito isso. Tem muitos caras na boca que querem mostrar serviço, que pretendem ganhar um posto melhor, né? Esses são os caras que não têm pátria porque na boca todo mundo é amigo, ‘oi irmãozinho’, nego só chama de irmão, mano pra lá, mano pra cá... Se abraça, vai lá na comida do cara. Daqui a pouco o dono da boca, ‘pode quebrar fulano’. Acabou de comer no prato do cara e vai lá matar o cara. Tem o fiel, mas só que naquela época não se usava essa palavra. Mas, sempre que estoura uma coisa, foi o fiel que traiu, foi o fiel que deu. O cara está colado com ele, mas tem a inveja dele, quer o lugar dele. Eu tinha essas pessoas que me rodeavam, mas quando eles iam fazer a minha escolta que eu ia dormir ou me esconder em algum lugar eu deixava eles parado até certo ponto. Em uma certa caminhada que eu sabia que eu podia ir sozinho eu falava pra eles, ‘podem voltar daqui’. Aí entrava em um portão, pulava várias cercas até sair aonde eu queria dormir. É fiel de confiança, mas nem tanto... Se eu for bajulado eu me sinto mal, vejo que é uma coisa falsa, né? Até no trabalho mesmo eu vejo o cara bajulando a mulher pra baixo e pra cima... Na cara dele dá pra ver que é uma coisa falsa. Eu não gosto de bajulação.

Com Denis, dono da Rocinha no final dos anos 1980 quando as facções já dominavam o tráfico, a vingança mortal pela confiança traída, revela-se como tragédia em que a dissimulação e a mentira não conseguem esconder os sinais invertidos do dom (tomar, recusar e acumular).

Até que um dia o Denis viajou para o México que ele queria atravessar do México para os Estados Unidos fazer uns negócios lá, aí pediu até para eu segurar uma onda lá. Aí eu falei, ‘não vou me envolver com o tráfico aqui não, minha parada é (nome de outra favela). Mas, com essa viagem do Denis os caras começaram a trair ele com um grupo que estava fugindo da Ilha Grande... Ele tinha um encontro com uma boliviana que trazia mercadoria... Foi para vários lugares com os documentos falsos, entendeu? Tanto é que depois ele mandou mais um cara junto com ele. Tanto é que depois ele mandou matar esse cara porque ele achou que o cara caguetou ele. Ele foi e deixou a boca com os caras lá, os dois irmãos, mas aí os dois irmãos passaram a ser dominados pelos caras que chegaram da Ilha Grande... Os caras querem dar um golpe na boca e os amigos do Denis que chegavam à Rocinha eles estavam matando. Aí eu já desconfiado com aquilo fui embora... Então,

uma mulher que já foi desse cara era atualmente mulher do Denis, ... então a mãe dessa garota ia à Rocinha pegar dinheiro que o Denis fazia contato com eles dos Estados Unidos e os caras começaram a rir e eu de longe via aquilo e percebia a traição, ‘esses caras estão traindo o Denis, vão dar um golpe dele’. Os caras estavam alucinados, cheirando dia e noite, pó e uísque. Então, às vezes eles estavam conversando com os caras assim sentados, encostavam a pistola do ouvido e já era. Matava e colocava na mala do carro. Os moradores passavam para ir trabalhar de carro viam um corpo no chão, eles falavam: ‘leva esse corpo aí’, o morador não estava acostumado com aquilo, né, o Denis não fazia isso. Os caras estavam barbarizando a favela. Aí os moradores com medo, não querendo levar, eles falavam: ‘ou você leva o corpo ou vai junto também’. Aí se o morador se recusava eles iam matar moradores também. Então, a favela virou um inferno sem o Denis ali. ... Mas eu já desconfiei que ele queria me matar também. Aí tinha uns parentes da minha falecida mulher na Estrada da Gávea, eu passei a noite ali. Nessa noite eles subiram no prédio onde nós estávamos matando três caras que eram amigos deles e do Denis. Eles andavam com um saco de pó pela favela. Eles pegavam um canudo e enfiavam dentro do saco para cheirar... E matando dia e noite. Parecia que estavam matando mosca.

Aí quando eu já estava fora da favela eu liguei para o Bolado. Ele era fiel de verdade ao Denis. Aí telefonei para ele e expliquei a situação. Um coroa que estava fugitivo da Ilha Grande, ele ... estava liderando o golpe contra o Denis. Quando eu liguei da (nome da favela) pra lá para visar o Bolado onde eu tinha deixado umas armas do Denis, esse velho... era cascudo mesmo, está sempre tramando para matar os outros. Ele quem atendeu ao telefone, ‘quem é?’ Eu disse quem era. Aí ele falou assim: ‘pô é você meu camarada, não leva mal não, mas para você eu tiro o chapéu’, eu falei, ‘o que você quer dizer com isso?’ ‘Você enxerga pra caralho, hein?’, ele falou assim pelo telefone. Então, ele quis dizer mesmo que eles iam tentar tirar a minha vida ali. Aí eu falei, ‘eu nem sei o que você está querendo dizer’. Ele, ‘não, sabe sim, você enxerga pra caramba’. Aí quando o Bolado veio, ele me explicou, ‘pô Ailton você está certo, eles estão tramando um golpe mesmo, mas eu não dou mole perto deles, fico com a mão no gatilho, eles vão se fuder’. Aí não deu outra. Acho que passou uns dois dias... Nesse dia eu fui até assumir a situação de um cara lá que ele também me pediu um socorro, precisava de cocaína pra lá que não tinha... Aí eu já aproveitei e pedi ao Bolado 1 kg de pó emprestado, mandei uma mulher ir lá buscar. Aí dois dias depois o Denis chegou de viagem, se reuniu na Rua Um sem ninguém saber, aí subi o Bolado e mais um grupo que confiava nele, aí desceu para Rua Dois e matou todo mundo. Foi uma matança muito grande. Ele matou esses caras todos que tinham fugido da Ilha Grande,... esse coroa e mais um bando deles lá. Descobriu um porão com várias metralhadoras que os caras

estavam guardando lá. Só fugiu um que era o cara que estava de frente na boca lá. Mas, fugiu como? A polícia invadiu e ele pediu garantia de vida. Aí o cara conseguiu fugir da favela - o Beto Fau - com a PM fazendo a escolta da mudança dele e da família. Foi para Niterói e o único que não morreu. “... Ele (Denis) estava viajando muito. Eles gostavam muito de ir para Florianópolis. Eles chegaram a assaltar vários bancos lá... Nessa época, o Bolado, que era fiel do Denis, ele e um grupo de seis assaltaram uns cinco bancos, arrumaram muito dinheiro. Eles já tinham os lugares certos para deixar o dinheiro para vir embora sem o dinheiro e só depois as mulheres vinham para o Rio trazendo o dinheiro. Em uma dessas o Bolado foi preso. O Bolado era um branquinho, baixinho igual um playboy. Ele era da Rocinha, mas quem não o conhecia achava que era mauricinho da Zona Sul, mas era um cara responsável e amigo de todo mundo. O Denis gostava muito dele. Então, esse foi o único que foi preso em Florianópolis. O Denis gostava tanto desse cara que ele reuniu um grupo, gastou muito dinheiro, embarcou os caras para Florianópolis e os caras o resgataram lá na cadeia. Eu sei que trocou a bandidagem da favela depois que ele fez a matança... Mas quem está no posto? Bolado que está mandando em tudo... Aí o Denis está conversando com o Bolado, aí falou, ‘deixa eu conversar com o fulano agora’. Bolado passou o telefone pro cara que estava ao lado dele e o Denis falou no telefone, ‘quebra ele, quebra ele que eu quero escutar o tiro e assumo a boca’. Isso foram os amigos que estavam lá que depois me contaram, né? Aí o cara acabou de falar com o Denis, ‘atende aqui que o cara ainda quer falar você’, aí o Bolado atendeu ao telefone e ele matou o Bolado. Era amigão, criados juntos... Um policial arregado é que contou que o Bolado tinha caguetado ele.²

Em email li que “a força desses guerrilheiros políticos pós-modernos que são os traficantes, vieram também dos próprios trabalhadores das favelas” que temeriam pela perda de sua propriedade (*sic*), ameaçada pela nova política para as favelas. De fato, moradores reclamam de serem furtados porque os traficantes não estão mais afastando os ladrões ou matando-os quando necessário. O foco de tais assertivas não é a transparência nos gastos públicos nem a luta contra a corrupção dos políticos, nem muito menos dos direitos civis que abolem a justiça sumária dos grupos armados. O que combatem com extrema violência é a nova política de segurança baseada na Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) que tira

2. Denis foi preso em 1987, Bolado morreu com um tiro na cabeça em 1988, que a imprensa local chamou “acidental”. Denis apareceu enforcado na sua cela em 2001.

lucros de traficantes de drogas ilegais, comerciantes e moradores ligados a eles, policiais corruptos e políticos que são apoiados por eles. A retórica empregada para justificar essa oposição baseia-se em distorções de teorias sobre a desigualdade e segregação urbanas. Mas quem vai ganhar com isso provavelmente é o candidato neopentecostal que deixou o RJ com altas taxas de homicídios (de jovens negros e brancos favelados), com as favelas tomadas pelas milícias e uma esteira de corrupção dentro das corporações policiais, chegando até ao seu chefe secretário de Estado. A UPP tem problemas que podem ser consertados, mas a política de antes era perversa e extremamente corrupta.

Referências

- BOURDIEU, Pierre (1992). *Esquisse d'une théorie de la pratique*, Lib. Droz, Paris. Interest, Habitus and Rationality em Bourdieu, P. & Wacquant, L. *An Invitation to Reflexive Sociology*. The University of Chicago Press, Chicago.
- CAILLÉ, Alain (2000). *Anthropologie du don: le tiers paradigme*, Desclée de Brouwer, Paris. 2002. *Antropologia do Dom, o Terceiro Paradigma*, Editora Vozes.
- GODBOUT, Jacques (1997). *O Espírito da Dádiva*, Editora, Lisboa ou 1998, Editora da Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro.
- MAUSS, Marcel (1997). *Ensaio sobre a dádiva em Antropologia e Sociologia*, vol. II, E.P.U. & EDUSP, São Paulo. *Écrits Politiques*, Fayard, Paris.

ENTRE VANGUARDA E PARTICIPAÇÃO: A DEMOCRACIA NO PROGRAMA POLÍTICO DA ESQUERDA BRASILEIRA (1930-1935)¹

Wendel Antunes Cintra

Professor da UNESP. Doutor em Ciência Política pelo IESP-UERJ.

E-mail: wendel_unesp@yahoo.com.br.

RESUMO

O artigo examina as concepções de democracia na esquerda brasileira entre 1930-1935, em particular aquelas expressas nos manifestos da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e nos textos escritos por Luís Carlos Prestes, Virgínio Santa Rosa e Caio Prado Jr. Argumento que a esquerda brasileira partia de um campo problemático comum, segundo o qual a concentração fundiária representava o maior obstáculo para a autêntica expressão política do povo brasileiro. A despeito da convergência em torno da reforma agrária, pensada como condição sine qua non para a democracia no Brasil, a esquerda desenvolveu duas respostas distintas para a realização prática do princípio do governo do povo: a primeira, que denomino vanguarda altruísta, presente com maior ênfase nos textos de Virgínio Santa Rosa e Luís Carlos Prestes, e a segunda, o participacionismo republicano, explorada nos escritos de Caio Prado Jr. e, de modo mais ambíguo, nos manifestos da Aliança Nacional Libertadora.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia. Reforma Agrária. Tenentismo. Aliança Nacional Libertadora (ANL).

ABSTRACT

This paper examines the conceptions of democracy in the Brazilian left among 1930-1935, in particular those expressed in the manifestos of the National Liberative Alliance (ANL) and the texts written by Luís Carlos Prestes, Virgínio Santa Rosa and Caio Prado Jr. I argue that the Brazilian left started from a common troubled field, according to which land concentration represented

1. Esse artigo é uma versão modificada do quinto capítulo de minha tese de doutorado, intitulada *Qual Democracia: o governo do povo no pensamento político brasileiro (1914-1945)*, e foi apresentado no IX encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, sob o título *Povo, Sujeito Oculto: a democracia no programa político da esquerda brasileira (1930-1935)*, realizado em Brasília entre 04 e 07 de agosto de 2014.

the biggest obstacle to genuine political expression of the Brazilian people. Despite the convergence towards land reform, designed as a sine qua non condition to democracy in Brazil, the left has developed two different answers to the practical implementation of the principle of the people's government: the first, which I call altruist vanguard, which is more emphasized on texts of Virgínio Santa Rosa and Luís Carlos Prestes, and the second, the Republican participacionismo, which is explored on the writings of Caio Prado Jr. and ambiguously in the manifests of the National Liberative Alliance.

KEYWORDS: Democracy. Land Reform. Tenentismo. National Liberative Alliance (ANL).

RESUMEN

El artículo examina las concepciones de la democracia en la izquierda brasileña entre 1930-1935, en particular, los que se expresan en los manifiestos de la Alianza para la Liberación Nacional (ANL) y los textos escritos por Luís Carlos Prestes, Virgínio Santa Rosa y Caio Prado Jr. Yo sostengo que la izquierda brasileña venía de un área problemática común, según la cual la concentración de la tierra representaba el mayor obstáculo para la verdadera expresión política del pueblo brasileño. A pesar de la convergencia hacia la reforma agraria, diseñado como una condición sine qua non para la democracia en Brasil, la izquierda ha desarrollado dos respuestas diferentes a la aplicación práctica del principio de gobierno popular: la primera, que yo llamo vanguardia abnegada, que está más presente en los textos de Virgínio Santa Rosa y Luís Carlos Prestes, y el segundo, el participacionismo republicano, presente en los escritos de Caio Prado Jr. y ambiguamente presente en los manifiestos de la Alianza para la Liberación Nacional.

PALABRAS CLAVE: Democracia. Reforma Agraria. Tenentismo. Alianza para la Liberación Nacional (ANL).

INTRODUÇÃO

A soberania popular é um dos princípios básicos em que se assenta a legitimidade política na modernidade. O enunciado normativo segundo o qual o povo é o titular da soberania e a fonte da qual emana todo poder político se coloca em nossa época como uma espécie de verdade autoevidente e, como tal, impassível de ser posta em xeque sem que seus críticos sejam prontamente deslocados para o campo da ilegalidade.

Contudo, o aparente acordo em torno do princípio da soberania do povo, longe de instaurar um consenso sobre as formas de sua realização prática, tem suscitado incontornáveis controvérsias e polémicas na história do pensamento político. Como nota Rosanvallon (1998, p. 15),

Há na modernidade um paradoxo entre o *princípio político* – que afirma que toda constituição legítima se fundamenta na “supremacia da vontade geral”, garantida pela potência do poder coletivo – e o *princípio sociológico* – que se propõe a tornar inteligível o povo em suas identidades concretas.

Com a dissolução da sociedade de corpos do Antigo Regime – fundada em ordens fixas e hierárquicas, a modernidade política inaugura um tipo de sociedade cuja inteligibilidade depende de um permanente trabalho de deciframento². A realização prática do princípio de soberania popular torna-se, assim, problemática, já que o próprio sujeito “povo” não se apresenta como um dado objetivo, não constitui um sujeito transparente a si próprio, tampouco a “vontade popular” pode ser apreendida sem um complexo trabalho de argumentação. A figura jurídica do *povo legislador* convive, portanto, em tensão com a figura do *povo sociológico*, isto é, o povo tomado a partir de suas identidades substantivas, cuja apreensão é sempre problemática. Daí – para retomar uma expressão de Rosanvallon – o povo nos regimes políticos modernos ser tratado simultaneamente como um “senhor imperioso e fugidio” (ROSANVALLON, 1998, p. 15-16).

Partido dessa postulação teórica, o propósito deste artigo é examinar como a esquerda brasileira lidou com o princípio da soberania popular entre 1930 e 1935. A delimitação do período e do objeto se justifica pelo fato de que a primeira metade da década de 1930 foi um período particularmente fértil no que tange à discussão acerca da realização do princípio do governo do povo no Brasil. O fim da Primeira República abriu um leque relativamente amplo de oportunidades para os atores políticos – em particular para os segmentos reformistas – o que estimulou a produção intelectual e o debate acerca dos princípios norteadores do novo regime. Questões como “que tipo de formatação institucional poderia permitir a efetiva vocalização das demandas populares?”, “como romper com o jogo da dominação oligárquica em um país de população majoritariamente rural cuja economia se baseava no latifúndio?”, ou ainda, “como conciliar os

2. A esse respeito, são elucidativas as reflexões de Claude Lefort (1986), que argumenta que na modernidade o princípio de soberania popular enfrenta o desafio de lidar com um povo sem densidade corporal. O “povo coroado” da modernidade seria, por definição, um sujeito destituído de corpo e, por isso, já não poderia ser reconhecido sem a mediação de uma *figuração*. Nesse sentido, argumenta Lefort, as categorias “povo” e “nação”, que tomaram o lugar do corpo do monarca ao se converterem em fontes originárias do poder político na modernidade, o fizeram apenas “na dependência de um discurso político e de uma elaboração sociológica e histórica sempre ligada ao debate ideológico” (Lefort, 1986, p. 30).

imperativos da modernização socioeconômica com a democracia política?”, se colocavam no centro do debate político nacional e foram objeto de intensa polêmica.

Vale destacar que no interior da própria coalizão de forças políticas que apoiou Getúlio Vargas, havia programas de ação bastante diversos, para não dizer antagônicos: de um lado, as demandas pela “verdade eleitoral”, pelo fim das fraudes e a criação de uma democracia representativa que viabilizasse a expressão da opinião nacional³. O Código Eleitoral de 1932 e a criação da Justiça Eleitoral pelo Governo Provisório no mesmo ano, respondiam precisamente a essas demandas por lisura na apuração dos votos e pela constituição de um sistema representativo mais robusto e inclusivo⁴.

Por outro lado, muitos entusiastas do novo regime manifestavam acentuado ceticismo em relação aos princípios que orientavam essas reformas políticas⁵.

Esse trabalho limita-se a analisar as respostas que a esquerda brasileira formulou no que tange à construção de uma ordem democrática no país naquele contexto. Para tanto, foram examinados os livros *A Desordem* (1932) e *O Sentido do Tenentismo* (1933), de Virgínio Santa Rosa (1905-2001), os manifestos da Aliança Nacional Libertadora, e os textos de seus militantes Luís Carlos Prestes (1898-1990) e Caio Prado Junior (1907-1990).

3. Nessa vertente destacava-se João Francisco de Assis Brasil (1857-1938), que defendia o voto secreto e a introdução da representação proporcional – e que participou da elaboração do novo Código – e o Partido Democrático, criado em 1926, sob a liderança de Antônio da Silva Prado. Ver Cintra (2013, cap.2).

4. Jairo Nicolau (2002) observa que durante a Primeira República o eleitorado brasileiro não ultrapassava 3% da população adulta, devido à exclusão das mulheres e dos analfabetos (estes últimos então representavam cerca de 60% da população. O Código de 1932, instituído pelo Decreto nº 21.076 de 24 de fevereiro daquele ano pelo Governo Provisório de Vargas, estendeu o direito de voto às mulheres, estabeleceu o voto secreto, porém manteve a exclusão dos analfabetos, de modo que na primeira eleição regida pelo novo decreto (1933), apenas 3,9% da população adulta encontrava-se apta para votar. (Nicolau, 2002, p. 35-38). Ver também, Cabral (2004 [1932]); Hollanda (2009, p. 239 e ss.).

5. Os exemplos mais emblemáticos dessa vertente foram os tenentes organizados no Clube 3 de Outubro e o mineiro Francisco Campos, que foi Ministro da Educação (1930-1932) e Consultor Geral da República (1933-1937). Ver Abreu (*et all* 2001); Campos (1940).

Muito embora pertençam a gêneros distintos - manifesto político, ensaio histórico-sociológico e artigos de jornal – e tenham sido escritos com motivações diversas, todos os textos selecionados para análise têm em comum o intuito de intervenção, isto é, visam orientar a conduta prática dos atores engajados na política nacional⁶. Além disso, e, sobretudo, eles compartilham um núcleo problemático próprio que permite identificá-los como integrantes de uma mesma cultura política⁷. Em primeiro lugar, todos partem do diagnóstico de que o sistema político brasileiro estava submetido aos imperativos do poder econômico, leia-se, ao poder dos grandes latifundiários que instrumentalizavam as instituições políticas representativas em benefício próprio. Nesse diagnóstico, a concentração fundiária impediria que a vontade popular pudesse se expressar de modo autêntico por meio dos mecanismos da representação eletiva e partidária. Havia, portanto, uma desconfiança quanto à possibilidade de que o povo pudesse exprimir sua vontade política através das eleições e dos partidos políticos.

É importante destacar que essa desconfiança em relação à representação eletiva e partidária não constituía, naquele período, monopólio da esquerda e era difundida, com mais ou menos intensidade, noutras correntes políticas e doutrinárias, recebendo, desde pelo menos os anos 1910, tratamento teórico por parte dos mais importantes pensadores políticos no país. Nesse aspecto, o que singulariza a reflexão da esquerda brasileira é precisamente o diagnóstico que informava essa desconfiança: nos textos e autores aqui examinados, *as disfunções do sistema representativo eleitoral e partidário no Brasil tinham sua origem no problema da concentração fundiária*. Em outras palavras, a causa do divórcio entre representantes e representados não era atribuída às especificidades socioculturais do povo brasileiro (tais

6. Do ponto de vista do tratamento metodológico, não há, portanto, significativa diferença entre o formato da publicação – livro, artigo, manifesto ou programa –, posto que todos eles são considerados aqui como textos de intervenção política, nos quais as dimensões *teórica* (relativa à cognição do real) e *prática* (relativa à produção de efeitos na realidade) estão entrelaçadas.

7. Utilizo a categoria “cultura política” em um sentido amplo e genérico, que designa antes um campo problemático comum do que uma doutrina ou um programa político fechado e coerente. Do mesmo modo que podemos falar de uma “cultura política liberal”, cujo campo problemático se define pelo tema da liberdade do indivíduo, mas que inclui uma pluralidade de doutrinas (inclusive, muitas vezes contraditórias entre si), também podemos falar de uma “cultura política da esquerda” que tem como núcleo o tema da igualdade e da justiça social, mas que acolhe uma ampla diversidade doutrinária.

como, personalismo, insolidariedade, baixo nível educacional ou dispersão territorial), tampouco ao despreparo de suas elites ou ausência de espírito público por parte dos políticos profissionais. Ao contrário, era a organização econômica do país baseada no grande latifúndio que impediria a realização do princípio do governo do povo no Brasil.

Ora, ao considerar o latifúndio como sustentáculo da dominação e da opressão popular e, por conseguinte, principal obstáculo ao exercício dos direitos dos cidadãos, a esquerda brasileira conferia à organização fundiária um inequívoco sentido político. O debate sobre a organização institucional de um Estado democrático, isto é, regido pelo princípio da soberania do povo, estaria então estreitamente conectado ao problema da reforma agrária. O segundo ponto de convergência nos textos aqui tratados – consequência direta desse diagnóstico – é de natureza programática: a instituição de um regime democrático no país não poderia se dar sem a *reforma agrária*, que era pensada não como mera reforma econômica ou social, mas como reforma política por excelência, ou seja, como único meio que garantiria o exercício da cidadania por parte do povo brasileiro e sua emancipação dos grandes proprietários rurais. A expectativa de uma “democracia popular” – para lançar mão de uma expressão recorrente nos manifestos da Aliança Nacional Libertadora – dependia, portanto, de uma ruptura com a base da dominação política das oligarquias: a propriedade latifundiária.

Não obstante convergirem no diagnóstico acerca do problema do latifúndio e no programa de reforma agrária, minha hipótese nesse trabalho é que a esquerda brasileira oscilou entre duas respostas distintas para a realização prática do princípio do governo do povo: a primeira, que denomino *vanguarda altruísta*, presente com maior ênfase na obra de Virgínio Santa Rosa e nas intervenções de Luís Carlos Prestes, e a segunda, o *participacionismo republicano*, desenvolvida nos escritos de Caio Prado Jr. e em alguns manifestos da Aliança Nacional Libertadora. A *vanguarda altruísta* repercutia a ideia de que o governo do povo se realizaria por meio da virtude dos líderes – seja uma elite militar coesa, sejam os quadros dirigentes do partido –, os quais concentrariam o poder de agência e realizariam a vontade popular. Já o *participacionismo republicano* colocava ênfase na constituição de um espaço político não estatal, no qual o povo poderia se organizar e agir de modo autônomo, fora dos limites institucionais do Estado. A soberania do povo, nesse modelo, dependia da efetiva garantia das liberdades públicas, as quais tornariam possíveis modalidades de ação política popular direta – como as greves e manifestações populares.

VIRGÍNIO SANTA ROSA: OS TENENTES COMO VANGUARDA DO POVO

O problema da constituição política do povo na obra de Virgínio Santa Rosa remete à sua interpretação do sistema de dominação estruturado durante a Primeira República brasileira. Para esse autor, tal sistema caracterizou-se pelo domínio dos grandes latifundiários cuja força política advinha da arregimentação eleitoral da massa rural. O fato político mais elementar de nossa república era, para ele, que os proprietários de terra dispunham de um enorme contingente populacional mobilizado de acordo com os interesses particulares daquela classe. Em outras palavras, o sistema político que vigorou no país até 1930 tivera como propósito basilar a preservação dos interesses das oligarquias rurais e a marginalização do povo urbano da cena política nacional:

Todas as tentativas esboçadas pela pequena burguesia, para conquistar posições de mando no quadro político-social brasileiro, anularam-se de baque ante às as (sic) resistências todo-poderosas dos interesses dos grandes proprietários de terras. As oligarquias políticas, defensoras da vontade de domínio desses caudilhos, mascaradas em partidos regionais, destruíram os ataques mais propícios e negaram as pretensões mais humanas e aceitáveis (SANTA ROSA, 1976, [1933], p. 28).

De acordo com Santa Rosa, a sucessivas derrotas eleitorais das oposições durante a Primeira República evidenciavam uma “aliança” entre as oligarquias e as massas rurais, ou melhor, a cooptação das massas rurais pelas oligarquias. Em suas palavras, os políticos ligados às oligarquias “arregimentavam essa poderosa massa bruta, cerca de dois terços da população do Brasil, para esmagar com tamanho peso morto as veleidades de transformação e reforma dos espíritos esclarecidos” (SANTA ROSA, 1976 [1933], p. 31).

O povo rural era então descrito como um ator político fundamentalmente reacionário na história política brasileira. De modo análogo às considerações de Marx sobre o campesinato francês que apoiara expressivamente Louis Bonaparte nas urnas em 1848⁸, Santa Rosa se referia às

8. Marx, naquele livro, argumentava que o campesinato – “a classe mais numerosa do povo francês” – não podia desempenhar um papel político ativo, devido à dispersão e autossuficiência que caracterizava seu modo de vida. Cf. Marx (2002 [1852], p. 127-128).

populações do campo como uma “massa bruta”, “plebe inconsciente”, “peso morto”, incapaz de protagonizar qualquer processo emancipação. Segundo ele, “o domínio rural é o viveiro de eleitores do cacique das tribos partidárias”, ali “o coronel coordena as massas dispersas” (Santa Rosa, 1976 [1933], p. 118).

Essa massa rural passiva constituída sob laços seculares de dependência econômica era subserviente aos desmandos dos oligarcas e obstaculizava a expressão do eleitorado urbano:

Esse regime de subordinação econômica ao landlord é que permite o esmagamento das massas urbanas nos prélios eleitorais. Esse pobre diabo, para conservar a proteção do potentado, que o ampara e não o deixa morrer à míngua, é-lhe dedicado como um cão. Nem pode ser de outro modo [...]. Reserva-lhe o voto e a última bala da carabina, em sinal de gratidão e reconhecimento. Por nenhum preço rompe o liame dos interesses, a trama que o mantém no quadro social. (SANTA ROSA, 1976 [1933], p. 118).

A interpretação de Virgínio Santa Rosa acerca da Revolução de 1930 e impasses políticos que a sucederam se construía a partir da dicotomia entre os interesses das oligarquias latifundiárias e das camadas sociais urbanas em ascensão. Nesse contexto, o problema central da política brasileira consistiria precisamente em romper com as bases do domínio oligárquico, ou seja, abolir ou atenuar a força majoritária do voto rural. Em outras palavras, deslocar o polo do poder do *Brasil rural* para o *Brasil urbano*.

O movimento armado que pôs fim à Primeira República avaliava Santa Rosa, fora necessário devido ao fechamento político em relação às demandas da “pequena burguesia”, que não encontrava formas de representação política no velho sistema. Segundo o autor, não havia qualquer possibilidade de se levar a cabo as mudanças almejadas no interior da ordem constitucional vigente, de modo que a solução armada mostrava-se como a única viável para os setores políticos urbanos marginalizados pelo regime oligárquico. A Revolução de Outubro de 1930 teria representado, assim, o primeiro lance bem sucedido no rompimento com o círculo vicioso da dominação das oligarquias latifundiárias.

ILUSÕES DEMOCRÁTICAS

Na narrativa histórica de Virgínio Santa Rosa, os primeiros anos após a Revolução de 1930 se caracterizaram pela oposição entre os interesses

oligárquicos – que se reorganizaram em torno da “reconstitucionalização” do país – e do *reformismo social* defendido pelos tenentes. Santa Rosa julgava que a reconstitucionalização imediata serviria para beneficiar os interesses das oligarquias regionais, cujo propósito era interromper o processo de transformação social que interessava às camadas médias. Assim, naquele contexto específico, a reconstitucionalização do país em moldes liberal-democráticos era avaliada como um estratagema para o retorno do domínio oligárquico. O direito de voto e o pluralismo partidário obstaculizariam as reformas sociais e as políticas necessárias para a modernização do país.

Nessa perspectiva, a Revolução Constitucionalista de 1932 – a seu ver, uma “revanche plutocrática e reacionária” (SANTA ROSA, 1976 [1933], p. 101) – representava, a despeito de sua “roupagem democrática”, um retrocesso em face das “conquistas outubristas”:

Desconhecer que as necessidades da moderna sociedade brasileira exigiam nova organização legal, era tentar negar a evidência. Só os politicóides, seduzidos pela miragem de um poderio permanente, deixaram-se iludir por aparências enganadoras. A visão estrábica e superficial dos acontecimentos da vida republicana no Brasil, não permitiu que eles vissem que a causa das causas do nosso mal-estar de dez anos foi o esmagamento da pequena burguesia pelas massas rurais mobilizadas pelos nossos barões feudais. Empolgou-os unicamente a roupagem democrática da contenda, o aspecto ideológico da luta (SANTA ROSA, 1976 [1933], p. 74).

Na perspectiva de Santa Rosa, o Código Eleitoral de 1932 – resultado político dos levantes paulistas contra o Governo Provisório – marcava a ressurreição política das velhas oligarquias. Apesar de reconhecer alguns avanços procedimentais na nova Lei Eleitoral, como o voto secreto e o princípio proporcional, o autor acreditava que ela tendia a conservar o mesmo sistema de dominação dos “interesses brutais da maioria” que vigorava antes de 1930. Para ele, o novo Código:

Embebido de preconceitos democráticos – ignorava que o poder oligárquico se sustentava na força eleitoral das massas rurais, de forma que a reintrodução da lógica majoritária do voto e da competição partidária só poderia servir para fortalecer as oligarquias (SANTA ROSA, 1976 [1933], p. 86-87).

A representação eletiva e o pluralismo partidário, portanto, não poderiam ser adotados no curto prazo. Antes, seria necessária uma reforma

moral dos eleitores rurais, no sentido de extirpar “seus vícios radicados” e uma reforma econômica que pusesse fim à dependência desses eleitores em relação aos chefes locais (SANTA ROSA, 1976 [1933], p. 101). A reforma agrária em particular, é importante frisar, constituía para Santa Rosa, um passo fundamental no processo de emancipação política dos trabalhadores rurais, posto que tocava no fundamento de sua manipulação eleitoral pelas oligarquias.

O fim do latifúndio permitiria a emergência de uma nação econômica e socialmente integrada, composta por cidadãos autônomos. Ao defender o princípio de função social da propriedade, o autor chamava atenção para os efeitos cívicos e culturais da reforma agrária. A intervenção estatal no âmbito da organização fundiária permitiria, por um lado, atacar o privatismo, o “insulamento latifundiário” que então caracterizava a sociedade brasileira e, por outro lado, dar um salto qualitativo não apenas no que tangia a riqueza material, mas também à sua atividade cívica e cultural (SANTA ROSA, 1976, p. 121-122).

A distribuição de terra aos camponeses, pela primeira vez, levaria a cabo a “libertação econômica” da imensa massa de agregados. Em suas palavras, a reforma agrária era “... indispensável e inadiável para a consolidação definitiva das conquistas sociais da Revolução de Outubro, no sentido de perfeita expressão política das classes médias” (SANTA ROSA, 1976, [1933], p. 124).

A reforma agrária - no limite, uma reforma total dada à abrangência de seus efeitos, que iam muito além da vida material -, não poderia, contudo, na avaliação de Santa Rosa se realizar no interior dos mecanismos clássicos da representação eletiva e partidária. Em outras palavras, a ruptura com o domínio oligárquico implicava necessariamente a suspensão, ainda que temporária, dos mecanismos majoritários da democracia liberal.

O substantivo “democracia” e o adjetivo “democrático/a” apareciam no vocabulário de Virgínio Santa Rosa quase sempre com uma conotação negativa, que, no limite, derivava de sua associação com as formas liberais, parlamentaristas e federalistas. Tal se via nas recorrentes fórmulas utilizadas por ele, como “preconceitos democráticos e partidários”, “ilusões democráticas”, “preconceitos regionalistas e democráticos” ou “fetiches democráticos”. Em seu ensaio *A Desordem* (1932), ele já anunciava a falência da “democracia burguesa”:

A democracia burguesa está falida. O sufrágio universal, os parlamentos, são instituições inúteis, ineficazes e dispendiosas. Só servem para iludir as

classes produtoras, como uma promessa de liberdade e self-government, falaz e ridícula. Enquanto isso, os partidos políticos, formados de representantes da classe dominante, e os jornais orientadores da opinião pública, de propriedade de capitalistas burgueses, vão explorando o país e engodando o povo (SANTA ROSA, 1932, p. 153).

De acordo com Santa Rosa, no Brasil a democracia teria sido uma forma política que sempre funcionara para manter os privilégios da plutocracia rural. Ela servia à “reação intempestiva das oligarquias” que almejavam obstruir o processo de transformação social. Daí, o termo democracia ser associado pelo autor a um regime contrário às demandas populares. Contudo, a falência da “democracia liberal” não representaria o abandono do princípio do governo do povo. Como veremos na próxima seção, no contexto brasileiro, a vanguarda tenentista aparecia como força política capaz de se identificar com a ascensão das massas e realizar as necessárias reformas sociais no interesse do povo.

O MANDATO NÃO ELETIVO DOS TENENTES

Como assinalado acima, Virgínio Santa Rosa propunha uma interpretação da situação política brasileira a partir dos conflitos entre campo e cidade, que se desdobravam também nos conflitos entre o passado e o futuro, atraso e moderno. A legitimidade política do programa tenentista valia-se de uma narrativa do movimento histórico que, de um lado, postulava o anacronismo das classes sociais do campo e, de outro, conferia às classes urbanas o protagonismo da sociedade futura. *Representantes do passado*, as classes rurais estariam condenadas pelo próprio movimento da história a perecer, cedendo lugar às classes urbanas.

Com base nesse diagnóstico, Santa Rosa previa que a mudança na estrutura socioeconômica brasileira, impulsionada pela industrialização, deslocaria o eixo da produção do campo para a cidade. Em consequência, haveria uma tendência inexorável para que o polo de poder fosse transferido para os segmentos urbanos, em detrimento dos rurais (SANTA ROSA, 1976 [1933], p. 103-104).

Ainda que a pequena burguesia constituísse minoria numérica naquele momento específico, seu protagonismo político se legitimava em uma razão histórica: ela continha em germe o futuro da nação. A tarefa de deciframento do povo que legitimava o poder tenentista se inseria, assim, em uma narrativa do progresso e estava informada pelo postulado de

que os interesses das camadas urbanas correspondiam à vontade geral do povo brasileiro.

Informado por essa filosofia da história, Santa Rosa se empenhava em demonstrar a centralidade da ação política dos tenentes na luta contra as oligarquias. A Revolução de 1930, sob a égide do tenentismo, era interpretada como momento inaugural de entrada da “pequena burguesia” no cenário político nacional:

Vitoriosa a Revolução de 1930, abriram-se grandes brechas no quadro social brasileiro. Desfeita a velha moldura constitucional, as novas camadas das nossas populações irromperam, pouco a pouco, na vida partidária nacional. E, pelas brechas subitamente abertas, penetram dia a dia milhares e milhares de pequenos burgueses, clamando pela representação parlamentar e reconhecimento dos seus direitos econômicos (SANTA ROSA, 1976 [1933], p. 54).

Como se nota, Santa Rosa estabelecia uma identificação direta entre a ação dos tenentes e os anseios das novas classes médias urbanas em ascensão. Com efeito, para o autor, o movimento tenentista constituiu-se, desde os primeiros levantes no início dos anos 1920, como o legítimo “representante” das novas camadas urbanas no cenário político nacional. Seria este, notadamente, o “sentido do tenentismo”, isto é, sua conversão em porta-voz das demandas da pequena burguesia, classe até então destituída de qualquer poder político efetivo. Com os tenentes, sustentava o autor, “as classes médias teriam, possivelmente, a sua primeira expressão política” (SANTA ROSA, 1976 [1933], p. 53).

O protagonismo da vanguarda tenentista derivava dessa narrativa histórica que concebia o presente como um momento de indefinição política, de “desordem”; um tempo de crise em que – para lançar mão do aforismo gramsciano – o velho não desapareceu, e o novo ainda não nasceu. Diante dessa situação adversa e extraordinária, o Exército constituía a única organização sólida e coesa capaz de impedir um retrocesso oligárquico (SANTA ROSA, 1932, p. 18; *ibidem*, p. 31). Santa Rosa conferia aos militares, o papel de guardião do interesse público, uma espécie de instituição representativa da sociedade. Para ele, havia uma forte conexão do Exército com as demandas populares que não encontravam vocalização nas corrompidas elites políticas:

O Exército não podia se alhear do estado de espírito das populações nacionais. Formado de elementos de todas as camadas, oriundos de vários pontos do nosso território, tinha de acolher a si, forçosamente, os múltiplos germens

de futuras rebeliões. Constituído de indivíduos educados na mais absoluta descrença dos nossos homens públicos, cansados de observar e experimentar a corrupção profunda do país amadurecera rápido para as arrancadas reivindicadoras (SANTA ROSA, 1932, p. 18).

Dotada de qualidades cívicas e organizacionais, a vanguarda tenentista ocuparia o vácuo de poder aberto pela crise, acelerando o processo histórico em nome de uma vontade geral que não poderia ser apreendida pela aritmética das eleições. Por conseguinte, os tenentes apresentar-se-iam como uma alternativa ao domínio dos latifundiários e das massas rurais incultas por eles mobilizadas.

É nesse sentido que argumento que o problema da constituição política do povo na obra de Virgínio Santa Rosa resolvia-se a partir da fórmula da *vanguarda altruísta*⁹. Os tenentes seriam os sujeitos políticos privilegiados cuja ação, no limite, levaria a cabo o processo de constituição política de um povo *moderno*, isto é, do povo das cidades, cujos interesses foram historicamente asfixiados pelas elites agrárias. Nesse quadro interpretativo, os tenentes apareciam como detentores de um mandato não eletivo do povo brasileiro, como único grupo social dotado de meios organizacionais e políticos para confrontar a histórica dominação das oligarquias emancipando o povo brasileiro.

A DEMOCRACIA NO PROGRAMA DA ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA

A Aliança Nacional Libertadora (ANL) foi a principal organização política de esquerda a se opor ao governo de Vargas após a promulgação da nova Constituição em 1934. Criada no início de 1935 - seguindo os moldes das Frentes Amplas antifascistas, que na França resultaram na criação do *Front Populaire*, unindo a Seção Francesa da Internacional Operária (SFIO) e o Partido Comunista Francês (PCF) em 1934 -, a ANL congregava membros de diversos segmentos da sociedade, como militares,

9. A categoria “vanguarda altruísta” designa nessa formulação não uma realidade histórica propriamente dita, mas uma forma de compreender a constituição política do povo, no caso aquela expressa na obra de Virgínio Santa Rosa. Ao utilizar-me dessa categoria não pretendo sustentar que o projeto político dos tenentes era “de fato” altruísta, tampouco desprezar os interesses particulares daquela categoria profissional nas disputas pelo poder. De modo diverso, o propósito aqui é lançar luz sobre um modo específico de articulação teórica entre os conceitos de povo e poder.

sindicalistas e parlamentares, e também coligava forças de um largo espectro político, de liberais progressistas a comunistas (ABREU, 2001). O Partido Comunista do Brasil (PCB), seguindo as orientações do VII Congresso da Terceira Internacional de Moscou, liderava na clandestinidade a nova organização, que em seu programa político, além do combate ao fascismo, defendia a reforma agrária, a nacionalização de bancos e empresas estrangeiras, e a melhoria das condições de trabalho (ABREU, 2001; HERNANDEZ, 1985; SILVA, 1969).

Não obstante a efêmera duração da organização - sua fundação data de 12 de março de 1935 e em julho do mesmo ano ela já havia sido posta na ilegalidade com base na recém-aprovada Lei de Segurança Nacional –, a ANL logrou difundir-se em âmbito nacional, com seções em diversos estados do país, e chegou a ter, segundo estimativas, entre 70 e 100 mil aderentes¹⁰.

Em maio de 1935, Luís Carlos Prestes – que estava no exílio desde 1929 e havia se filiado ao PCB em novembro de 1934 – foi aclamado Presidente de honra da ANL. Cinco anos antes, ainda em Buenos Aires, ele já havia rompido com as forças políticas que liderariam a Revolução de 1930, quando tornou público o *Manifesto de Maio*, que pode ser lido como uma crítica *avant la lettre* à Revolução de Outubro de 1930 e seus Já no *Manifesto de Maio*, Prestes explorava a antinomia entre povo e oligarquias. A política institucionalizada, segundo ele, não processava os profundos conflitos que dividiam a sociedade brasileira. Antes, estava limitada a uma farsa cujos papéis estavam prévia e exclusivamente reservados aos membros das oligarquias. A partir desse diagnóstico de falseamento da representação, Prestes denunciava tanto os políticos governistas quanto os opositores da Aliança Liberal que, a despeito de suas contendas e divergências ocasionais, formariam um bloco único de poder, contrário às demandas populares (PRESTES, 1966 [1930], p. 417).

Em tal contexto, a agenda de moralização e democratização do sufrágio era vista não apenas como uma reforma superficial e insuficiente, mas também como instrumento que servia para ludibriar o povo e impedir a realização de suas principais demandas¹¹. Longe de constituir um modo de

10. Como nota Abreu (2001), os dirigentes da ANL afirmavam que a organização já havia “reunido quatrocentos mil aderentes”, mas o historiador Robert Levine, em seu livro *The Vargas Regime*, calculava um número bem menor, “entre 70 e 100 mil participantes” (ABREU, 2001).

11. Vale contrapor esse ceticismo de Prestes à agenda política de autores como Assis Brasil (1927; 1931) e João Arruda (1927; 1932) e ao próprio conteúdo do Código

realizar o governo do povo, tais reformas apenas reproduziriam o sistema de dominação existente. A farsa de um jogo eleitoral “aparentemente democrático” argumentava Prestes, ocultava o poder das oligarquias rurais e os interesses imperialistas:

O Brasil vive sufocado pelo latifúndio, pelo regime feudal da propriedade agrária, onde se já não há propriamente o braço escravo, o que persiste é um regime de semiescravidão e semisservidão. O governo dos coronéis, chefes políticos, donos de terras, só pode ser o que aí temos: opressão política e exploração impositiva. Toda a ação governamental, política e administrativa gira em torno dos interesses dos senhores que não medem recursos na defesa de seus privilégios. De tal regime decorrem quase todos os nossos males. Querer remediá-los pelo voto secreto ou pelo ensino obrigatório é ingenuidade de quem não quer ver a realidade nacional (PRESTES, 1966 [1930], p. 419).

As reformas políticas defendidas pela Aliança Liberal em seu programa, por conseguinte, nada mais fariam que transferir o poder de uma fração da oligarquia a outra, deixando de lado os anseios da “grande maioria da população”. A esse respeito, Prestes dizia que:

Uma simples mudança de homens, um voto secreto, promessas de liberdade eleitoral, de honestidade administrativa, de respeito à Constituição e moeda estável e outras panaceias, nada resolvem, nem podem de maneira alguma interessar à grande maioria da nossa população, sem o apoio da qual qualquer revolução que se faça terá o caráter de uma simples luta entre as oligarquias dominantes (PRESTES, 1966 [1930], p. 418-419).

Esse diagnóstico e o programa esboçado em 1930 seriam retomados e desenvolvidos alguns anos depois, durante a campanha da Aliança Nacional Libertadora. Em um novo Manifesto, já em apoio à ANL em cinco de julho de 1935, Prestes afirmava que, mesmo após a aprovação da nova Constituição (1934), o país continuava “na política asquerosa dos blocos sem princípio; sem programa; do bloco que está no poder e do bloco que quer o poder” (PRESTES, 1986 [1935], p. 264).

Eleitoral de 1932 (Cabral, 2004), que viam na organização do voto o cerne do sistema de representação e vocalização da vontade popular. Sobre o pensamento político de Assis Brasil, ver Hollanda (2009).

Esse postulado de uma profunda cisão entre políticos profissionais e povo, representantes e representados remetia ao problema agrário brasileiro. No diagnóstico de Prestes – e nesse ponto ele estava de acordo com Virgínio Santa Rosa – era a própria estrutura social dominada pelo latifúndio e sua combinação espúria com interesses estrangeiros que impedia que o voto fosse um instrumento de realização do ideal do governo do povo. As suspeitas em relação à representação eletiva se fundamentavam, assim, na premissa de que o povo se encontrava impossibilitado de expressar sua vontade de modo autêntico em um contexto de extrema concentração fundiária. Na situação de heteronomia socioeconômica em que se encontrava o povo brasileiro, a instituição do princípio de soberania popular pela via da extensão do voto às massas era, na melhor das hipóteses, inócua.

Percepção bastante similar do problema político brasileiro foi desenvolvida nos escritos de Caio Prado Jr., que entre julho e agosto de 1935, exerceu o cargo de representante do Partido Comunista junto à seção da ANL no Estado de São Paulo. O autor publicou uma série de artigos no jornal *A Plateia*, nos quais expunha os principais pontos do Programa aliancista¹².

Para Caio Prado Jr., o subdesenvolvimento político do povo brasileiro tinha sua raiz na dependência econômica em relação aos países centrais e na concentração fundiária. Estruturada em bases exógenas, a economia agrária brasileira se mostrava refratária à formação de um povo autônomo, em seus próprios termos, à formação de uma “nacionalidade”:

Por seus caracteres próprios, o sistema agrário da fazenda e do latifúndio, se liga a todos os demais elementos da vida econômica e política do país. [...] A população rural que moureja nas fazendas brasileiras constitui não uma nacionalidade, fundamento necessário de um país livre, autônomo e soberano, mas a massa bruta de ‘nativos’ que [...] servem apenas de pedestal a glória (sic) e poderio econômico das grandes potências da Europa, da América e da Ásia (PRADO JR, 1979 [1935] p. 122).

O latifúndio constituía, assim, o maior entrave para a formação dos cidadãos e, por conseguinte, da própria nação: era a partir dele que se estruturavam todas as relações econômicas e políticas que organizavam o

12. Esses artigos foram reeditados e publicados pela *Revista Escrita Ensaio*, nº 4, vol. 10, na seção “Documentos”, sob o título “O Programa da Aliança Nacional Libertadora”, edição que utilizo aqui.

país. Não obstante a Revolução de 1930 e a nova Constituição aprovada em 1934, o Brasil conservava os pilares de sua secular estrutura de dominação: o poder continuava a girar em torno dos velhos coronéis¹³. Assim, de modo análogo às posições de Virgínio Santa Rosa e de Prestes, Caio Prado considerava insuficiente a agenda de moralização das eleições, cuja implementação pouco contribuía para romper com a estrutura de poder que favorecia os latifundiários:

Ninguém se iludirá por certo com estas instituições de fachada, como eleições e representações ‘democráticas’ em nossos parlamentos. Se formos aos fatos, havemos de verificar que toda política brasileira gira em torno desta hierarquia de ‘chefes’ locais... (PRADO JR, 1979 [1935], p. 134).

Caio Prado Jr. repercutia novamente aqui o diagnóstico segundo o qual a dominação política se assentava na dominação econômica, em particular na propriedade da terra, que garantia o prestígio e os meios materiais e organizacionais necessários para que os políticos lograssem êxito nas eleições. Desse modo, a “democracia” tal como havia no Brasil, ao invés de realizar o princípio do governo do povo, mais se assemelharia, na realidade, a uma associação de fazendeiros:

O ‘material’ da política brasileira é assim constituído, por esta rede de chefes, cada qual com sua base num setor mais ou menos amplo, município, distrito, zonas [...]. Todos os chefes locais brasileiros possuem esta base fundiária, na qual assentam seu prestígio e força (PRADO JR., 1979 [1935], p. 135).

Instituições políticas representativas construídas sob tal base social não poderiam, portanto, converter o povo em sujeito político autônomo. Em

13. Vale destacar que há nessas passagens um esboço da tese, posteriormente desenvolvida em *Formação do Brasil Contemporâneo*, de 1942, da persistência do “sistema colonial” no Brasil moderno que, segundo o autor, não havia logrado constituir-se como uma nação autônoma. Não obstante reviravoltas políticas (como a Independência e a República) e importantes mudanças na organização do trabalho (como o fim da escravidão), a “essência de nossa formação”, dizia Caio Prado, matinha os principais traços do passado colonial, em particular o grande latifúndio e a exportação de produtos primários para a Europa. Em suas palavras, “não completamos ainda hoje a nossa evolução da economia colonial para a nacional” (Prado Jr., 2008 [1942], p 11). Sobre, a adaptação do marxismo para a compreensão da realidade brasileira em Caio Prado, ver Ricupero (2000).

consequência, partidos e políticos profissionais estariam destituídos de legitimidade, posto que seu poder estava baseado na própria estrutura fundiária oligárquica. Nas enfáticas palavras do autor, “uma política assim constituída não pode servir de arma de luta contra o regime agrário do país, porque é nele justamente que ela se apoia” (PRADO JR., 1979 [1935], p. 135).

Além de estabelecer essa interdependência entre economia e política, e enfatizar o modo pelo qual a estrutura social baseada nos vastos domínios rurais obstruía a emergência política do povo, Caio Prado também denunciava a violação dos princípios democráticos mais elementares no governo Vargas. Na sua visão, o país vivia ainda sob o jugo de um governo autoritário que desrespeitava liberdades públicas fundamentais, como o direito de associação partidária, a livre organização sindical e o direito de greve.

Nesse sentido, em sua defesa do programa da ANL, Caio Prado denunciava que as “atividades populares” eram reiteradamente reprimidas pelo aparato repressivo do Estado varguista, invertendo o princípio “democrático” segundo a qual o poder emana do povo:

“[...] bastou que [a ANL] assumisse um caráter popular, bastou que se apresentasse como um movimento realmente democrático, para que se voltassem contra ela todas as iras oficiais. É que nesta democracia de fachada toda a política é permitida, contanto que não parta do povo; contanto que o povo seja mantido afastado como simples espectador passivo e submisso dos manejos do alto” (PRADO JR., 1979 [1935], p. 136).

Vale destacar que semanas antes de Caio Prado Jr. publicar essas linhas, o governo Vargas tinha, com base na Lei de Segurança Nacional, proibido as atividades da ANL. Para Caio Prado, essa decisão violava direitos básicos de expressão política das camadas populares, posto que criminalizava o verdadeiro “movimento democrático” com os epítetos de “extremista” e “subversivo” (PRADO JR., 1979, [1935] p. 136). Nesta “democracia de fachada”, o povo se via completamente excluído do poder em função de medidas autoritárias do governo.

O ENIGMA POVO E AS FORMAS “DEMOCRACIA POPULAR”

As críticas ao *status quo* varguista nessas intervenções de Caio Prado Jr. e Luís Carlos Prestes se construíram a partir de duas denúncias principais: a da estrutura econômica do país baseada no latifúndio; e da ação autoritária do governo Vargas na repressão das organizações populares.

Ambas, acreditavam os militantes da ANL, impediam a organização política autônoma do povo, de modo que não havia qualquer possibilidade de o princípio do governo do povo ser realizado no interior do regime político que vigorava no país.

Diante desse quadro, os militantes da Aliança Nacional Libertadora propunham novas modalidades de governo do povo, que em seu programa recebiam diversas denominações: “democracia popular”, “governo popular”, “governo popular revolucionário” e “frente única nacional revolucionária” eram algumas delas. Não obstante tais expressões fossem muitas vezes utilizadas de forma vaga ou ambígua, sem muitos detalhes sobre sua formatação institucional, é possível lançar luz sobre alguns dos elementos que as caracterizavam.

O programa dos aliancistas incluía um amplo leque de reformas sociais e econômicas: a reforma agrária, a nacionalização de bancos e empresas estrangeiras, o não pagamento da dívida externa, leis de proteção ao trabalhador urbano e rural. Dentre todas essas medidas que visavam à constituição do que podemos chamar de uma *cidadania social*, a reforma agrária constituía o núcleo do programa. Isso porque, avaliavam seus líderes, sem o direito à terra, os camponeses permaneceriam excluídos de qualquer possibilidade de participação política efetiva.

A resolução do “problema fundiário” brasileiro constituía, assim, condição *sine qua non* para a realização da democracia no Brasil. Apenas com a reforma agrária, o camponês se tornaria um sujeito político autônomo. Caio Prado, a esse respeito, escrevia que:

[...] nunca sairemos da situação em que hoje nos encontramos sem uma transformação capaz de fazer do camponês nacional um cidadão livre, consciente e digno como o camponês daqueles países que hoje o conservam à margem da civilização e do progresso (PRADO JR., 1979 [1935], p. 122-123).

Nesse sentido, uma distribuição mais equitativa da terra ia muito além da simples concessão de um direito social. É plausível argumentar que a reforma agrária era tida como ato demiúrgico que criava o povo, que dava origem a um conjunto de cidadãos dotados de autonomia para participar da vida política. Em outras palavras, o *governo do povo* dependia da ruptura completa com as bases econômicas da dominação oligárquica: apenas com o abandono da sua situação de dependência econômica, o camponês se transformaria em “cidadão”. Portanto, a solução do problema fundiário

apresentava-se como requisito para que o povo brasileiro pudesse vir a se converter em sujeito efetivo da soberania.

Em seu programa, a ANL também ressaltava que “a democracia no seu sentido mais alto” dependia “da completa liberdade de pensamento, de palavra, de imprensa, de organização religiosa, racial, de cor, etc.” (ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA, 1969 [1935], p. 445). No mesmo sentido, Caio Prado Jr. enfatizava que uma “democratização cada vez maior da nossa organização política” deveria incluir a garantia efetiva de amplas liberdades públicas, como o direito a manifestações de rua, greves, liberdade de expressão e de associação, segundo ele, pressupostos para uma autêntica expressão política do povo brasileiro:

Não é evidentemente a sua simples consagração, num texto constitucional, que torna a democracia uma realidade. Está aí a confusão de muita gente. Não é porque a constituição brasileira declara, solenemente, que nosso regime é democrático, que ele o será necessariamente. Democracia, como outro regime qualquer, não precisa ser declarada, o principal é que se pratique. E o que significa ‘praticar a democracia’ senão conceder ao povo liberdades de que ele precisa para agir, manifestar e influir na política e na administração do país? (PRADO JR., 1979 [1935], p. 135).

A despeito de tradicionalmente associadas ao liberalismo, tais liberdades eram ali tratadas em um registro positivo, sobretudo porque garantiriam ao povo mecanismos efetivos de participação na formação da vontade política. As liberdades civis eram, assim, incorporadas ao rol de direitos essenciais a uma “democracia popular”, garantidores não apenas da auto-organização do povo, mas também do exercício de pressão sobre os governos instituídos.

Nessa definição de democracia, o governo do povo não deveria se limitar ao momento eleitoral, isto é, à autorização para que uma elite exercesse o monopólio do poder político por meio de procedimentos de delegação. A defesa de modalidades de auto-organização popular, fora da estrita esfera governamental, visaria relativizar o monopólio do poder pelos políticos profissionais, abrindo espaço para formas *não-eletivas* de participação na vida política nacional. É nesse sentido que sustento haver no programa aliancista um elogio do *participacionismo republicano*: uma compreensão ativa da cidadania como engajamento e participação nos negócios públicos. As propostas de formas participativas de democracia, a serem exercidas fora da restrita órbita do Estado e da burocracia, constituíam um dos

pontos mais originais do discurso da ANL e o distinguiram dos cânones do pensamento político brasileiro à época¹⁴.

O programa aliancista, entretanto, não aprofundou possíveis articulações entre as liberdades públicas, o engajamento direto e formas institucionalizadas de participação. O elogio da participação direta, da auto-organização popular nas ruas convivia com enunciados vanguardistas, em que a libertação do povo dar-se-ia por meio da ação de pequenos grupos, únicos dotados de capacidade para libertar o povo da opressão secular das oligarquias.

As ambiguidades e oscilações ficam patentes no exame dos próprios documentos da ANL. Em seu programa, ao mesmo tempo em que se tinha a afirmação de que “o Governo Popular, como representante dos interesses das grandes massas da população só pode[ria] ser exercido sob o controle direto do povo”, e que “o povo intervi[ria] diretamente com suas sugestões, exigências, participando também praticamente na execução das medidas que lhe interessa[sse]” (Aliança Nacional Libertadora, 1969 [1935], p. 445), havia também formulações que remetiam às concepções vanguardistas, como por exemplo, quando se afirmava que “à frente de tal governo poder[iam] ficar homens de real prestígio popular, os homens que verdadeiramente interpret[assem] a vontade da grande maioria popular” (*ibidem*)¹⁵.

Sobretudo nos escritos de Prestes, tais formulações vanguardistas ganhavam ênfase e adquiriam uma perspectiva insurrecional-militar. Aos “chefes” cabia a função de “organizar” e “dirigir” as “grandes massas” para a tomada efetiva do poder (PRESTES, 1986 [1935], p. 269). Não havia, contudo, indicações precisas de quais critérios seriam utilizadas

14. Trata-se do inverso da definição autoritária da democracia presente nas obras de Azevedo Amaral (1938) e Francisco Campos (1940), que se fundavam na recusa peremptória de qualquer forma de expressão política fora da restrita órbita do Estado. Ver Cintra (2013, cap. 5).

15. No último item do Manifesto da Aliança Nacional Libertadora há uma passagem que afirma que o governo revolucionário deveria se organizar institucionalmente seguindo normas tradicionais de divisão de poderes, porém também de modo lacônico: “nada diz ser impossível que o Governo Popular tenha a mesma forma aparente dos governos até hoje dominantes, isto é, um governo central, exercido por um presidente, um governo com um Ministério (de maneira que as mais ponderáveis correntes das populações anti-imperialistas estejam representadas no poder); nos Estados e Municípios, idênticos governos exercidos por pessoas de prestígio popular no Estado ou Município” (ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA, “Programa do Governo Popular Nacional Revolucionário”, 1969 [1935], p. 448.).

para identificar esses “chefes” das massas, os “homens” dotados da rara capacidade de interpretar a essência da “vontade popular”, e cuja ação obedeceria a rigorosos princípios altruístas¹⁶.

As ambivalências no discurso dos membros da ANL também se manifestavam no próprio conceito de “povo”. Em algumas passagens, o povo era descrito como um bloco monolítico, um todo integrado, cujas fissuras resultavam exclusivamente da ação nociva dos “inimigos externos”. Nessa concepção *monista*, lemos, por exemplo, que o povo compreendia “a totalidade da população de um país, com exclusão somente dos agentes imperialistas e da minoria insignificante que os segu[ia]” (ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA, 1969 [1935], p. 444).

Essas oposições entre *povo* vs. *elites*, *nação* vs. *imperialismo*, frequentes no repertório da ANL, evocam a ideia de um *povo-um*¹⁷: o corpo íntegro do povo estaria sendo parasitado por elementos estranhos – os inimigos internos e externos – contra os quais cumpria uma ação “enérgica”, único modo de aniquilá-los. A ANL, nesse discurso, se arvorava na única organização capaz de agir em nome de um povo íntegro, da nação autêntica contra a ameaça de seus inimigos. Assim, o governo da ANL:

[...] ser [ia] o único governo capaz de uma atitude enérgica frente aos dominadores estrangeiros, porque, apoiado por todo o povo, exercido pelos seus chefes de maior prestígio popular, sofrendo a influência direta das grandes organizações de massa, apoiado nas Forças Armadas de todo o País, ser [ia] o primeiro governo em nosso País dentro da democracia popular que ser [ia] capaz de exercer a mais dura ditadura contra os imperialistas e seus agentes (ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA, 1969 [1935], p. 446).

16. Leandro Konder (1980) constata essa ambivalência na tática adotada pela ANL. Não obstante tenha sido formada tendo como referência o modelo de Frente Popular antifascista, a hegemonia do Partido Comunista – então submetido às ordens de Moscou – imprimiu-lhe uma tendência sectária: “A ANL, ao desenvolver suas atividades, deveria teoricamente ampliar o espectro das forças antifascistas; na realidade, porém, hegemonizada pelos comunistas, ela se revelou um instrumento insuficiente na mobilização das massas e uma base estreita para a aliança com as correntes liberais burguesas” (KONDER, 1980, pp. 44-45).

17. O termo *peuple-Un* foi tomado aqui de empréstimo a Claude Lefort (2011), que o utilizava para designar um aspecto do discurso totalitário, cuja imagem da sociedade negava qualquer divisão interna a povo. Cf. Lefort, (2011, p. 145).

A ANL, “única organização realmente nacional”, que expressava “os verdadeiros interesses do povo”, possuiria então as credenciais para pôr fim aos desmandos do imperialismo e de seus “agentes” internos. Ela se apresentava desse modo, como a detentora do monopólio da representação do povo unificado.

Em outras passagens, contudo, os aliancistas mobilizavam uma imagem *plural* do povo, que acolhia potenciais divisões internas. Além de reiterar a defesa das liberdades públicas, como assinalado acima, a própria designação da organização – *Aliança* – indica que o *demos* não constituía um bloco homogêneo, mas uma união de grupos sociais e políticos diversificados. Nesse sentido, em tensão com a imagem do *povo-um*, encontramos o acolhimento da divisão, a imagem do *povo-múltiplo*:

O governo [da ANL] não será somente um governo de operários e camponeses, mas um governo no qual estejam representadas todas as camadas sociais e todas as correntes importantes, ponderáveis da opinião nacional. Será um Governo Popular, na estrita significação da palavra, por se apoiar nas grandes organizações populares, como sindicatos, organizações camponesas, organizações culturais, Forças Armadas, partidos políticos e democratas, etc. (ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA, Programa do Governo Popular Nacional Revolucionário, 1935, in, SILVA, p. 444.).

O próprio Prestes recorria também às imagens de um povo plural em seus textos, quando clamava pela formação de uma frente ampla antifascista e anti-imperialista:

Para a Aliança Nacional Libertadora precisam vir todas as pessoas, grupos, correntes, organizações e mesmo partidos políticos, quaisquer que sejam os seus programas, sob a única condição de que queiram lutar contra a implantação do fascismo no Brasil, contra o imperialismo e o feudalismo, pelos direitos democráticos (PRESTES, 1986 [1935], p. 266).

Como evidenciam essas passagens, os aliancistas oscilavam entre perspectivas distintas acerca da do povo e, por conseguinte, da própria democracia. Ora enfatizando a vanguarda, ora a participação popular direta; ora lançando mão de uma definição do povo como bloco monolítico, cuja agência seria monopólio da ANL, ora acolhendo a divisão social e a vontade popular como resultado complexo da coalizão entre diferentes campos políticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos textos analisados no presente artigo, conclui-se que o programa da esquerda brasileira na primeira metade da década de 1930 – não obstante seu diagnóstico comum de crítica das oligarquias latifundiárias e de politização da questão agrária – oscilava entre duas modalidades de realização do princípio do governo do povo. De um lado, a concepção que denominei *vanguarda altruísta*, na qual a cidadania social seria alcançada a partir da ação de um corpo coeso e disciplinado que encarnaria a vontade popular, rompendo com o passado oligárquico. Nessa formulação – desenvolvida de modo mais explícito e coeso no livro *O Sentido do Tenentismo*, de Virgínio Santa Rosa, mas que também estava presente – ainda que de modo mais atenuado ou ambíguo – nos discursos de Luís Carlos Prestes e no Programa da ANL, o governo popular dependia da ação de um grupo social guiado por uma razão altruísta, dos detentores de mandatos *não-eletivos* que agiriam para realizar os anseios políticos de um povo que não estava em condições de fazê-lo.

De outro lado – apesar de não estar imune à teoria da vanguarda – o programa da ANL, sobretudo tal como formulado nos textos de Caio Prado Jr., abria horizontes para formas participativas de democracia, que denominei aqui *participacionismo republicano*. As disfunções da representação eletiva e partidária poderiam ser superadas a partir da formação de um espaço político não estatal, no qual o povo poderia se organizar, manifestar e influir na vida política do país.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves de. *et all* (org.), (2001) *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA. 1969 [1935]. Programa do Governo Popular Nacional Revolucionário, in, SILVA, Hélio. 1935, *Revolta Vermelha: o ciclo de Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- AMADO, Gilberto. 1969 [1931]. *Eleição e representação: curso de direito político*. Rio de Janeiro: Sá Cavalcante Editores.
- AMARAL, AZEVEDO. (1930). *Ensaio Brasileiro*. Rio de Janeiro: Omena & Barreto.
- _____. 1934. *O Brasil na Crise Atual*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional.
- _____. 1935. *A Aventura Política do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio.
- _____. 1938. *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora.
- ARRUDA, João. 1982 [1927]. *Do Regime Democrático*. Brasília: Câmara dos Deputados.

_____. 1932. **O Moloch Moderno: Estudo da Crise do Estado Moderno**. São Paulo: S. Paulo editora.

ASSIS BRASIL, J. F. de. 1931 [1893]. **Democracia Representativa: do voto e do modo de votar**. Rio de Janeiro: s/editora. 4ª edição ampliada com comentários.

_____. (1927). **Dictadura, Parlamentarismo, Democracia**. Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro.

BASTOS, Abguar. 1986. **Prestes e a Revolução Social**, Rio de Janeiro: Editora Hucitec.

BRANDÃO, Gildo Marçal. (2007). O Programa de Pesquisa Conservador. In **Linhagens do Pensamento Político Brasileiro**, São Paulo: Aderaldo & Rothschild Ed., p. 68-102.

CABRAL, João C. da Rocha. 2004 [1932]. **Código Eleitoral Da República Dos Estados Unidos Do Brasil: 1932**. Secretaria de Documentação e Informação. Brasília.

CAMPOS, Francisco. 1940 [1935-1939]. **O Estado Nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora.

CINTRA, Wendel Antunes. (2013). **Qual Democracia? O governo do povo no pensamento político brasileiro**. Tese de Doutorado. Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ).

_____. (2008). **Alberto Torres e a Crítica à experiência da Primeira República**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ).

HERNANDEZ, Leila M. G. (1985). **Aliança Nacional Libertadora: ideologia e ação**. Porto Alegre: Mercado Aberto.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. (2009). **Modos da Representação Política: o experimento da Primeira República brasileira**. Belo Horizonte -Rio de Janeiro: Editora UFMG-IUPERJ.

KONDER, Leandro. (1980). **A Democracia e os Comunistas no Brasil**. Rio de Janeiro: GRALL.

_____. (1988). **A Derrota Da Dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil até o começo dos anos trinta**. Rio de Janeiro: Campus.

LEFORT, Claude. 2011 [1981]. **A invenção democrática**. Trad. Isabel Loureiro, Maria Leonor F. R. Loureiro. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

_____. (1986). **Essais sur le politique**. Paris: Éditions du Seuil.

MANIN, Bernard. (1997). **The principles of representative government**. Cambridge: Cambridge University Press.

MARX, Karl. 2002 [1852]. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. Trad. Leandro Konder e Renato Guimarães. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

NICOLAU, Jairo Marconi. (2002). **História do Voto no Brasil**. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro.

PRADO JR., Caio. 1999 [1933]. **Evolução Política Do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

_____. 2008 [1942]. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense.

_____. 1979 [1935]. O programa da AN, **Revista Escrita Ensaio**, vol. 4, nº 10, pp. 121-136.

- PRESTES, Luís Carlos. 1966 [1930]. Manifesto de Maio de 1930. In HÉLIO, Silva, *A Revolução Traída: 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 417-421.
- _____. 1986 [1935]. Manifesto da Aliança Nacional Libertadora, de 5 de julho de 1935. In BASTOS, Abguar. (1986). *Prestes e a Revolução Social*. Rio de Janeiro: Editora Hucitec, p. 262-270. (Publicado originalmente no jornal “A Plateia” em 06/07/1935).
- _____. 1982 [1935]. Carta de Prestes a Roberto Sissón, setembro de 1935, in VINHAS, Moisés, *O Partidão: a Luta por um Partido de Massas 1922-1974*. São Paulo: Editora Hucitec.
- RICUPERO, Bernardo. (2000). *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo; Fapesp; Editora 34.
- ROSANVALLON, Pierre. (1986). *Pour Une Histoire Conceptuelle Du Politique, Revue de synthèse*, vol. IV, n° 1-2, p. 93–105.
- _____. (1998). *Le peuple introuvable: histoire de la représentation démocratique en France*. Paris: Gallimard.
- _____. (1989). *Le libéralisme économique: Histoire de l'idée de marché*. Paris: Éditions du Seuil.
- _____. (2000). *La Démocratie Inachevée: Histoire de la souveraineté du peuple en France*. Paris: Gallimard.
- _____. (2008). *Counter-Democracy. Politics in an Age of Distrust*. Trad. Arthur Goldhammer. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. (2009). *Democratic Universalism as a Historical Problem*, *Constellations*, Volume 16, n° 4, p. 539–549
- _____. (2010). *Por Uma História Conceitual Do Político*. Trad. Christian Edward Cyril Lynch. São Paulo: Alameda.
- SANTA ROSA, Virgínio. (1932). *A desordem: ensaio de interpretação do momento*. Rio de Janeiro: Schmidt.
- _____. 1976. [1933]. *O Sentido Do Tenentismo*. São Paulo: Alfa Ômega.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. (1978). *Ordem Burguesa e Liberalismo Político*. São Paulo: Duas Cidades.
- SILVA, Hélio. (1966). *A Revolução Traída: 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira
- _____. (1969). *1935: Revolta Vermelha: o ciclo de Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- TORRES, Alberto. 1978 [1914]. *Organização Nacional*. São Paulo: Editora Nacional.
- _____. 1933 [1914]. *O Problema Nacional Brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- VIANNA, Francisco José de Oliveira. 1933 [1920]. *Populações Meridionais do Brasil*. São Paulo, Cia Editora Nacional.
- _____. (1927). *Idealismo da Constituição*. Rio de Janeiro: Terra de Sol.
- _____. 1974 [1930]. *Problemas de política objetiva*. Rio de Janeiro: Record.

A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E A ANÁLISE DE CONTEÚDO: INSTRUMENTOS QUE SE COMPLEMENTAM NA PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO

Elisângela Domingues Michelatto Natt

Doutoranda em Administração na Universidade Federal de Minas Gerais Professora Substituta do Departamento de Administração da Universidade de Minas Gerais.

E-mail: elisdomingues@gmail.com.

Alexandre de Pádua Carrieri

Professor Titular do Departamento de Administração da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: alexandre@face.ufmg.br.

RESUMO

Pretende-se neste trabalho discutir sobre o diálogo entre a Teoria das Representações Sociais (TRS) e a Análise de Conteúdo (AC). Ao observar as possibilidades de análise a partir da Teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 1978) e da Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977), observou-se que tanto a Teoria quanto a técnica têm em comum o estudo dos processos de comunicação. No que se refere à Teoria das Representações Sociais e também à Análise de Conteúdo, compreende-se que o sentido que perpassa a realidade somente pode ser acessado com clareza e objetividade pelo pesquisador, a partir da investigação e análise profunda do material emergido durante a pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria das Representações Sociais (TRS). Análise de Conteúdo (AC). Estudos Organizacionais.

ABSTRACT

This paper discusses the dialogue between the Social Representations Theory (SRT) and the Content Analysis (CA). By observing the possibilities of analysis from the Social Representations Theory (MOSCOVICI, 1978) and the Content Analysis (BARDIN, 1977), we observed both the theory and technique have in common the study of communication processes. Concerning the Theory of Social Representations and also the Content Analysis, it is possible to understand the meaning that permeates reality can only be accessed with clarity and objectivity by the researcher, according to his own studying and his deep analysis of data collected during the inquiry.

KEYWORDS: Social Representations Theory (SRT). Content Analysis (CA). Organizational Studies.

RESUMEN

Se pretende en este trabajo discutir el diálogo entre la Teoría de las Representaciones Sociales (SRT) y el Análisis de Contenido (CA). Al mirar las posibilidades de análisis de la Teoría de las Representaciones Sociales (MOSCOVICI, 1978) y Análisis de Contenido (BARDIN, 1977), se observó que tanto la teoría cómo la técnica tienen en común el estudio de los procesos de comunicación. Con respecto a la Teoría de las Representaciones Sociales y también el Análisis de Contenido, se entiende que el significado que impregna la realidad sólo se puede acceder con claridad y objetividad por el investigador, a partir de la pesquisa y del análisis exhaustivo del material germinado durante la búsqueda.

PALABRAS CLAVE: *Teoría de las Representaciones Sociales (SRT). Análisis de Contenido (CA). Estudios Organizacionales.*

INTRODUÇÃO

Pretende-se nesse trabalho discutir o diálogo entre a Teoria das Representações Sociais (TRS) e a Análise de Conteúdo (AC). A intenção é incitar uma reflexão acerca da utilização das duas perspectivas – teórica e metodológica –, de forma complementar, no desenvolvimento de pesquisas com características qualitativas na área de Administração, mais especificamente no que se refere ao âmbito dos Estudos Organizacionais e Sociedade. São vários e distintos os modos de se empreender essa tarefa, e muitos são os paradigmas, as tradições, os modelos, e os programas ou posturas. Os paradigmas representam conquistas científicas universalmente aceitas e, portanto, compreendidas como referência para a proposição de modelos e definições entendidas como aceitáveis para determinadas comunidades acadêmicas, pautando-se em conhecimentos científicos compreendidos academicamente como legítimos.

As ciências, assim como o universo social, experimentam constantes transformações, e têm o desafio diário de renovar-se e revisar-se continuamente. Esse processo de renovação e revisão caracterizaria o que Kuhn (1970) chamou de uma revolução ocasionada pela crise paradigmática, ocasionando possibilidades de transformação e permitindo o surgimento de novos paradigmas em detrimento ou não dos velhos paradigmas. Esse elemento de mudança vai ao encontro com o posicionamento de Lakatos (1970), que enxerga a ciência como um espaço de disputa entre os programas de pesquisa. Para o autor, esses ambientes são palcos onde se apresentam teorias concorrentes. Nesses palcos são reveladas as visões de mundo, as crenças, os valores dos pesquisadores e os pressupostos teóricos

e metodológicos que servem como modelos de apoio. A ciência seria então, um campo de confrontos entre os programas de pesquisa, onde as anomalias surgem das diferentes interpretações e análises, e ultrapassam o caráter de meras teorias isoladas e acabadas (CHIZZOTTI, 2006).

A ciência não constitui o único regime de produção de conhecimento, nem mesmo o único que pode clarificar e revelar as verdades válidas em nosso meio. Infelizmente, mesmo em dias atuais, ainda existem pretensões equivocadas quanto às verdades universais, quanto à validade, objetividade e aplicabilidade das teorias entendidas como científicas. Para Chizzotti (2006) trata-se de uma pretensão ilusória, uma vez que a ciência não deve ser uma produção homogênea de conhecimento.

Para Martins e Bicudo (1989), entre os papéis da ciência, está a necessidade de se apreender informações que possibilitem conhecer, em profundidade, casos particulares, com atenção centralizada no específico, no peculiar e no individual. Entretanto, a partilha social e as condições de significação conjunta, em determinadas sociedades, têm se mostrado cada vez mais cara à ciência, no sentido de que se possa compreender e não apenas explicar os fenômenos estudados. É nesse aspecto que se destaca a TRS, que requer uma visão não particularizada sem, contudo, dar atenção aos fenômenos de forma generalizada ou superficial. Esse aspecto possibilita à investigação qualitativa em Ciências Sociais, a interpretação e compreensão de realidades partilhadas em determinados meios sociais (ABRIC, 2000).

No intuito de fazer emergir os fatos que perpassam construções e representações socialmente partilhadas, a AC se faz um importante instrumento de análise de informações coletadas em pesquisas qualitativas. A AC constitui um conjunto de técnicas para a análise das formas de comunicação (BARDIN, 1977). O objetivo para a utilização dessa técnica é possibilitar procedimentos que permitam sistematizar e clarificar procedimentos descritivos a partir de conteúdos e mensagens faladas ou escritas, produzindo indicadores – quantitativos ou não – que permitam ao pesquisador, inferir conhecimentos relacionados às suas condições de produção.

Conforme nos aponta Mattos (2009), não há um consenso sobre a cientificidade ou não da Administração. Contudo, considera-se de suma importância apontar que tal impasse não impede que o fenômeno da administração seja cientificamente estudado. Nesse sentido, concordamos com a posição do autor em torno da construção do saber administrativo – individual e organizacional- como algo solidamente imbricado na singularidade, mas que recorre intuitivamente à formulações gerais no sentido

de orientar-se. Esta constante contraposição entre individual e coletivo, faz com que muitos procedimentos metodológicos sejam sobrepostos, e muitas vezes colocados em oposição, muitas vezes, rejeitando-se mutuamente. Parece haver ainda hoje, uma grande disputa no âmbito dos métodos investigativos e mesmo no que se refere às questões epistemológicas. Muito se discute sobre as formas de pesquisa na área e pouco consenso se admite entre as diferentes subáreas. A intenção aqui é argumentar que a TRS, aliada à AC, constitui-se de importante perspectiva de investigação e análise nas várias subáreas da pesquisa em Administração.

Sob as orientações apresentadas, e no intuito de clarificar ao leitor como Teoria e Método se complementam, esse texto foi dividido em seis seções, a começar por essa introdução, seguindo à apresentação da TRS, passando para o tópico em que será descrita a técnica de AC. Na sequência serão apresentados os argumentos quanto à complementaridade proposta. Na quinta seção serão discutidos os aspectos relevantes para os estudos em Administração e, por fim, encerra-se o texto com as considerações finais.

TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS (TRS)

Para Abric (2000), as visões coletivamente partilhadas e internalizadas, de forma particular, pelos diferentes sujeitos expostos a uma mesma realidade, é considerada uma forma de representação. O autor argumenta que a representação funciona como um modo de interpretação da realidade, que conduz comportamentos e práticas sociais de sujeitos relacionados social e fisicamente. Quando ocorre o compartilhamento das representações sobre um mesmo objeto ou conteúdo, entre os diferentes indivíduos e grupos sociais, dispostos em diferentes ambientes, entende-se que há a construção de uma representação social.

Essas representações socialmente partilhadas são formas de conhecimento elaboradas e compartilhadas com objetivos práticos, e contribuem para a construção de uma realidade comum a um mesmo conjunto social (JODELET, 2002; GUERRA; ICHIKAWA, 2013). Para Sá (1993) trata-se de uma mobilização que pode acontecer em qualquer lugar e a qualquer momento, desde que haja pessoas e que elas se comuniquem e se encontrem. Se isso ocorrer, temos então as condições necessárias para a construção de Representações Sociais. Para Alexandre (2001) e Correa *et al.* (2007) qualquer meio de comunicação que contribua para o compartilhamento e geração de informações pode possibilitar o surgimento de representações socialmente compartilhadas.

A principal característica das representações sociais é transformar o desconhecido em familiar, aproximando-o da realidade cotidiana dos indivíduos (GOMES *et al*, 2004; DINIZ *et al*, 2013). Quando elaborou e descreveu sua teoria, Moscovici (1978; 2004) argumentou que as representações sociais são fenômenos que podem ser compreendidos ao serem observados como um corpo organizado de conhecimentos e devem ser encaradas como uma maneira direcionada para a compreensão e comunicação do que já se conhece em algum outro lugar. Em outras palavras, para que ocorra o processo de criação das representações sociais é preciso que informações sobre algo que já existe sejam disseminadas e, a partir da interação popular com tais informações, as representações serão estabelecidas.

Abric (2000) argumenta que uma característica básica das representações sociais é que elas são, ao mesmo tempo, estáveis e móveis, rígidas e flexíveis, consensuais e distintas. Essa diferença e contradição podem se justificar porque os emissores das informações têm sua individualidade e a imprimem na comunicação, o que implicará em diferentes percepções e transmissões em torno de um mesmo tema, pois cada indivíduo deixa sua marca antes de passar a frente uma informação, aquilo que fica de comum, no entanto, é o que vai imprimir uma representação. Moscovici (1978; 2004) interessou-se especificamente pelas representações disseminadas na sociedade contemporânea. Buscou compreender os fundamentos e interesses políticos que as envolve, e as crenças advindas de representações distorcidas, que infiltram a realidade da vida cotidiana dos cidadãos comuns. Jovchelovitch (2003) entende que as representações sociais são como um espaço comum, partilhado, mas com diferente intensidade e sob diferentes perspectivas.

As representações são meios que possibilitam a interação e o desenvolvimento das relações sociais, não como expressão da novidade, pois não se constituem de novos assuntos, mas trazem a tona e popularizam os mesmos conteúdos desenvolvidos em outras parcelas sociais. É uma difusão que possibilita uma nova ótica e discussão, podendo caracterizar a afirmação de processos representativos acerca de temas variados (FIGUEIREDO *et al*, 2013). Spink (2003) orienta que tanto questões de diversidade quanto de contradição, podem ser investigadas a partir da ótica das representações sociais, desde que considerados como processuais.

Para Moscovici (1978), quando a realidade exterior é remodelada ou reproduzida na forma de representações sociais, se têm as marcas do contexto e dos valores e as noções e regras são solidariamente difundidas. Dois fatores chamam a atenção nesse processo. Em primeiro lugar a

institucionalização das representações sociais perpassa uma proposta de integração tanto de aspectos teóricos e consensuais, quanto do universo reificado. No primeiro caso, observa-se a sociedade como uma criação visível, contínua, perpassada por sentido e finalidade, onde o ser humano é a medida fundamental para todas as coisas. Quanto ao universo reificado, o que ocorre é a transformação da sociedade em um sistema de identidades sólidas, fundamentais e invariáveis, mas que não são passíveis de distinguir a individualidade, e acabam por ignorar as particularidades inscritas na própria criação.

No universo consensual, os sujeitos são compreendidos como iguais, livres e dotados de um direito consensual para falar pelo grupo (BRUNETTA *et al*, 2013). Nessa dimensão todos poderiam ser considerados responsáveis e passíveis de uma observação que lhe permita, posteriormente, expressar suas opiniões. É no ambiente das reificações que os sujeitos adquirem diferentes papéis e caracterizam-se por sua individualidade, recebendo designações conforme o status social ou a classe a qual pertence. Nesse universo estabelece-se a desigualdade entre os indivíduos e é preciso que se adquiram competências para então fazer parte de um determinado grupo e, para só então falar para o grupo e sobre o grupo (MOSCOVICI, 2004).

A diferença entre os dois universos produz crenças que impactam os indivíduos, social e emocionalmente, partindo a realidade em dois mundos que se complementam, mas que vivem em conflito. De um lado, o universo reificado é constituído e firmado por conceitos, e de outro se tem um universo consensualmente estabelecido pelas representações sociais (MOSCOVICI, 2004). Para Moscovici (2004) o universo reificado pode esconder valores e proporcionar vantagens, inculcando nos indivíduos uma pretensão intelectual, que lhes possibilite, por meio de evidências empíricas, acessarem a realidade partilhada pelo grupo ao que almejam adentrar.

Nesse sentido, a TRS auxilia no processo de compreensão da transformação de conceitos difundidos no universo reificado – para nós entendido como o universo da ciência – e na sua transmutação para o universo consensual – espaço extra-acadêmico, do senso comum. Entre o meio original de construção dos conceitos e a partilha consensual desses mesmos conceitos há uma dinâmica a ser desvendada e a investigação que visa compreender o processo de construção das representações sociais pode revelar importantes aspectos imbricados na realidade. É no universo reificado que verdades imprecisas são difundidas e validadas socialmente, por intermediários, normalmente a mídia e outros processos de comunicação em massa (MOSCOVICI, 1978).

Jodelet (2005) sintetiza o fundamento das representações sociais ao afirmar que se tratam de teorias socialmente criadas e operantes, que se relacionam com a construção da realidade cotidiana a partir das condutas e modelando-as por meio da comunicação que ocorre no meio social, relacionando a vida e a expressão dos grupos nesse ambiente. Trata-se de construções sócio-históricas que resultam dos processos de socialização, envolvendo as tensões entre os sujeitos e o mundo socialmente constituído. É no espaço público que se viabiliza, ou não, a alteridade e a perenidade da história. É onde as tradições ou transformações ocorrerão e se manifestarão, seja a partir de artefatos ou de narrativas. Para Jovchelovitch (2003) é nessa dinâmica que os sujeitos criam indicativos de conduta, que servem para nortear as ações em determinadas sociedades, ou ainda, causar constrangimentos, levando os indivíduos a internalizarem suas obrigações sociais a partir de uma noção coletiva do que é necessário que se faça.

Esse processo se dá a partir de uma familiarização com o mundo dos outros, a partir de mecanismos baseados na historicidade, a saber, pela ancoragem e pela objetivação (JODELET, 2005). Investigando a proposição de Moscovici (2004), encontramos que a ancoragem seria o processo que corresponde à atribuição de sentido no que se refere às ideias novas, desconhecidas. Seria uma espécie de iniciação e inserção do novo em um contexto familiar, estabelecido. Quanto à objetivação, trata-se de uma organização e correlação das informações trazidas do mundo exterior e inseridas com a intencionalidade de naturalização de termos e conceitos, atrelando-os à realidade objetiva. Esses dois caminhos complementares são os responsáveis por permitir a familiarização e aproximação real daquilo que é desconhecido, transferindo-o inicialmente para a esfera particular, tornando-o passível de comparação e interpretação e, posteriormente permitindo a reprodução entre o universo do familiar e coletivo, onde se pode vivenciar e controlar.

Os mecanismos de ancoragem e objetivação requerem um processo de recriação de objetos e sentidos, levando à identificação com aquilo que parecem. Há nessa dinâmica uma força ilocutória que faz com que os sujeitos acreditem, erroneamente, na objetividade das coisas, como se elas fossem, de fato, aquilo que nos aparentam perceptualmente. Esse fenômeno faz com que a realidade seja compreendida e percebida de forma peculiar, única e particular para cada indivíduo. Os indivíduos, ao organizarem os objetos do mundo real, também organizam e constroem a si mesmos, pois vai assimilando a realidade ao entorno e se espelhando nela, tornando-se importante, ou não, para o meio ao qual está exposto. É assim que

os sujeitos se localizam e se situam no mundo socialmente constituído, e materialmente especificado. A TRS (MOSCOVICI, 1978) nega a dicotomia entre sujeito e objeto, já que o universo socialmente objetivado só existe a partir dos sujeitos, não significando a priori, mas que recebe atribuições e significações a todo o momento, conforme a história e a visão de mundo internalizada e compartilhada.

ANÁLISE DE CONTEÚDO (AC)

Bardin (1977) define a AC como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que visa obter, a partir de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores – quantitativos ou não – que possibilitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção – variáveis inferidas – destas mensagens. A autora sinaliza que, após a seleção dos conteúdos, deve-se organizar todo o processo de exploração do material, realizando uma leitura flutuante seguida de uma pré-análise, criando sem seguida, categorias de análise, e finalmente deve-se proceder ao tratamento dos resultados e realizar as possíveis interpretações.

A AC tem como ponto de partida, a mensagem, devendo-se ainda, considerar as condições contextuais de seus produtores (VILA *et al*, 2014). É na concepção crítica e dinâmica da linguagem que a AC se funda. Contudo, não se deve considerar apenas a semântica da língua, mas também a interpretação do sentido que os indivíduos atribuem às mensagens (FRANCO, 2005). Nesse sentido, o conteúdo das entrevistas deve ser transcrito e analisado, com base num sequência simples, porém lógica, isto é, primeiro gravam-se as entrevistas passando à transcrição e digitação das mesmas, em seguida, parte-se para a classificação das informações, como “possíveis”, na associação dos temas, colocando-os em quadros os discursos categorias.

Como aponta Vergara (2003), a AC se constitui uma técnica para o tratamento de dados, visando identificar aquilo que está sendo dito acerca de determinado tema. De acordo com a autora, os materiais de análise tradicionalmente considerados são os textos escritos, que podem ser construídos no processo de pesquisa, ou se tratar de textos já produzidos anteriormente, para outra finalidade que não a pesquisa, como é o caso de jornais e revistas. Sob essa perspectiva, intenta-se descobrir aquilo que está por trás dos conteúdos manifestos, o que permanece velado sob os conteúdos explícitos. Para tanto, deve-se realizar uma análise profunda,

que descubra elementos profundamente enraizados, que não aparecem na superfície do processo comunicativo.

A AC assemelha-se ao processo de categorização e tabulação de respostas às questões abertas. Isso ocorre porque, em princípio, constituiu-se como uma técnica de pesquisa que objetivava uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa, de conteúdos emitidos por jornais, revistas, filmes, emissoras de rádio e televisão (BARDIN, 1977). Atualmente trata-se de uma técnica comumente empregada na análise de investigações qualitativas com materiais obtidos a partir de entrevistas. Conforme descreve Bardin (1977), a finalidade da AC é produzir inferência a partir de vestígios e índices colocados em evidência a partir de procedimentos relativamente complexos, dependendo do foco e objetivos da pesquisa (FRANCO, 2005).

Em relação às categorias, salienta-se que elas não são definidas a priori, já que emergem dos discursos investigados e das respostas obtidas a partir da investigação. Esse aspecto implica em um processo de idas e vindas, fundado em um referencial teórico. Para Franco (2005) nesse método de análise as categorias são criadas conforme emergem nas respostas ou material coletado, somente depois dessa familiarização e à luz das teorias empregadas no processo de análise é que se pode proceder ao processo de categorização. Para a criação das categorias é necessário que alguns critérios sejam levados em conta, a começar pela realização de exclusão mútua – onde uma única forma de categorização deve orientar a organização da pesquisa. Posteriormente deve-se avaliar a pertinência da proposta, isto é, o quanto ela está adaptada ao material de análise escolhido e ao referencial teórico empregado. A partir daí, parte-se para a análise da objetividade e fidedignidade dos elementos que compõem o material de análise. Nesse sentido, aplicam-se determinadas categorias, que requerem o processamento similar ao anterior. Há ainda o momento relacionado ao conjunto de categorias para verificar se ele é produtivo, ou seja, se ele produz resultados férteis.

Para Bardin (1977) o processo de categorização deve seguir algumas regras, tais como evitar a compilação inadequada dos temas, procurando não misturá-los. Deve também procurar esgotar a totalidade do texto e garantir que o conteúdo emergido em uma categoria reincida em outras categorias, validando o conteúdo pertinente a categorias exclusivas, adotadas em cada pesquisa. É comum que parte significativa de trabalhos realizados que se utilizam da AC apresente descrições numéricas de elementos característicos do texto, contudo, tem se dado significativa atenção aos tipos de construção de textos, tornando-se relevantes suas qualidades e

diferenciações, somente então se procedendo aos recursos de codificação (SILVA *et al*, 2014).

A elaboração de quadros descritivos deve se dar com o objetivo de cruzar as informações, estabelecendo as possibilidades analíticas. Aquilo que se exclui das intenções e objetivos propostos para a pesquisa deve ser encarado naturalmente, e tal conteúdo deve apenas ser amenizado, mas não excluído do material. Conforme Bardin (1977), a escolha da técnica de AC deve ocorrer em função da necessidade de geração de significados após as codificações e categorizações (ALVES *et al*, 2014), o que também deve ocorrer de forma objetiva e sistemática. Para facilitar esse processo de análise, pode-se recorrer ao software ATLAS. ti, cuja versão mais atualizada é a 7.0.

Na organização dos procedimentos de análise pode-se seguir três passos, começando pela pré-análise, seguindo para a exploração do material e, por fim, realizando o tratamento dos resultados, fazendo as inferências e interpretações. O primeiro momento, da pré-análise, ocorre com o objetivo de conduzir o pesquisador à elaboração de um plano genérico para a análise. Já a segunda etapa funda-se na execução dos procedimentos delimitados durante a pré-análise, que ocorrem por meio da codificação dos conteúdos das mensagens e enumeração dos elementos que dela emergem – processo de decomposição. A terceira etapa constitui-se com o tratamento dos resultados. É o momento em que emergem as inferências e interpretações, que são delineadas por meio das condensações dos conteúdos extraídos na análise, por meio da classificação sintática, que corresponde ao agrupamento desses conteúdos em palavras-pletas e palavras-instrumento.

Para Bardin (1977) as palavras-instrumento constituem-se de elementos que realizam ligações de apoio às palavras-pletas, que por sua vez, são classificadas a partir de verbos, adjetivos e substantivos. A análise em torno da frequência das palavras-pletas comumente sugere pontos de destaque que devem ser levados em conta de forma detalhada e cuidadosa, observando e respeitando a sequência do tratamento dos dados. Nesse sentido, é possível que seja realizada a verificação acerca da variação observada na maneira como as palavras foram empregadas pelos seus reprodutores.

Durante o processo de codificação que antecede a categorização, pode se estipular as unidades de análise, como por exemplo, o conteúdo de frases. Às vezes se faz necessário a adoção de uma unidade de registro de partes de frases, a fim de possibilitar a expansão dessa unidade para possibilitar a atribuição de códigos (BARDIN, 1977). Deve-se ainda seguir a estipulação de regras de enumeração, sendo permitido, por exemplo,

o emprego da frequência simples para a aparição dos códigos. No que se refere ao processo de agregação dos códigos e classificação das categorias, pode-se recorrer aos temas empregados a posteriori de tal forma que possam emergir a partir da combinação dos códigos e da designação dos grupos. Somente depois se segue para a realização do exame e, caso haja necessidade, parte-se para o procedimento de renomeação segundo o referencial teórico utilizado.

Para que se proceda à AC, é necessário que se tenha objetividade clara e precisa, estando apto a sistematizar e abordar aquilo que é intrinsecamente quantificável (OLIVEIRA, 2008). Essa simples análise permite que se avaliem documentos sem que o comunicador, ou seja, o emissor original das mensagens anunciadas tenha conhecimento, isso porque o analista pode se valer de textos públicos e prontos, para então delinear ou evidenciar uma realidade. Esse aspecto que, aparentemente demonstra-se vantajoso, tem, no entanto, algumas restrições, a começar pelo fato de que, sem o devido cuidado e preparo, os pesquisadores que se valem dele podem sucumbir ao equivocado construto de suas investigações, produzindo conhecimentos enviesados a partir de opções pouco claras, que não indiquem adequadamente os objetivos práticos da pesquisa proposta. Trata-se de um elemento de difícil trato em quaisquer que sejam as pesquisas, acentuando-se quando se tratam de pesquisas qualitativas. Isso não quer dizer, entretanto, que pesquisas dessa ordem sejam enviesadas, e sim que requerem maior cuidado com sua delimitação e clareza.

Na AC assume-se que a frequência da ocorrência pode significar o grau de importância dado a determinado tema ou palavra, salvo algumas exceções, em que frases ou temas podem ser classificados em blocos de categorias, alocados com o intuito de promover a redução dos dados. Esse procedimento merece atenção, já que sem o devido cuidado, as informações podem ocasionar distorções quanto à forma, corrompendo a quantificação por não abordar medidas que considerem as devidas dimensões dos temas e a profundidade que eles têm em meio ao conteúdo maior. Para Smith (2003) é preciso que se decida sobre quais as abordagens mais adequadas para cada investigação científica. Há duas abordagens assumidas como de maior relevância, e que são, em certos casos, complementares no processo de análise textual. Seriam elas a abordagem temática e a abordagem sintática. Na primeira procede-se à extração e análise dos temas colados às mensagens a partir de tendências específicas como atitudes e/ou categorias imbricadas nos conteúdos emergidos a partir dos textos coletados, permitindo então inferências que a eles estejam relacionadas. Na abordagem

sintática ocorre o processo de análise, em que se quantificam os entraves cognitivos percebidos na leitura das mensagens, caracterizando-as pelo foco na análise da acessibilidade de acesso cognitivo ao texto. É uma fase pautada por procedimentos sintáticos de construção e estruturação da língua.

Nesse sentido, temos uma abordagem relacionada à forma – contagem – e outra relacionada aos significados – análise subjetiva. A segunda atenta-se também aos temas subjacentes aos textos investigados. Poderíamos sintetizar então, que a AC constitui-se de seis fases, iniciando-se pelos procedimentos de: 1) pré-análise – seleção e/ou transcrição dos textos que serão analisados no corpus de pesquisa; 2) formulação de hipóteses e objetivos; 3) formulação de indicadores para a fundamentação da interpretação do conteúdo; 4) exploração em profundidade do material selecionado – envolvendo operações de codificação e enumeração, conforme categorias formuladas; 5) tratamento dos resultados – significação e validade e por último; e 6) realiza-se a inferência e a interpretação de todo o material em função das estratégias realizadas até aqui.

Para Mozzato e Grzybovski (2011), a opção pela unidade de análise – palavra ou frase – deve levar em conta o tipo de estudo que se está realizando, tendo sempre a ciência das vantagens e limitações das escolhas realizadas. Ao optar pelo uso da unidade baseada em palavras tem-se a vantagem da precisão e facilidade na manipulação. Se a pesquisa estiver pautada em fundamentos de medição, esta escolha se faz adequada. Suas limitações estão relacionadas à fixação exagerada que pode deixar escapar sinônimos importantes para as inferências e também por desconsiderar elementos não narrativos, como fotografias ou gráficos (ALVES, 2011). Em relação ao uso de unidades frasais, as vantagens estão relacionadas ao fato de que, além de também permitir certa precisão na contagem, ainda possibilita auferir significado aos conteúdos analisados, resultando em uma perspectiva mais completa e profunda para os resultados da pesquisa.

Para finalizar, é importante que sejam apontadas as características dos procedimentos de codificação e categorização. A codificação corresponde a uma espécie de transformação, processada a partir de regras precisas e objetivas, em que os dados brutos são recortados, agregados e enumerados, possibilitando que se chegue à representação do conteúdo ou daquilo que ele representa, permitindo ao analista o esclarecimento dos conteúdos submersos no texto, fornecendo indicativos para a organização da codificação (BARDIN, 1977). Nesse sentido, temos a seguinte sequência para o processo de codificação: 1) seleção das unidades por meio do recorte; 2) a definição das regras de contagem, por meio da enumeração; e 3) a

elaboração das categorias, por meio da classificação e da agregação dos elementos semelhantes.

Já a categorização é o processo em que ocorre a classificação dos elementos que formam o aglomerado de diferenciação. Trata-se de um procedimento de agrupamento por analogia. Nesse momento consideram-se critérios previamente definidos, em que as categorias são consideradas a partir de padrões ou temas explicitamente veiculados no texto ou emergidos em função da análise. É importante clareza e objetividade nesse momento, já que são necessárias especificações para a orientação das definições operacionais e das regras adotadas (BARDIN, 1977; ALVES, 2011). Para Alves (2011), a importância de uma categoria deve ocorrer em função da frequência evidenciada. Isso deve ocorrer de acordo com os pressupostos fundamentais e subjacentes aos estudos visam conduzir o processamento de diferentes unidades de análise, ocasionando diferentes percepções quanto à importância relativa de cada categoria.

Ao optar pela AC é de suma importância que se considere que os dados em si, não constituem nada além de dados brutos (MOZZATO E GRZYBOVSKI, 2011). O sentido que culminará desses dados somente serão acessados no processo de investigação e análise, o que requer procedimentos de análise bem delineados e apropriados às pretensões empreitadas para o desenvolvimento da pesquisa. Conclui-se com Flick (2009), que a AC permite que se realize uma interpretação que se desenvolve com a aplicação de técnicas não exageradamente refinadas, mas cuidadosamente elaboradas e instrumentalizadas. Nesse sentido, a AC pode ser adotada como uma importante técnica para a análise de dados no campo da pesquisa em Administração, inclusive em pesquisas qualitativas.

COMPLEMENTARIDADE ENTRE E TEORIA (TRS) E A TÉCNICA (AC)

Ao observar as possibilidades de análise a partir da TRS (MOSCOVICI, 1978) e da AC (BARDIN, 1977), observa-se que tanto uma quanto a outra têm em comum o estudo dos processos de comunicação. Ambas são um modo de interpretação da realidade, e refletem os comportamentos e as práticas sociais de sujeitos. Qualquer meio de comunicação pode contribuir para a formação de representações. Da mesma forma, qualquer produção de conteúdo comunicativo pode ser objeto para a realização da AC.

Se por um lado as representações sociais possibilitam que o desconhecido torne-se familiar aos indivíduos (GOMES *et al*, 2004), com a AC é possível se proceder às interpretações que corroborem para a compreensão

da realidade (BARDIN, 1977). Para Moscovici (1978), as representações sociais podem ser compreendidas e observadas como um corpo organizado de conhecimentos, em que as pessoas interagem e tornam a realidade inteligível. Nesse sentido, a AC que tem como ponto de partida, a mensagem, considera as condições contextuais de seus produtores, bem como a concepção crítica e dinâmica da linguagem.

De acordo com Vergara (2003), a AC possibilita a identificação daquilo que é dito sobre determinados temas e contextos. Os conteúdos comunicáveis são indicadores da dinâmica social e, e tem ainda, o poder de orientar e estimular comportamentos e atitudes (BARDIN, 1977). Ao aplicar a AC para se averiguar a realidade é possível conhecer as representações disseminadas e compartilhadas, já que se trata de um processo em que é possível produzir inferências sobre o real (FRANCO, 2005).

Ao recorrer aos pressupostos elaborados por Moscovici (2004) compreende-se que as representações sociais são maneiras direcionadas para a compreensão e comunicação do que já se conhece em algum outro lugar. Isso corrobora a proposta de que a AC complementa a investigação que se pauta na TRS, pois se trata de um conjunto de procedimentos que, ao serem aplicados em um processo de pesquisa possibilita a validação de inferências possibilitadas a partir da análise textual (BARDIN, 1977).

Moscovici (1978; 2004) ao elaborar sua Teoria estava implicado em desvelar as representações que perpassavam a realidade contemporânea, como os fundamentos e interesses políticos que envolvem a realidade (BORGES *et al*, 2011). Spink (2003) também reforça que as questões de diversidade e contradição, são temas que podem ser investigados a partir da ótica das representações sociais, desde que considerados como processuais, porque é no processo de criação e partilha da informação, para além da práxis, que as representações são criadas, correlacionando ação e comunicação. Nesse sentido identificação sistemática do conteúdo característico nos textos permite que se percorra aquilo que conduz a realidade fazendo emergir significados válidos socialmente (BARDIN, 1977).

A dinâmica que abarca a produção de conceitos e sua partilha pode ser desvendada quando se tem em vistas compreender o processo de construção das representações sociais (SPINK, 2003). Pesquisas com esse intuito podem fazer emergir significativos aspectos da realidade e corroborando com essa expectativa, a AC permite que se constituam avaliações que recaiam sobre documentos produzidos pelo comunicador. Sem que seja necessária uma pré-autorização do emissor o analista pode se valer

de textos públicos e prontos (OLIVEIRA, 2008), facilitando no processo de análise das representações sociais.

Se a perenidade da história é determinada pelo espaço público, onde as tradições ou transformações se encerram por meio de artefatos ou de narrativas (JODELET, 2005), a AC é o instrumento capaz de viabilizar o entendimento e desvelamento da frequência da ocorrência de determinados temas e dos significados que retratam o grau de importância que determinado acontecimento tem em certa comunidade ou contexto (SMITH, 2003).

Ao retomar o fato de que a ancoragem constitui-se no processo de atribuição de sentido às novas ideias e conceitos inserido num grupo ou contexto, compreende-se que a AC auxilia no processo de compreensão da dinâmica que perpassa as ancoragens, já que permite ao investigador trazer à tona temas recorrentes nos processos de comunicação e relacioná-los a temas correlatos, permitindo assim, uma análise dos fundamentos que possibilitam a ancoragem. Em outras palavras, a AC viabiliza que se faça emergir tanto os temas já familiares a uma determinada realidade quanto os temas ainda em processo de inserção, por meio do procedimento de correlação entre os termos e suas condições de produção.

O processo mencionado acima, se bem organizado e pautado em procedimentos adequados e bem planejados, vai culminar na identificação do processo de objetivação que, como já mencionado anteriormente, fundamenta-se na organização e correlação das informações trazidas do mundo exterior. Vale ainda lembrar que a inserção dos elementos exteriores no mundo compartilhado ocorre fundada na intencionalidade e na naturalização dos significados, promovendo, sempre, uma correlação com o mundo objetivo de determinado contexto.

Ao se optar pela adoção da TRS o pesquisador está decidido a compreender e dar importância aos mecanismos de ancoragem e objetivação. Tais mecanismos, que requerem uma dinâmica de recriação de objetos e sentidos, incorrem num processo de identificação com a realidade, desta forma, ao conciliar à TRS a AC, deve-se levar em consideração que os dados, isoladamente não refletem nada, requerendo sempre, o olhar atento do pesquisador para dar sentido e fazer inferências válidas para a realidade em questão.

Tanto no que se refere à TRS quanto à AC, o sentido que perpassa a realidade somente pode ser acessa com clareza e objetividade pelo pesquisador, a partir da investigação e análise do material coletado. Nesse aspecto, a AC proporciona procedimentos bem delineados e suficientemente claros e apropriados à interpretação da realidade social. De acordo com

Flick (2009), trata-se de um procedimento que possibilita a interpretação adequada ao acesso de elementos concretos que evidenciem signos imbricados no real.

A AC seria uma maneira de acessar os elementos que indicam as representações sociais, a partir de técnicas analíticas cuidadosamente elaboradas e instrumentalizadas. Por meio de construtos disseminados na sociedade os indivíduos interpretam e reconstróem o cotidiano, interferindo uns nas práticas dos outros. Compreender como se dá esse processo é de suma importância para os pesquisadores que pretendem acessar as peculiaridades da vida social a fim de explicar acontecimentos que impactam a sociedade. E se é a partir do mundo real que os indivíduos organizam-se e constituem a si mesmos, compreender elementos concretos da dinâmica social se faz um importante caminho para os pesquisadores que pretendem clarificar parte da complexidade imbricada na prática social. Sob essa perspectiva, a TRS e a AC se constituem como importantes e complementares instrumentos de acesso a elementos fundamentais para que se obtenha êxito nessa empreitada.

CONTRIBUIÇÃO PARA A PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO

As constantes mudanças que perpassam o universo de construção do conhecimento revelam que as pesquisas são, em geral, processos provisórios e prontos para serem superados ou complementados. Como visto em Kuhn (1970), esse é o processo que possibilita o crescimento científico, porém, sem rígida continuidade. Esse aspecto requer que se discutam, cada vez e com maior afinco, as questões que se referem às possibilidades metodológicas empregadas nos mais variados tipos de pesquisa, o que inclui as investigações na área da Administração e, especificamente os estudos organizacionais.

Nesse contexto, Mozzato e Grzybovski (2011) apontam que a AC tem se tornado uma técnica cada vez mais utilizada e respeitada no âmbito das pesquisas realizadas na área de Administração. Contudo, é importante que se destaque que ainda se faz necessária maior discussão em torno de suas possibilidades. Isso se explica pelo fato de que a busca por esclarecimentos que tornem possível a compreensão do real, requer o aprimoramento de técnicas que viabilizem pesquisas com esse intuito. No caso da AC, como em qualquer outra técnica é possível considerar ajustes e melhorias, conforme se desenvolva a utilização da técnica. Não se deve considerar que qualquer que seja a técnica, ela esteja pronta e estaticamente impossibilitada de corroborações.

Contudo, Mozzato e Grzybovski (2011) acentuam que a AC, além de pertinente às pesquisas realizadas sob a temática dos estudos organizacionais, possibilita a ampliação da qualidade e profundidade no processo de pesquisa no campo da Administração. Silva *et al* (2005) destacam que recorrer à instrumentalização da AC em investigações em Ciências Sociais pode representar um intenso acesso a elementos de interpretação que revelem percepções e intervenções experienciadas pelos sujeitos na sociedade. Os autores apontam que atrelado ao uso da AC, muitos trabalhos se embasam na TRS.

A questão que se faz relevante para nossa reflexão é o exercício de interpretação da realidade social. Esse aspecto se configura pelo interesse do pesquisador, que também influirá na escolha do método de análise. A AC, atrelada ao embasamento na TRS exerce importante relevância para o bom andamento de pesquisas que visem à clareza e a objetividade na coleta e análise das informações coletadas no universo social. Nesse sentido, ambas, Teoria e técnica se mostram importantes referências para a instrumentalização de ferramentas que viabilizem as análises nas pesquisas qualitativas fundadas nas ciências sociais aplicadas.

Silva *et al* (2004) apontam que a recorrência ao uso do método da AC, tem se mostrado uma importante escolha no que compete as estratégias de pesquisas em Ciências Sociais Aplicadas. Para as autoras os procedimentos adotados com base nessa técnica podem contribuir significativamente para que os pesquisadores na área de Administração possam avaliar satisfatoriamente o alinhamento entre as questões faladas e as ações efetivamente tomadas.

Quanto ao estudo das representações sociais, faz-se importante relatar que pesquisadores brasileiros têm se rendido significativamente à referência à Teoria (CAVEDON, 2005). Essa tendência funda-se no fato de que os pesquisadores têm sentido, cada vez mais, a necessidade de se fundar em um arcabouço teórico que se mostre sólido e consistente. Nesse sentido, as investigações qualitativas são as que mais requerem abordagens que possibilite a compreensão dos fenômenos sociais de forma organizada. Para Cavedon (2005) é nesse aspecto que os pesquisadores da área de estudos organizacionais tem se fiado ao optarem por Teorias robustas que permitam solidez na condução das investigações.

Cavedon (2005) aponta que ao se adotar perspectivas pautadas em Teorias consistentes, o pesquisador é capaz de compreender, de forma contextualizada, a realidade social. Ao seguir caminhos cuidadosamente orientados, os pesquisadores podem obter maior clareza nos processos de

descrição, e serem capazes de revelar significados subjetivos, que apenas são passíveis de serem observados por um pesquisador atento e hábil para explicar e discorrer sobre fenômenos, a partir de abordagens que ultrapassem os métodos convencionais das ciências.

Ao se deparar com questões significativamente complexas, como muitas das que estão relacionadas ao mundo dos negócios, o pesquisador precisa ter clara ciência quanto à importância de suas interpretações. Compreender como gestores desenvolvem seus papéis e interferem na realidade pode ser de grande valia para o avanço das pesquisas em Administração. É nesse ponto que a TRS pode revelar particularidades das práticas dos indivíduos, que na realidade, advém das crenças e partilhas sociais. Tais práticas estão sempre vinculadas às questões simbólicas e/ou cognitivas e afetivas (JOVCHELOVITCH, 2003).

As representações emanadas nos discursos dos sujeitos revelam ainda, significados profundos das situações cotidianas, e têm para os grupos sociais importante implicação. Pautando-se nos argumentos de Cavedon (2005) e nas premissas que fazem da TRS uma importante e válida perspectiva de análise, entende-se que a teoria constitui-se como um importante percurso no sentido de permitir o entendimento das diferentes e complexas significações partilhadas por determinados grupos sociais. Trata-se de um meio para se explorar a validade dos construtos imbricados nos mais variados objetos sociais. Como bem aponta Cavedon (2005), trata-se de uma possibilidade de compreensão que possibilita o desvelar do universo simbólico dos grupos sociais. Universo este que é repleto por regras, valores e crenças que orientam o comportamento dos indivíduos, permitindo que ocorram interações e intervenções na realidade social das comunidades (CAVEDON, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já apontado neste texto, a verdade é um argumento que requer clara demonstração das condições de seu desvelar. Qualquer que seja a realidade, é possível se afirmar que não existe contexto autônomo, no que se refere à construção social e à intermediação da linguagem. Nesse sentido, a própria experiência do observador faz-se responsável por mediar o real e o simbólico, trazendo à tona possíveis verdades sobre o mundo socialmente partilhado.

Ao apontar que a ciência não se constitui como o único regime de produção de conhecimento, capaz de revelar as verdades válidas no mundo

real, considerou-se que os alguns paradigmas se fazem fundamentais para a compreensão do meio social e, conseqüentemente, para o avanço das pesquisas científicas. Quanto maiores forem as possibilidades de análise sobre a realidade, maiores avanços serão conquistados em termos de investigação científica. A questão é que a variedade nos instrumentos de coleta e análise de informações representam também, maiores possibilidades de acesso à realidade, bem como mais eficientes procedimentos de interpretação.

Entretanto, é importante que se admita que as ciências, tão quão a cena social, são é constantemente perpassadas por transformações significativas, o que requer o desafio, também constante, de renovar-se e revisar-se continuamente, os procedimentos de pesquisa e investigação científica. Essa dinâmica requer a disponibilidade dos pesquisadores para lidar com transformações e estar suficientemente aberto às possibilidades de renovação dos paradigmas e dos diferentes caminhos que possibilitam o acesso à verdade e a empreitada de construção de conhecimento.

Ao empreitar o acesso às diferentes visões de mundo, o pesquisador em ciências sociais deve estar apto a lidar com as diferentes crenças e valores com os quais irá se deparar no campo. Isso não pode impedir que seus pressupostos teóricos e metodológicos sejam abandonados ou inadequadamente substituídos, pois é imprescindível que o pesquisador esteja fundado em meios de apoio solidificados, capazes de lhe proporcionar segurança no campo. Isso não quer dizer, contudo, que não haverá confrontos no campo, porém, o pesquisador, bem amparado, estará apto a realizar suas interpretações e análises, ultrapassando assim o caráter das meras teorias isoladas e acabadas (CHIZZOTTI, 2006).

Reitera-se o fato de que o pesquisador imprime seus próprios traços no trabalho acadêmico, mas o modo como deve lidar com os processos de acesso à verdade deve se sobressaltar e fazer valer para dar confiabilidade ao seu trabalho. Assumir limitações e lidar de frente com os possíveis vieses que o assombram é uma das maneiras mais limpas para combater as dificuldades no desenvolvimento da pesquisa. É desta forma que se pode contribuir com relevância para o desenvolvimento da ciência e, conseqüentemente, da sociedade.

No que se refere à pesquisa qualitativa, compreende-se que a TRS possibilita o acesso às informações que revelem particularidades da realidade social. Ao atentar para o específico, adota-se um caminho para a compreensão e não apenas para a explicação dos fenômenos. É aí que a TRS se mostra de suma importância, já que possibilita a interpretação

e compreensão de situações e ocorrências cotidianas nas mais variadas situações do universo socialmente compartilhado (ABRIC, 2000).

Ao intentar contribuir para a emergência dos fatos que perpassam as construções e representações sociais, a AC pode ser compreendida como um importante instrumento para a análise de dados em pesquisas qualitativas. Ao se perfazer de um conjunto de técnicas para a análise dos processos comunicativos, a AC (BARDIN, 1977) possibilita ao pesquisador o acesso a procedimentos que permitam sistematizar e translucidar os conteúdos das mensagens faladas ou escritas, produzindo indicadores que permitem ao pesquisador, realizar inferências quanto aos conteúdos e suas condições de produção.

Finalmente, entende-se que Teoria e Técnica possibilitam aos pesquisadores instrumentalizar procedimentos metodológicos que podem se justapor e compor uma rede que contribua, efetivamente para a pesquisa na área das ciências sociais, mais especificamente nas áreas de ciências sociais aplicadas, incluindo a Administração. Assim, tem-se que a TRS, em consonância com a AC, apresenta-se como um caminho interessante para as investigações e análises que se pretendem contributivas para a pesquisa em Administração, inclusive, no que concerne aos estudos organizacionais.

REFERÊNCIAS

- ABRIC, J.C. (2000). A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A.S.P.; OLIVEIRA, D.C. (Org.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: AB, p.27-38.
- ALEXANDRE, M. (2001). O papel da mídia na difusão das representações sociais. In: **Comum**. v. 6, n. 17. p.111-125. Rio de Janeiro, jul./dez.
- ALVES, M. T. V. D. (2011). Análise de Conteúdo: sua aplicação nas publicações de contabilidade. In: **Revista Universo Contábil**. Blumenau, v. 7, n. 3, p. 146-166, Jul./Set.
- ALVES, R. R.; CASTRO, C. C.; SOUTO, C. L. (2014). Processo de institucionalização do curso de graduação em Administração pública a distância da universidade federal. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 18, n. 1, p. 20-36.
- BARDIN, L. (1977). **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70.
- BORGES, J. F.; MEDEIROS, C. R. O; CASADO, T. (2011). Práticas de gestão e representações sociais do administrador: algum problema? **Cadernos EBAPE. BR**, v. 9, n. Ed. Especial, art. 5, p. 530-568.
- BRUNETTA, N.; LOCATELLI, P. A. P. C.; SAWITZKI, R. C.; ANTUNES, E. D. (2013). As representações sociais dos tutores sobre a atividade de tutoria em cursos de especialização em Administração na modalidade à distância. **Revista Organizações em Contexto**, v. 9, n. 17, p. 79-98.

- CAVEDON, N. R. (2005). **Representações Sociais na Área de Gestão em Saúde: Teoria e Prática**. Porto Alegre: Dacasa.
- CHIZZOTTI, A.(2006). **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes.
- CORREA, A.M.H.; GONTIJO, M. C. L.; ASSIS, L. B.; CARRIERI, A. P.; MELO; M. C. O. L. (2007). Soldadinhos de chumbo e bonecas: representações sociais do masculino e feminino em jornais de empresas. In: **Revista de Administração Contemporânea**. Curitiba, v.11, n.2, p. 191-211.
- DINIZ, A. P. R.; CARRIERI, A. P.; BARROS, A. N. (2013) Invisibilidade social e trabalho noturno: reflexões a partir de representações sociais de garçons. **Revista Gestão & Planejamento**, v. 14, n. 1, p. 18-38.
- FIGUEIREDO, M. D.; CAVEDON, N. R.; SILVA, A. R. L. (2013). A desvalorização de grupos sociais no espaço comum de pequenas organizações: um estudo sobre representações sociais em um centro comercial. **Organizações & Sociedade**, v. 20, n. 64, p. 55-73.
- FLICK, U. (2009). **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3 ed. São Paulo: Artmed.
- FRANCO, M. L. P. B.(2005) **Análise de Conteúdo**. 2. ed. Brasília: Líber Livro.
- GOMES, A.M.T.; OLIVEIRA, D.C.; MARQUES, S.C. (2004) A representação social do trabalho do enfermeiro na programação em saúde. In: **Psicologia: Teoria e Prática**. São Paulo, v.6, p.79-90.
- GUERRA, G. C. M.; ICHIKAWA, E. Y. (2013). As Representações Sociais da Agroecologia para a Agricultura Familiar: a Visão de Pesquisadores, Extensionistas e Produtores Rurais. **Desenvolvimento em Questão**, v. 11, n. 23, p. 40-73.
- JODELET, D. (2002). Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, p.17-44.
- JODELET, D. (2005). **Loucuras e representações sociais**. Petrópolis: Vozes.
- JOVCHELOVITCH, S. (2003). Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e Representações sociais. In: JOVCHELOVITCH, S.; GUARESCHI, P. (Org.) **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes.
- KUHN, T. S. (1970). **The Structure of Scientific Revolutions**. 2 ed., enlarged. Chicago and London: University of Chicago Press.
- LAKATOS, I. (1970). Falsification and the methodology of scientific research programmes. In: LAKATOS, I.; MUSGRAVE, A. **Criticism and the Growth of Knowledge**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 91-195.
- MARTINS, J.; BICUDO, M.A.V. (1989). **Pesquisa qualitativa em psicologia: fundamentos e recursos básicos**. São Paulo: EDUC.
- MATTOS, P. L. C. L. (2009). “Administração é ciência ou arte?” o que podemos aprender com este mal-entendido? In: **Revista de Administração de Empresa - RAE**. São Paulo, v. 49, n. 3, p. 349-360, Jul./Set.
- MOSCOVICI, S.(1978). **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar.
- MOSCOVICI, S. (2004). **Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social**. 2ªed. Petrópolis: Vozes.

- MOZZATO; A. R.; GRZYBOVSKI, D. (2011). Análise de Conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da Administração: potencial e desafios. In: **Revista de Administração Contemporânea**. Curitiba, v. 15, n. 4, p. 731-747, Jul./Ago.
- OLIVEIRA, D. (2008). Análise de Conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização. In: **Revista de Enfermagem**. UERI, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 569-576, out./dez..
- SÁ, C.P. (1993). Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, J.M. (Org.). **O conhecimento no cotidiano**. São Paulo: Brasiliense, p.19-45.
- SILVA, C. R.; GOBBI, B. C.; SIMÃO, A. A. (2005). O uso da Análise de Conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método. In: **Organizações rurais agroindustriais**. Lavras, v. 7, n. 1, p. 70-81.
- SILVA, J. R.; BALASSIANO, M.; SILVA, A. R. L. (2014). Burocrata Proteano: articulações de carreira em torno e além do setor público. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 18, n. 1, p. 1-19.
- SMITH, M. (2003). **Research Methods in Accounting**. New Delhi: Sage Publications.
- SPINK, M. J. (2003). Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In: JOVCHELOVITCH, S.; GUARESCHI, P. (Org.). **Textos em representações sociais**. 8 ed. Petrópolis: Vozes, p.117-145.
- VERGARA, S. C.(2003). **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. 4 ed. São Paulo: Atlas.
- VILA, T. D.; DARCY, S.; ALÉN, E. (2014). Juegos Olímpicos y Paralímpicos en Brasil: aprendiendo de Barcelona y Sidney. **Revista de Administración de Empresas**, v. 54, n. 2, p. 222-230.

A MUSICALIDADE COMO AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL XAMBÁ

Ivan Rodrigo Silva Novais

Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (2013).

E-mail: digoivan@hotmail.com.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo investigar e compreender o fenômeno da identificação cultural exercido pela juventude da Nação Xambá (Quilombo do Portão do Gelo - Olinda - Pernambuco), partindo da manifestação artística musical emanada pelo coco. Para consolidar este entendimento, o presente estudo procura elucidar as raízes da formação histórica e cultural da identidade Negra no Brasil. Junto a isso, a existência de uma comunidade quilombola em circunstâncias urbanas ganha relevância no estudo da identidade cultural na pós-modernidade. Para este estudo foi realizada uma abordagem teórica fundamentada nos pesquisadores que tratam dos conceitos de identidade étnica, cultura e musicalidade, apropriada ao método qualitativo, buscando estabelecer um discurso entre a interpretação da cultura Xambá, sua identidade cultural e uma análise crítica da realidade local comparada às tendências globais de identidade. Em vias de análise, busco agregar ao meio teórico – através de entrevistas e observações de campo – dados do ciclo atual das relações sociais vivenciadas neste local. A música manifestada pelo grupo de Coco Bongar, que reaviva personagens e as relações religiosas da Nação Xambá, é o elemento norteador de identificação e de continuidade cultural presenciada pela juventude.

PALAVRAS-CHAVE: *Identidade Cultural. Musicalidade. Nação Xambá.*

ABSTRACT

This research aims to investigate and to understand the phenomenon of cultural identification carried out by the youth of the nation Xambá (Quilombo do Portão do Gelo - Olinda - Pernambuco), starting from the musical artistic expression emanating from the Coco dancing. To enhance this understanding, the present study seeks to elucidate the roots of historical and cultural background of Black identity in Brazil. Along with this, the existence of a quilombola community in urban circumstances becomes relevant in the investigation of cultural identity in post-modernity. For this study a theoretical approach grounded in researches dealing with the concepts of ethnic identity, culture and musicianship, appropriated to the qualitative method, was performed in order to establish a discourse between Xamba interpretation of culture, cultural identity and a critical analysis of the local reality compared to global trends of identity. In the analysis process, I seek to add to the theoretical

means - through interviews and field observations - data of current social relations experienced at this location cycle. The music group manifested by Coco Bongar, which revives characters and religious affairs of the Xambá nation, is the guiding element of identification and cultural continuity attended by youth.

KEYWORDS: *Cultural Identity. Musicianship. Xambá Nation.*

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo investigar y comprender el fenómeno de la identificación cultural ejercida por la juventud de la nación Xambá (Quilombo do Portão do Gelo - Olinda - Pernambuco), a partir de la expresión artística musical que emana de la danza del coco. Para mejorar este entendimiento, el presente estudio tiene por objeto dilucidar las raíces del contexto histórico y cultural de la identidad Negro en Brasil. Junto con esto, la existencia de una comunidad aislada en circunstancias urbanas se vuelve relevante en el estudio de la identidad cultural en la postmodernidad. Para este estudio se realizó una aproximación teórica basada en la investigación que trata con los conceptos de la identidad étnica, la cultura y la maestría musical apropiado para el método cualitativo con el fin de establecer un diálogo entre la interpretación Xambá de la cultura, la identidad cultural y el análisis crítico de la realidad local en comparación con las tendencias globales de la identidad. En el proceso de análisis, trato de añadir a los medios teóricos - a través de entrevistas y observaciones de campo - los datos de las relaciones sociales actuales experimentadas en este ciclo de ubicación. El grupo de música que se manifiesta por Coco Bongar, que revive los personajes y asuntos religiosos de la nación Xambá, es el guía de la identificación y de la continuidad cultural a que asistieron los jóvenes.

PALABRAS CLAVE: *Identidad Cultural. Musicalidad. Nación Xambá.*

INTRODUÇÃO

A comunidade do quilombo urbano do Portão do Gelo se transforma de acordo com as tendências urbanas da pós-modernidade. O fato de haver uma possível integração cultural (sentimento estável de identidade) dentro dos limites “*citadinos*” surpreende a literatura atual, que trata da identidade cultural relativa aos sujeitos urbanos. Partindo dessas considerações, abre-se caminho para reinvenção do sujeito pós-moderno em dada conjuntura. Seu envolvimento com os conceitos que estruturam a solidificação da cultura local é o foco dessa pesquisa.

Essa afirmação é minuciosamente observável nesta pesquisa conforme os estudos teóricos comparativos organizados por Stuart Hall sobre a

identidade étnica de povos tradicionais, mediante frequentes transmutações culturais decorrentes do processo de globalização. Outra importante ressalva teórica posta em diálogo aqui está na concepção de cultura pautada nos elementos simbólicos de forma interpretativa, apresentada por Clifford Geertz (1989) no seu trabalho *“A Interpretação das Culturas”*. O diálogo frequente com a historicidade africana, que fincou fortes raízes na cultura brasileira, traz uma proposta de reflexão conjuntural do processo percorrido pelos indivíduos que dele transcorreram. É o caso das pesquisas documentais e de campo atualizadas pelos pesquisadores que proponho por em entendimento. Atrelado a isso, coloco a história do culto Xambá, relatada nos importantes trabalhos de Marileide Alves (2007) e Valéria Gomes (2009), como forma discursiva das práticas culturais dessa nação; desde sua fuga na década de 1910 de Alagoas à Pernambuco, até o modelo contemporâneo de organização.

A Nação Xambá busca sua afirmação étnica em diversos elementos da sua cultura, como: religiosidade, culinária, música, dança, etc. É atribuída aqui a música como aspecto cultural em destaque; principalmente o trabalho desempenhado pelo grupo de coco Bongar, que canta o meio cotidiano e as várias personagens do quilombo em suas cantigas. Consequentemente, a juventude Xambá desperta uma atração marcada na musicalidade local; elemento fundamental para continuidade e resistência da sua cultura. Posto isto, o trabalho desempenhado por Luciane Cuevo (2009) em *“Reflexões sobre o conceito de musicalidade”* auxilia na conotação de cunho cognitivo e apreensivo, tornando a música um elemento fundamental na aprendizagem e no autoconhecimento. A cadência do coco Xambá, diferenciado por um toque mais vertiginoso que o de outras tradições, é um importante atributo que também ganha ênfase neste estudo.

Como eixo investigativo, a relação existente entre a música produzida pelo grupo Bongar e sua atração despertada pela juventude da Nação Xambá, indica a decorrência cultural de elementos simbólicos dessa nação. É possível assim avaliar como o sujeito em estudo atribui o ritmo do coco ao seu cotidiano, elencando uma provável construção da identidade Cultural Xambá, com novos atributos e significados.

MINÚCIAS DE UMA NARRATIVA NACIONAL PERVERSA

Como boa parte da história dos grupos étnicos africanos que vieram à América Portuguesa compor o modelo de trabalho escravista português

a partir do século XVI¹, os negros e as negras que atuaram e resistiram a este processo de fragilização cultural, utilizaram da oralidade como meio de transpassar seus costumes e, com isso, sua história. À vista disso, a tradição oral é a grande escola da maioria dos povos africanos. As culturas africanas não são isoladas da vida. Aprende-se observando a natureza, aprende-se ouvindo e contando histórias (MACHADO, 2000, p.13). Tentando resumir em números – mesmo sabendo que não são precisos – estima-se que, entre o século XVI e meados do século XIX, mais de 11 milhões de homens, mulheres e crianças africanos foram transportados para as Américas² (ALBUQUERQUE, 2006, p.05).

Tais afirmações acima dão uma pequena amostra do terreno posteriormente estabelecido pela sociedade escravista colonial, austeramente vivenciado por diversas etnias africanas; escravizadas durante um longo período da história brasileira. Conforme exposto por Prandi (2000, p.23):

[...] os negros e as negras obrigados a virem ao Brasil eram formadas por inúmeros grupos linguísticos e culturais que compuseram diversas etnias, [...] localizadas na região do Golfo da Guiné e que, no Brasil, ficaram conhecidos pelos nomes genéricos de nagôs ou iorubás (mas que compreendem vários povos de língua e cultura iorubá, entre os quais os oyó, ijexá, ketu, ijebu, egbá, ifé, oxogbô, etc.), os fon-jejes (que agregam os fon-je jes-daomeanos e os mahi, entre outros), os haussás, famosos, mesmo na Bahia, por sua civilização islamizada, mais outros grupos que tiveram importância menor na formação de nossa cultura, como os grúncis, tapas, mandingos, fântis, achântis e outros não significativos para nossa história.

Porém, durante o duro percurso de estrangulamento cultural sofrido por estas etnias, relata Prandi (2000) que inúmeras variantes culturais locais, tanto no caso dos bantos como dos iorubás ou nagôs, não sobreviveram como unidades autônomas e muitas foram totalmente perdidas no Brasil. Diferenças específicas foram apagadas, amalgamando-se em grupos genéricos conhecidos como jejes, nagôs, angola, etc.

-
1. É escusado discutir sobre a data precisa em que começou a introdução de escravos negros no Brasil. De quase meio século antes do seu descobrimento datava o comércio de escravos africanos na Europa, e Portugal era a sua sede. A escravidão negra no Brasil é, pois, contemporânea da sua colonização (RODRIGUES, 2010).
 2. É válido destacar que nenhuma outra região americana esteve tão ligada ao continente africano por meio do tráfico como o Brasil (ALBUQUERQUE, 2006).

Em meio a perseguições e subjugações intensivas proferidas por um regime de economia patriarcal ferrenho³, estes indivíduos deram continuidade – mesmo se agregando a outros grupos, e por vezes perdendo a designação de sua verdadeira etnia no momento de desembarque nos portos (PRANDI, 2000, p.45) –, a sua formação étnica. Tanto nas grandes propriedades rurais, quanto nas minas e cidades, os escravos buscaram fazer do trabalho um momento especial para forjar laços de solidariedade (ALBUQUERQUE, 2006). Em algumas narrativas, como cita Albuquerque,

[...] os escravos de ganho se reuniam em torno dos “cantos” de trabalho. O canto era como se denominava em Salvador o grupo de trabalho reunido em determinado local. Organizações semelhantes existiram em outras cidades movimentadas pelo trabalho escravo, como Recife, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Geralmente os negros se reuniam em largos, praças ou esquinas próximas à zona portuária, estradas ou ferrovias. Os cantos chegavam a reunir dezenas de escravos da mesma etnia ou nação (ALBUQUERQUE, 2006, p. 61).

A partir deste momento de vínculo e agrupamento é que vai se estabelecendo entre os escravos as suas lutas pela liberdade (desde os primeiros focos de resistência dos africanos ao escravismo colonial, até a organização de grupos autônomos fugidos – os chamados Quilombos⁴) (LEITE, 2000). Por conseguinte, novos rumos na configuração do destino destes grupos e, conseqüentemente, na sociedade brasileira irão se estabelecer. Para tanto, entusiasmados pelos movimentos abolicionistas europeus (entoados mais asperamente na segunda metade do século XIX) que reivindicavam o fim do tráfico e a extinção do trabalho escravo (ALBUQUERQUE, 2006), os intelectuais brasileiros atuaram ativamente no desembocar do processo de promulgação da Lei Áurea (Lei Imperial n.º 3.353), sancionada em 13 de maio de 1888, que extinguiu por definitivo a escravidão no Brasil⁵.

-
3. É importante ressaltar que tal modelo dinamizou a divisão social do trabalho escravista em diferentes polos da sociedade, não se limitando apenas ao meio rural, como também ao urbano.
 4. Quilombo é aqui retratado como uma questão persistente, tendo na atualidade importante dimensão na luta dos afrodescendentes.
 5. Este procedimento se deu por várias e insistentes sucessões de atos mostrando

XAMBÁ: O CONTEXTO HISTÓRICO (DE ALAGOAS À PERNAMBUCO)

Mediante ao transcurso nacional de amarguras e resistências, algumas nações sobreviveram e deram assiduidade às suas manifestações culturais⁶. Sistemáticamente, certas condutas, no que diz respeito à formação original africana, se transmutaram, atribuindo uma diferente “roupagem” para suas antigas concepções.

Reportando-se para Alagoas, mais especificamente à cidade de Maceió, o primeiro toque ou terreiro que constituiria a identidade de uma “nação africana” seria o de Tia Marcelina⁷ (DUARTE, 1952). Contudo, Rosas (1959) afirma que:

[...] não devemos somente dar à Tia Marcelina a representação dos fundamentos do Xangô em Maceió, e sim a vários outros fundadores e chefes de “toques”, como Chico Foguinho, Pai Adolfo, Mestre Roque, Manoel de Loló, Inácio (provável babalorixá de Artur Rosendo⁸), e outros (ROSAS, 1959, p. 10).

Por volta de 1912, por serem considerados como baixas práticas de feitiçaria, os cultos afro-alagoanos se tornaram vítimas de diversas perseguições (DUARTE, 1952). Com isso, todos os “toques” que, talvez, pudessem vir a nos dar a origem da identidade dos terreiros da cidade de Maceió foram destruídos, restando algumas poucas peças que se encontram no Instituto Histórico e Geográfico da cidade (ROGÉRIO, 2006, p. 78).

Na busca pelas origens africanas da Nação Xambá, diversos autores apontam o povo Xambá ou Tchambá como povos que habitavam a região ao norte dos Ashanti e limites da Nigéria com Camarões, nos montes Adamaua, vale do rio Benué. Existem várias famílias com esse nome no

repúdio e indignação pela situação deflagrante de destrato com a vida dos afrodescendentes, acumulados por diversos cidadãos (intelectuais, jornalistas, advogados e estudantes), e não caberia aqui citar todos e todas.

6. Floresceu na Bahia, Pernambuco, Alagoas, Maranhão, Rio Grande do Sul e, secundariamente, no Rio de Janeiro, os principais cultos da Nação Nagô ou Iorubá, especialmente os de tradição de Oyó, Lagos, Ketu, Ijexá e Egbá, e os das nações Jeje, sobretudo os Mahis e os Daomeanos (Prandi, 2000).

7. Segundo Janecléia Rogério (2006) Terreiro de Nação Nagô.

8. Segundo Motta (1991) atribui-se a Artur Rosendo a origem da Nação Xambá nos terreiros de Pernambuco.

Camarões, tendo inclusive participado nas lutas pela independência daquele país⁹. Para Mota,

O Xambá está entre os cultos afro-pernambucanos de que se tem registro no Estado de Pernambuco e, junto com outras tradições religiosas como Nagô, Jêje, Ketu e Congo-angolenses é considerado pertencente à vertente ortodoxa. Em Pernambuco, a primeira referencia reconhecida da Xambá vem do estado de Alagoas onde o Babalorixá Artur Rosendo Pereira, originário de Maceió, se erigiu como seu principal disseminador. Fugindo de perseguição policial aos terreiros, Artur Rosendo vai para Recife no início da década de 20 e em 1923 abre seu terreiro (MOTA, 1991, p. 37).

Todavia, Arthur Rosendo não foi o introdutor do culto no Brasil (MOTA, 1991, p. 45). Em sua pesquisa, Alves (2007) revela que de acordo com relatos de babalorixás de alagoas, o culto Xambá já existia no Estado antes mesmo da iniciação de Arthur Rosendo. Para o historiador Raymundo Rodrigues (2002), o culto Xambá veio da África e, devido à necessidade de união para resistência contra a escravidão, sua manifestação religiosa foi se misturando com outras. Isso mostra o caráter incidente de ocultação por vários momentos e circunstâncias históricas que este culto obrigatoriamente teve que se adaptar. Não é um culto próprio. Ele tem, em sua matriz, em sua essência, influências do Nagô, do Banto e do Angola. Só que em Alagoas o que prevaleceu, em muitas casas Xambá, foi a mistura entre caboclos (culto da Jurema¹⁰) e Orixás (Alves, 2007, p. 55).

Dessa forma, o estudo sobre a origem do culto religioso Xambá fica mais complexo devido, principalmente, ao sincretismo permanente que esse precisou para garantir sua continuidade. E é partindo desse conjunto de elementos que Arthur Rosendo traz para Pernambuco sua crença Xambá. Isso ocorreu por volta de 1923, quando ainda existia o processo de perseguições das práticas afro-religiosas em Alagoas. Guerra (2011, p. 65) cita que se instalando no bairro de Água Fria, onde fundou o terreiro batizado de Seita Africana São João, (Artur Rosendo) formou inúmeros filhos e filhas de santo, dentro das práticas rituais da Nação Xambá, entre elas Mãe Lídia e Maria das Dores da Silva, mais conhecida como Maria Oyá.

9. <http://www.xamba.com.br>.

10. Denominação aos cultos afro-indígenas em Pernambuco e na Paraíba (Marcena, 2011).

Não obstante, estas filhas de santo posteriormente abriram seus próprios terreiros. É assim que Maria Oyá começa a cultuar os Orixás em sua própria casa, localizada na Rua Limão, no bairro de Campo Grande, no Recife, abrindo seu próprio terreiro em 7 de junho de 1930, tendo Arthur Rosendo como babalorixá e Iracema, mais conhecida como “Cema”, como Yalorixá (ALVES, 2007).

Após a iniciação de Maria das Dores da Silva (1900-1939), que se encerra em 13 de Dezembro de 1932, o culto é guiado pela mesma, que posteriormente será intitulada a fundadora do Terreiro Santa Barbara. No entanto, por volta do mês de maio de 1938, pelo fato da intensificação dos atos contra as religiões de origem africana em Pernambuco, a polícia chega à porta da casa de Maria Oyá, invade seu terreiro e recolhe vários objetos usados nas festas religiosas, como instrumentos musicais, vestimentas, bijuterias, imagens, entre outros (ALVES, 2007). Tamanha foi a humilhação, pois Maria Oyá chegou a ser levada de camburão para delegacia, onde já se encontravam alguns pais e mães de santo. Após a passagem deste infeliz evento, a Yalorixá não suportou o trauma e decepção sofridos e veio a falecer no dia 9 de maio de 1939 (ALVES, 2007, p. 68). E por isso, sabe-se que o terreiro ficou fechado durante doze anos, coincidindo com um período de forte repressão às religiões afro-brasileiras em Pernambuco (COSTA, 2009, p. 89).

Todavia, este período vem a se converter quando em 1950, uma de suas filhas de santo, Severina Paraíso da Silva (1914-1993), Mãe Biu, conseguiu reabrir o terreiro e assumiu a liderança da casa, continuando a cultuar os orixás com base nos ensinamentos de sua antecessora, mantendo, na medida do possível, as mesmas práticas rituais (COSTA, 2009, p. 35). Nesta etapa, Mãe Biu – no decorrer de seu transcurso como líder do Terreiro Santa Bárbara – se torna uma das personalidades mais significativas na luta pela afirmação da identidade e continuidade do culto religioso Xambá, não apenas para os seus adeptos, mas também para o estado de Pernambuco como um todo. De acordo com Valeria Costa (2006, p. 33), Mãe Biu era uma mulher de fibra, de personalidade forte e cativante. Conseguiu tecer uma grande teia política para organizar e consolidar o seu terreiro, dentro de um espaço físico e no campo religioso, juntando os seus familiares consanguíneos e filhos de santo.

Este momento confere uma mudança, tanto no que diz respeito ao espaço físico, como na solidificação da doutrina Xambá. Como explica Costa (2009, p. 36), a partir dos anos 1950, os adeptos das religiões afro-brasileiras conquistaram com a constituição de 1946 e suas negociações,

mobilidade em alguns espaços citadinos, o que lhes garantiu negociarem a reabertura de suas casas de cultos, a devolução de seus objetos rituais, legitimidade de suas práticas religiosas.

Marileide Alves (2007) conclui em sua pesquisa que o único terreiro Xambá em funcionamento é mesmo o de Maria Oyá, conservado por Mãe Biu e seus descendentes, no Portão do Gelo¹¹ em Olinda. Com a morte de Mãe Biu, em 1993, o seu filho biológico, Adeildo Paraíso da Silva, o Ivo de Oxum, assumiu como babalorixá da casa de culto (COSTA, 2007, p. 65). A continuidade cultural, atrelada ao processo de resistência desempenhado pelos seus membros, faz da Xambá uma nação autoafirmativa, com teor claro de pujança, expresso no pulsar do cotidiano intrínseco nas relações coletivas.

QUEM É XAMBÁ? IDENTIDADE E RECONHECIMENTO

De acordo com Geertz (1989, p. 26) a cultura consiste em estruturas de significado socialmente estabelecidas. Isto demonstra que os indivíduos durante suas ações cotidianas asseguram certos símbolos e significados (grande parte impositivos, como no caso dos cativos africanos), assim dando manutenção a cadeia de interpretações estabelecidas durante este processo. Não obstante, Clifford Geertz busca compreender a cultura revelando os valores sagrados de um povo:

Símbolos sagrados relacionam uma ontologia e uma cosmologia com uma estética e uma moralidade: seu poder peculiar provém de sua suposta capacidade de identificar o fato com o valor no seu nível mais fundamental, de dar um sentido normativo abrangente àquilo que, de outra forma, seria apenas real (GEERTZ, 1989, p. 28).

Justificando o poder que a cultura envolve o indivíduo, a afirmação acima revela a condição de predominância e hegemonia dos grupos (ou subgrupos) que possuem certas posições favoráveis na sociedade. De imediato torna-se necessário examinar a pujança estabelecida pela ideologia dominante em relação à ideologia subalterna negra. Segundo Stuart Hall (2003), Gramsci vem contribuir para este embate quando ele chama atenção para o caráter determinado desse terreno (da cultura) e a

11. Localidade atual do Quilombo Urbano da Xambá (Bairro de São Benedito), concedido pela Fundação Palmares em 2006 (ALVES, 2007, p.72).

complexidade dos processos de desconstrução e reconstrução, pelos quais os velhos alinhamentos são derrubados e novos alinhamentos podem ser efetuados entre os elementos dos distintos discursos entre as ideias e as forças sociais. Ainda assim, para Hall, Gramsci pensa que as ideologias orgânicas¹² tocam o senso prático comum e cotidiano e organizam as massas e criam terreno sobre o qual os homens se movem, adquirem consciência de sua posição, luta etc. (HALL, 2003, p. 309). Portanto, a possibilidade de adaptação das tendências africanas fincadas no Brasil ganha uma particularidade de resistência mais ampla, mostrando o grau de complexidade cultural ajustada nestes trópicos, elucidada por Darcy Ribeiro (1995) como uma cultura feita de retalhos do que o africano guardara no peito nos longos anos de escravidão, como sentimentos musicais, ritmos, sabores e religiosidades.

Nesse compasso, evidencia-se a força pela qual os nativos africanos constituíram sua marca na cultura popular brasileira, conduzindo novos elementos, como explica Prandi (2000, p. 54):

A cultura africana que assim vai se diluindo na formação da cultura nacional corresponde a um vastíssimo elenco de itens que abrangem a língua, a culinária, a música e artes diversas, além de valores sociais, representações míticas e concepções religiosas.

Incorporada a esta gama de componentes, destaca-se o papel da religião como conduta de integração e solidificação da cultura e da identidade africana no Brasil. Como esclarece Geertz (1989, p.89), a força de uma religião ao apoiar os valores sociais repousa, pois, na capacidade dos seus símbolos de formularem o mundo no qual esses valores, bem como as forças que se opõem à sua compreensão, são ingredientes fundamentais. É neste ponto onde provém o poder significativo de resistência cultural das raízes afro-brasileiras.

Entretanto, abordando as adversidades encontradas pelos diferentes grupos negros na luta pela construção de suas identidades, Reginaldo Prandi (2000) complementa que com a formação da sociedade de classes, cada vez mais as organizações de corte estamental e étnico foram perdendo o sentido e aspectos das culturas africanas foram igualmente sendo mais e

12. Ou “ideologias populares”.

mais absorvidos pela cultura nacional, que é branca e europeia (PRANDI, 2000, p.31).

Essa afirmação realça o lapso ideológico da construção retalhada e indefnida de uma identidade negra. O que ocorre é um desmembramento da condição de interpretação do mundo por parte de um curso cultural hegemônico, que subjuga qualquer tendência adjacente que venha tentar substituir as mudanças políticas da ornamentação e jurisprudência estatal. Conseqüentemente, tem-se a multiplicação e a proliferação das várias frentes políticas e a diferenciação dos tipos de antagonismo social (HALL, 2003, p. 320.).

Como descrito anteriormente, Marileide Alves (2007) revela que atualmente os descendentes do culto Xambá em Pernambuco se autoafirmam como pertencentes a este grupo. Mas, qual seria a motivação permanente que leva estes indivíduos ao consenso em relação a sua origem e formação sociocultural?

Partindo das experiências históricas de formação dos grupos afro-brasileiros, deve-se identificar que suas concepções de mundo estão definitivamente atreladas a religião. Ainda assim, existem aspectos culturais desses povos que conseguiram manter algumas características devido à mistura com o polo cultural hegemônico daquela época. Embora em muitos aspectos, sobretudo no campo das artes, possamos identificar no final do século XIX e no início do século XX manifestações culturais caracteristicamente negras, sua sobrevivência dependia de sua capacidade de ser absorvida pela cultura branca (PRANDI, 2000, p. 67).

Desse modo, várias tendências da cultura africana aportadas ao Brasil, entraram em constante simbiose com as demais disposições comportamentais, não mais apenas estando em constante conflito; agora, se colocando como forma autêntica de identidade nacional. Assim é para a música, para a poesia, como até para a dança, onde o nexos com a linguagem falada se traduz no movimento, no ritmo, na sucessão (RODRIGUES, 2010, p. 163). Este legado é transpassado num ritmo descontínuo de intensas transformações. É o caso exemplar da música popular brasileira, em que os ritmos e estruturas melódicas de origem africana sobreviveram na medida em que passaram a interessar os compositores brancos ou consumidores da cultura branca (PRANDI, 2000, p. 45).

Entretanto, no culto Xambá se encontram todas essas aparências, mas com uma particularidade local muito distinta das demais realidades afro-brasileiras até aqui relatadas. Dessa maneira, como fim elucidativo,

é imprescindível atribuir o tratado conceitual elaborado por Stuart Hall (2003) no que confere a identidade cultural:

A cultura é uma produção. Tem sua matéria prima, seus recursos, seu “trabalho produtivo”. Depende de um conhecimento da tradição enquanto “o mesmo em mutação” e de um conjunto efetivo de genealogias. Mas o que esse “desvio através de seus passados” faz é nos capacitar, através da cultura, a nos produzir a nós mesmos de novo, como novos tipos de sujeitos. Portanto, não é uma questão do que as tradições fazem de nós, mas daquilo que nós fazemos das nossas tradições. Paradoxalmente, nossas identidades culturais, em qualquer forma acabada, estão à nossa frente. Estamos sempre em processo de formação cultural. A cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar (HALL, 2003, p. 308).

A afirmação de Hall transmite que a identidade cultural é o presente significado que os sujeitos dão a sua tradição, modificando ou não alguns comportamentos; acordados em sociedade. Implicando estas considerações ao quilombo do Portão do Gelo, Marileide Alves (2007) mostra que existe uma preocupação dos dirigentes do terreiro em manter e preservar o culto como ele foi (re)passado. Porém, ao longo de todos esses anos foi preciso mudar comportamentos, proibições e normas para uma adequação aos avanços dos tempos atuais (ALVES, 2007, p. 70).

Tomando como base o estudo sobre a possibilidade contrastante entre realidades diferentes para exprimir a identidade étnica, Roberto Cardoso de Oliveira (1976, p. 22) destaca que isto implica na afirmação do *nós* diante dos *outros*. Este enunciado deriva da oposição e resistência, muito encontrada nos povos ditos tradicionais, que buscam a contínua luta pela preservação de seus costumes e ritos.

Comparar e questionar os signos e significados que permeiam a fronteira da sua cultura é uma reflexão comum, no que confere a afirmação do indivíduo pertencente a um grupo. Esta especificação tem um valor bastante regular, como refere Oliveira (1976, p. 34) quando uma pessoa ou um grupo se afirma como tal, o fazem como meio de diferenciação em relação a alguma pessoa ou grupo com que se defrontam. É uma identidade que surge por oposição. Ela não se afirma isoladamente.

Neste sentido, a identidade étnica supõe uma autoapreensão de si em situação (OLIVEIRA, 1976, p. 25). Reportando-nos ao caso da Xambá, o núcleo familiar de Mãe Bui foi de fundamental importância para a formação de identificação, como é confirmado por Valéria Gomes Costa

(2009), em sua investigação sobre o fortalecimento dos laços de união entre os membros do terreiro para a construção da nova sede (COSTA, 2009, p.70.). Os laços gerados entre as famílias Silva, Paraíso e Batista, apresentados por Valéria como marcantes para o estabelecimento de relações mais estreitas de amizade, de negociações e de hierarquias, constituíram as bases para o processo atual de identificação desta nação.

O COCO PISADO MARCANDO O RITMO DA IDENTIDADE XAMBÁ

Relacionar a musicalidade ao fenômeno de identificação cultural exige um aparato conceitual a respeito da produção musical, e do critério em que os participantes se inserem. De acordo com Maffioletti (*apud* CUERVO, 2009, p. 89), a musicalidade não passa somente por apreciação estética ou treinamento e repetição, mas sim, é permeada por um conjunto de elementos inter-relacionados, os quais resultarão em uma performance musical expressiva. Esta alegação abre caminho para a interpretação da manifestação musical expressa no Coco da Xambá, dando ênfase a assimilação dos seus membros aos símbolos culturais atrelados nas cantigas.

Consentido como ritmo tipicamente pernambucano, o coco tem suas origens designadas pela afrodescendência, assim transcritas por Adriano Marcena:

Conta-se que eles (afrodescendentes do Quilombo dos Palmares) saíam à procura de cocos (frutos do coqueiro) e ao encontrarem, sentavam-se ao chão para tentar quebrá-los, utilizando uma pedra como apoio e outra para batê-los até que estes se abrissem. Como eram muitos afrodescendentes quebrando o coco e ao mesmo tempo conversando, acredita-se que alguns se levantaram e começaram a dançar (MARCENA, 2011, p. 302).

Esta exibição começou a dar sentido a um estilo sonoro e coreográfico bastante particular. De início, uma coreografia simples, todos iguais, ao som dos primeiros cantos de improvisos – *loas* – misturando a marcação das batidas dos próprios cocos a quebrar nas pedras (MARCENA, 2011, p. 303). Tal espontaneidade foi incorporada a outras tendências culturais contra hegemônicas. Adriano Marcena aponta que existe uma influência direta da Jurema¹³, ou seja, o coco, canto e dança ritualística, estava atre-

13. *O culto da Jurema se enquadra, no esquema geral, em um conjunto de símbolos emprestados do catolicismo popular e traços culturais de origem africana e indígena.*

lado à religiosidade de alguns povos indígenas do litoral¹⁴. Essa observação revela a intensidade do processo no qual o Coco foi se formando e se transformando. Não é a toa que existem diversos arquétipos que dão diferentes denominações ao Coco, como: coco de roda, samba de coco ou coco pisado, coco de tebei, coco de usina, coco de embolada, entre outros¹⁵.

A relevância desta construção artística está na modalidade de “ficção étnica”, descrita por Roberto Cardoso de Oliveira em seu ensaio sobre *Modalidades de Identificação Étnica*. De acordo com o autor, no alto Xingu (...) os diferentes grupos indígenas em interação afirmam suas respectivas identidades por meio de um sistema de referências ou de categorias construído como uma ideologia de relações intertribais (OLIVEIRA, 1976, p. 09). Esta colocação pode ser atribuída ao contexto de identificação musical que deu origem ao coco, já que tal manifestação também tem sua concepção na interconexão entre fronteiras culturais diversas.

Por conseguinte, cabe agora reconhecer o coco como uma atividade artística musical que denota uma passagem histórica vivenciada por diferentes grupos étnicos, mostrando a capacidade que cada grupo teve em caracterizá-lo à sua necessidade. Em seu estudo, Marileide Alves remonta a dificuldade que os pesquisadores encontram sobre a origem do coco:

Alguns (pesquisadores) afirmam que o coco nasceu nos engenhos. Outros dizem que teria nascido espontaneamente dos negros de Palmares. Existe um grupo de folcloristas que acredita que o coco teve origem no canto dos tiradores de coco, e que só depois se transformou em ritmo dançado. Outros acreditam que o coco nasceu nos últimos períodos da escravidão entre os negros quilombolas. (ALVES, 2007, p. 92).

Esta querela de informações dissociadas é rebatida quando se recorre à origem Bantu da manifestação. Os habitantes de Angola – região Congo-Angola –, segundo Marileide, também trouxeram a tradição da dança de umbigada. Ainda assim, a autora revela que fica entre os estados de

Apropriados e de novo relacionados, estes símbolos são utilizados em combinações sempre novas e originais. Arco e flecha, rosário, pretos-velhos e pombas giras convivem, de forma harmônica, no mesmo espaço físico e no imaginário popular. (PINTO, 1995, p. 30-31).

14. A alteridade entre estes povos tendeu para o enriquecimento das demandas culturais em Pernambuco.

15. Ver, MARCENA, Dicionário da Diversidade Cultural Pernambucana, 2011.

Alagoas, Paraíba e Pernambuco o fato do surgimento da manifestação, tendo em vista o seu alastramento, que posteriormente passa a ser realizada por trabalhadores rurais e moradores de pontas-de-rua das cidades, tendo marcado presença ainda nas regiões praieiras (ALVES, 2007, p. 93).

Na Nação Xambá do Portão do Gelo, o coco tem uma forma particular de experimentação. Como folguedo popular típico do ciclo junino, o coco da Xambá tem sua história rodeada de segredos e peculiaridades, transformando seu interesse pelos participantes ainda mais contagioso¹⁶. A versão mais afirmada pelos xambazeiros a respeito da formação do coco é relatada por Marileide (2007, p. 96):

[...] Mãe Biu resolveu fazer uma festa de aniversário em comemoração aos seus 50 anos, no dia 29 de junho de 1964. Por gostar muito da cor verde, Mãe Biu pediu para que as pessoas comparecessem vestidas com roupas nessa tonalidade. Contam os xambazeiros que o bolo foi confeitado nessa cor e os enfeites também eram verdes. Nessa festa havia duas crianças de vestido azul. Uma era Glória, sobrinha da yalorixá e a outra era uma menina que foi à festa, trazida por uma filha de santo de Mãe Biu, conhecida como dona Nininha. Essa menina junto com outra criança, de 12 anos, foi brincar nos sítios pelos arredores do terreiro. Durante a brincadeira foram observar uma cacimba (poço), num dos sítios. Foi quando a menina de vestido azul se inclinou para olhar o que tinha na cacimba e caiu dentro dela. A acompanhante assustada correu para avisar à comunidade. Assim contam os xambazeiros. “ela chegou dizendo que a menina tinha caído no poço”. Houve um alvoroço no terreiro. Alguns entraram em desespero, inclusive dona Luíza que chegou a pensar que tinha sido sua filha Glória, que também trajava vestido azul. Quando a polícia e os bombeiros chegaram a criança já tinha sido retirada do poço sem vida. Com receio da repercussão, Mãe Biu fez uma promessa (ninguém sabe ao certo se a promessa foi para o seu mestre, Major do Dia, para o mestre de dona Marta ou ainda para os mestres da Jurema), pedindo para o fato não repercutir. A atitude da yalorixá refletia o medo, fruto da repressão de que seu terreiro fosse fechado novamente. Mãe Biu prometeu que se nada acontecesse à sua casa ela realizaria uma festa de coco todos os anos, no dia 29 de junho, data do seu aniversário. Como não houve repercussão, no ano seguinte Mãe Biu faz a primeira festa do Coco da

16. Convém aqui apenas relatar a passagem histórica da sua festividade como data marcante para a Nação Xambá, não que os outros acontecimentos sejam inverídicos ou desprezíveis, mas pelo fato do recorte histórico e documental ser proporcional ao tempo de excussão para esta pesquisa.

Xambá. É a partir daí (1965) que os xambazeiros consideram que começou de fato o Coco. Por isso, no dia 29 de junho de 2005 a festa completou, oficialmente, 40 anos de tradição, porque é a partir deste episódio que o Coco passa a ter data fixa.

Esta passagem histórica dá origem ao Coco da Xambá como festejo realizado anualmente na casa. A festa reúne várias pessoas de diversas localidades, não havendo restrições para entrada. É fielmente mantido o horário de início e término (8 horas até às 20 horas), administrado com vigor pelos xambazeiros, que também buscam atenciosamente receber os visitantes e os amigos. Como resultado disso, vê-se o interesse e a ação direta de várias gerações que juntas consolidam uma festa dinâmica e contagiante, trazendo admiração externa e transmitindo sua cultura musical para a juventude.

Analisando o ponto de criatividade musical do Coco da Xambá, principalmente com a criação do grupo Bongar em agosto de 2001 (ALVES, 2007, p.109), percebe-se uma maior interação entre os jovens da localidade. Neste sentido a abordagem ressaltada por Cuervo (2008) sobre o conhecimento da musicalidade abre caminho imediato para ligação entre música e identidade cultural:

Musicalidade é um termo que possui muitos significados na literatura, mas a tendência atual, conforme estudos nas áreas de educação musical, filosofia e psicologia da música, é considerar que o contexto sociocultural é indissociável à sua definição. Também parece estar consolidada a ideia de que a musicalidade é uma característica humana, ou seja, todos possuem a capacidade de construir esse conhecimento, e esta construção é pautada por valores de normas culturais, das quais o sujeito depende (CUERVO, 2008, p. 46).

Ressoando a ideia exposta acima à manifestação de identidade transpassada pelo Coco da Xambá, tem-se então uma configuração de atributos musicais entoando a existência dos sujeitos locais, e vice-versa. Isso reafirma a condição dos indivíduos como seres baseados em redes de símbolos culturais, destacado por Geertz (1989, p.97):

[...] os símbolos são estratégias para englobar situações, então precisamos dar mais atenção a como as pessoas definem as situações e como fazem para chegar a termos com a mesma. Tal pressão não implica a remoção das crenças e valores dos seus contextos psicobiológicos e sociais para o reino do “significado puro”, mas sim dar maior ênfase à análise de tais crenças

e valores em termos de contextos destinados explicitamente a lidar com o material simbólico.

Durante a pesquisa de campo, as observações e entrevista coletadas deram disponibilidade suficiente para exprimir tais condições simbólicas que o Coco da Xambá transmite como identidade cultural. Nessa perspectiva, dialogar com os conceitos sugeridos pelos participantes da Xambá transparece a gama de significados entoados pelos “puxadores¹⁷” de coco durante as apresentações, e o sentido atribuído a esse universo musical. Referindo-se a Xambá como um “celeiro musical”, Iranildo¹⁸ relata que:

A Xambá é um conservatório nato, um conservatório popular. Foi através da Xambá que eu aprendi a tocar o Coco da Xambá, tocar para o Orixá. Na casa da minha avó eu aprendi a tocar pra Jurema, tocar pra essa linhagem de caboclos e mestres. E ai, lá em casa também tinha um coco, que era a Farra dos Mestres, mas ai também no dia 29 de junho, como era tradição do aniversário de Mãe Biu, minha avó me trazia pra cá pra festa do Coco da Xambá.¹⁹ (informação verbal).

Analisando esse relato, percebe-se a influência direta da religião do Portão do Gelo na música e dessa no processo de aprendizagem daqueles que estão presentes nas rodas de coco da Nação Xambá. Na condição citada por Iranildo, sua proximidade com o Coco da Xambá foi através da sua avó, que também era adepta da manifestação e a respeitava pelo culto a entidades da Jurema. Ainda assim, é perceptível a presença do elemento diferenciador de identidade quando o entrevistado realça a importância do conjunto da gênese musical elaborada nas redomas da Xambá, classificando-a de “*conservatório nato e popular*”. Isso revela um quadro de identificação e satisfação cultural avançado, salientando um sentimento próprio de participação ativa na construção ideológica de uma realidade Xambá.

17. Cantador de coco.

18. Músico do grupo Bongar.

19. Entrevista concedida por Iranildo. **Entrevista III** [Junho 2012]. Entrevistador: Ivan Rodrigo Novais. Olinda, 2012. 1 arquivo .avi (12min.).

Ao apontar elementos notáveis de formação histórica do coco, Gledson José²⁰ declara que ele tem um cunho eminentemente particular, aonde ela (Mãe Biu) comemorava junto com seus filhos de santo e fazia um coco²¹. Tal episódio ganha destaque no que confere a apropriação dos espaços coletivos pelos xambazeiros.

Sabendo que a construção da festa é conduzida por todos e todas da comunidade, ela invoca um ingrediente agregador aos seus membros, envolvidos pelo êxtase das lembranças memoráveis da figura de Mãe Biu. Em outro momento da entrevista, Gledson José afirma que os relatos sobre a origem do coco estão cercados de divergências, e por isso, este é um fator bastante comentado entre os xambazeiros²². Surge então um elemento intrigante na pesquisa; como algo que não tem uma definição precisa pode causar proximidade entre os sujeitos? Essa imprecisão é mais um elemento do “jogo dialético”, citado por Roberto Cardoso, que espelha um mecanismo crucial para o entendimento da identidade social (OLIVEIRA, 1976, p. 37).

Contudo, a solidificação da identidade em debate está aqui atrelada à musicalidade. No que tange esse contexto, Luciane Cuervo (2008) afirma que é fundamental conhecer a origem e a cultura na qual a música se insere, para que se possa realizar uma atividade que gere sentido para os indivíduos envolvidos. Mesmo com informações indefinidas a respeito da origem do coco e da festa da Xambá, seus adeptos dão sentido a essa manifestação, que é fundamental para o contexto de identificação. Numa passagem da mesma entrevista, Gleidson José afirma que na Jurema²³ talvez se vivencie mais o cotidiano associado a algumas toadas de fatos [...] que aconteceram”. Neste momento ele distingue o toque do terreiro (para os Orixás) e o toque do coco (para a Jurema); este último como sendo mais aproximado da realidade cotidiana por ter mais flexibilidade para montagem das melodias.

Esta nova conjuntura deu ânimo à juventude local, visando mais as atividades artísticas voltadas para forma de ser Xambá. O Bongar levantou

20. Morador do Quilombo e filho de santo da casa Xambá.

21. Entrevista concedida por Gledson José. **Entrevista II** [Junho 2012]. Entrevistador: Ivan Rodrigo Novais. Olinda, 2012. 1 arquivo .avi (12min.).

22. Entrevista concedida por Gledson José. **Entrevista II** [Julho 2013]. Entrevistador: Ivan Rodrigo Novais. Olinda, 2012. 1 arquivo .amr (34 min.).

23. A Jurema, neste sentido, é a representação do Coco da Xambá, já que boa parte das cantigas faz alusão às personagens “encantados” da Jurema.

a autoestima dos jovens da Xambá, que não acreditavam na possibilidade de se verem nos palcos, relata Marileide (2007, p. 79). Para Gleidson José, é imprescindível colocar em discussão entre a juventude local as mudanças que podem levá-la a novos caminhos. Não obstante, observa-se no discurso de Cleyton José²⁴ (Guitinho) a afirmação dos elementos de identificação próprios do Coco da Xambá, quando ele se refere a poética das loas cantadas, (como) elas falam do cotidiano das pessoas numa relação de amor.

Mencionando o contexto no qual faz a juventude Xambá se despertar para o coco, ele afirma:

O coco, de certa forma abre a possibilidade pra coisas que é atribuído a juventude e boemia. O coco é uma festa, uma manifestação, que traz no seu bojo a libido. Então, a expressividade sexual dentro dele é muito forte. Ele dá possibilidade de você interagir com a bebida e com o fumo. E o espaço dele fica sempre no limiar entre o religioso e o profano, então isso dá as pessoas essa liberdade.

Fechando a analogia sobre identidade, ele ainda considera que as pessoas têm que partir do seu local com o seu local, mostrando também a relevância da autoafirmação no contexto do universo simbólico externo.

UM QUILOMBO DE CONCRETO

O desafio de estar nos arrabaldes da cidade de Olinda (Região Metropolitana de Recife) faz do Portão do Gelo um ambiente incomum, no que confere a lógica da formação de identidades urbanas. Em sua pesquisa, Valeria Gomes denota a estabilização dos primeiros habitantes do espaço que viria a ser o local de fixação da Nação Xambá atualmente:

O terreno, antes baldio, passou a ser não só espaço físico de moradia, mas também cultural, onde as práticas religiosas das pessoas estavam sendo (re) construídas, quando começou a ser erguido o terreiro. [...] Além de espaço construído de moradia de taipa, irregular, cuja a arquitetura não combinava com as novas estruturas urbanas da modernização, o terreiro simbolizava para alguns grupos sociais um lugar sagrado, de desenvolvimento de suas práticas religiosas (COSTA, 2009, p.88).

24. Entrevista concedida por Cleyton José. *Entrevista III* [Julho 2013]. Entrevistador: Ivan Rodrigo Novais. Olinda, 2012. 1 arquivo .amr (73 min.).

Considerando esta passagem, exprime-se a ideia de que os primeiros habitantes da Xambá vieram aos poucos, conduzidos pela fé religiosa num espaço que ali se desenvolvia. Com o processo de consolidação habitacional mais avançado, Valeria Gomes relaciona as transformações simbólicas adotadas por Mãe Biu e seus filhos de santo conforme suas necessidades cotidianas:

Ao estruturar os lugares em torno de seu terreiro, Mãe Biu ia nomeando-os de acordo com suas características físicas ou funcionais, ou seja, atribuindo aos espaços significados que tinham, para seus filhos de santo ou para ela própria, relação com o seu cotidiano, que era ligado ao âmbito religioso e até mesmo festivo-profano (COSTA, 2009, p. 112).

Esta atitude de Mãe Biu dá abertura para discussão sobre a identidade cultural Xambá num cenário aonde há uma interação intensa com diversas possibilidades éticas, na medida em que a nação se estabelece no momento presente, num mesmo local geográfico. Tais possibilidades éticas demonstram o hibridismo cultural que a globalização trouxe com a implantação de novas tecnologias de informação. Com referência ao indivíduo e sua identificação com a estrutura grupal, em meio à pós-modernidade, Stuart Hall (2009, p. 33) implica que o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas.

A questão que envolve o aspecto da globalização e a marcha da mudança para modernidade tardia é um tema relevante no qual o quilombo do Portão do Gelo está relacionado. Nas palavras de Karl Marx, sobre a modernidade:

É o permanente revolucionar da produção, o abalar ininterrupto de todas as condições sociais, a incerteza e o movimento eterno... Todas as relações fixas e congeladas, com seu cortejo de vetustas representações e concepções, são dissolvidas, todas as relações recém-formadas envelhecem antes de poderem ossificar-se. Tudo que é sólido se desmancha no ar. (HALL *apud* MARX; ENGELS, 1973, p. 70)

Anthony Giddens cita, em particular, o ritmo e o alcance da mudança – à medida que áreas diferentes do globo são postas em interconexão uma

com as outras, ondas de transformação social atingem virtualmente toda a superfície da terra – e a natureza das instituições modernas (HALL *apud* GIDDENS, 1990, p.26). Aprofundando mais a questão da fragmentação do indivíduo em relação a sua identidade, Hall trata do conceito de “deslocamento” aplicado por Ernest Laclau (1990):

Uma estrutura deslocada é aquela cujo centro é deslocado, não sendo substituído por outro, mas por uma pluralidade de poder. As sociedades modernas, [...] não tem nenhum centro, nenhum princípio articulador ou organizador único e não se desenvolvem de acordo com o desdobramento de uma única “causa” ou “lei” (HALL *apud* LACLAU, 1990, p. 187).

Contudo, em outro texto, Hall (2003) coloca a situação da proliferação subalterna da diferença, tratando o modelo da ideologia econômica global como proposta única:

Trata-se de um paradoxo da globalização contemporânea o fato de que, culturalmente, as coisas parecem mais ou menos semelhantes entre si (um tipo de americanização da cultura, por exemplo). [...] Entretanto, [...] o eixo vertical do poder cultural, econômico e tecnológico parece estar sempre marcado e compensado por conexões laterais, o que produz uma visão de mundo composta de muitas diferenças “locais”, as quais o “global vertical” é obrigatório a considerar (HALL *apud* HALL, 1997, p. 143).

Finalmente, há uma possível compreensão do que gira entorno da identidade cultural Xambá, refletindo seus elementos de identificação através da música e sua condição de contraste e resistência cultural perante os obstáculos colocados pelo fator “globalização”.

Pensar o transcurso que torna o indivíduo atrelado ao seu grupo, mesmo com rupturas frequentes em sua cultura, é pensar sua identidade. Nas palavras do idealizador do grupo Bongar (Guitinho), quando o outro reconhece a nossa diferença e nós a dele, assim, eu me legítimo e o legítimo enquanto ser existente e capaz de transformar o mundo com suas diferenças (ALVES, 2007, p. 138). Essa mensagem engloba uma conquista que a Nação Xambá adquiriu durante os anos; admite que o espaço de reprodução da sua cultura merece respeito, assim como os demais espaços á fora.

Se reportando ao cenário musical do coco explorado pelo grupo Bongar, Cleyton José menciona a referência que esse grupo obtém em relação à juventude:

(...) Um dos maiores efeitos do Bongar foi ter conseguido o respeito da própria casa, e esse respeito eu sabia que ele poderia vir pelo reconhecimento externo. [...] Partindo desse processo, essa nova geração (que compõe o Bongar) são os ídolos e isso faz com que venha um Gabriel, um Henrique, um Yuri, uma Laura²⁵, todo mundo hoje se iniciando num grupo de música de coco.

Esse relato remonta uma situação inversa que os jovens iniciantes do grupo Bongar tiveram que passar. Eles desfrutaram primeiramente do reconhecimento de outros grupos para, enfim, terem suas aptidões musicais assentidas pelos xambazeiros. Em uma surpreendente afirmação, Iranildo ainda revela a intensidade como esta manifestação estava aflorando na comunidade, quando diz que [...] “o Bongar tinha que acontecer. Se não fosse com a gente, com certeza seria em outra (geração). Mas a gente sabia que era o momento que se tava pedindo um grupo dessa forma”²⁶.

Por conseguinte, evidencia-se a força com que o grupo Bongar conseguiu divulgar a cultura Xambá – além das fronteiras objetivas e subjetivas talhadas pelo avanço da globalização –, dando uma resignificação cultural ao coco de Mãe Biu, acrescentado pelo discurso de Gledson com referência ao Bongar e seu estabelecimento como componente cultural do Portão do Gelo: “Ele retoma, vem junto com essa nova cena cultural que Pernambuco vive que o Brasil em si vive. E Pernambuco por sempre ser um celeiro de vanguarda naquilo que se reporta a tradição, o Coco da Xambá pode se dizer que sim”²⁷.

Com esse pronunciado explícito sobre aquilo que representa o Bongar na atualidade, evidencia-se o destemido alcance que uma cultura local pode proporcionar aos seus adeptos a partir da sua musicalidade. Não é por menos que Iranildo conclui sua entrevista citando que o Bongar surgiu pra mostrar ao mundo que a Xambá continua viva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relatar fragmentos da passagem histórica vivenciada pelos africanos no Brasil, e dialogar com a teoria mais recente no tocando à identidade

25. Crianças da comunidade que formaram um grupo de coco infantil - “Coco do Miudinho”.

26. Entrevista concedida por Iranildo. **Entrevista III** [Junho 2012]. Entrevistador: Ivan Rodrigo Novais. Olinda, 2012. 1 arquivo .avi (12min.)

27. Entrevista concedida por Gledson José. **Entrevista II** [Julho 2013]. Entrevistador: Ivan Rodrigo Novais. Olinda, 2012. 1 arquivo .amr (34 min.).

cultural e musicalidade, foi o principal propósito deste artigo. Conseqüentemente, as relações entre teoria e objeto (Coco da Xambá), estão aptas as mais longas discussões, já que aqui se expôs uma situação nova para estas teorias; tratar da musicalidade como fenômeno de afirmação e identificação cultural, remontando alguns caminhos que podem contribuir à teoria social focada nesse fenômeno. Tal elucidação assegurou as alocações teóricas e as experiências de campo no qual vivenciei, propiciando uma dinâmica mais sofisticada no momento de atribuição dos dados à ordem metodológica estabelecida. Dessa maneira, busquei a certificação dos objetivos da pesquisa, mesmo sabendo que há aberturas para infundáveis argumentações a respeito desta temática. À medida que fui dialogando *Teoria e Campo*, consegui exprimir condições da realidade Xambá na qual esta pesquisa tinha por objetivo.

Penso que a reflexão sobre tais inquietudes deixadas nesta pesquisa é a sua principal conclusão. O diálogo permanente entre o *Tradicional* e o *Moderno* e as transmutações culturais que se tem como resultado dessa interação, ainda é um fato social que requer bastante investigação. No caso da Nação Xambá, o convívio direto com a realidade urbana nos faz cogitar novas especulações sobre sua identidade. Porém, é preciso ser enfático na constatação de que o coco da Xambá, atualmente, proporciona uma imensa gama de expressão particular da sua cultura.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Wlamyra. (2006). *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares.
- ALVES, Marileide. (2007). *Nação Xambá: do terreiro aos palcos*. Olinda: Ed. Do autor.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. (2007). *O Trabalho do Antropólogo*. São Paulo: Editora Unesp. 222p.
- _____. (1976). *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo: Pioneira.
- COSTA, Valéria Gomes. (2009). *É do Dendê! História e memórias urbanas da Nação Xambá no Recife (1950-1992)*. São Paulo: Annablume.
- _____. (2008). *Nação Xambá: um universo de domínio feminino*. Disponível em: <http://pe.anpuh.org/resources/pe/anais/encontro5/06-hist-cultural/Artigo%20de%20Val%20Costa.pdf>
- CUERVO, Luciane. (2008). *Reflexões sobre o conceito de musicalidade*. In: ABEMSUL - Encontro da Associação Brasileira de Ed Musical da Região Sul, Santa Maria. Anais do ABEMSUL.
- DESLANDES, S.; GOMES, R.; MINAYO, M (Org.). (2011). *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. 30ª Ed. Petrópolis: Vozes.

- DUARTE, Abelardo. (1952). **Sobre o Panteão Afro-Brasileiro** in Revista do Instituto Histórico de Alagoas. Maceió: Comissão Estadual da Abolição.
- GEERTZ, Clifford. (1989). **A Religião como Sistema Cultural**. In: A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTC, p. 101-142.
- _____. (1989). **Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura**. In: A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTC.
- GUERRA, Lúcia Helena. (2011). **Os usos da memória num terreiro que virou quilombo**. XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Universidade Federal de Bahia (UFBA). Salvador. Disponível em: http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1305854059_ARQUIVO_artigoCompleto.pdf
- HALL, Stuart. (2011). **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomás Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11ª Ed, 1ª reimp. Rio de Janeiro: DP&A.
- _____. (2003). **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Organização: Liv Sovik; Tradução: Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- IRANILDO. **Entrevista II** [Junho 2012]. Entrevistador: Ivan Rodrigo Novais. Olinda, 2012. 1 arquivo .avi (12min.).
- JOSÉ, C. **Entrevista III** [Julho 2013]. Entrevistador: Ivan Rodrigo Novais. Olinda, 2012. 1 arquivo .amr (73 min.).
- JOSÉ, G. **Entrevista I** [Julho 2013]. Entrevistador: Ivan Rodrigo Novais. Olinda, 2012. 1 arquivo .amr (34 min.).
- MACHADO, Vanda. (2000). **Tradição oral e vida africana e afro-brasileira**. Etnográfica, Vol. IV (2), pp. 333-354.
- MARCENA, Adriano. (2011). **Dicionário da diversidade cultural Pernambuco**. 2ª Ed. rev. E ampl. Recife.
- MOTA, Mário. (1991). **Bê-a-bá de Pernambuco ou apontamos para uma biografia do Estado**. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana.
- MOTTA, Roberto. (1991). **Edjé Balé: Alguns aspectos do Sacrifício no Xangô**. Tese de concurso para professor titular de Antropologia no Departamento de Ciências Sociais do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. Recife.
- O QUILOMBO QUE [EN]CANTA SUA FESTA**. Produção Ivan Rodrigo Novais, 2012. Vídeo HD (12 min.), .AVI.
- PRANDI, Reginaldo. (2000). **De africano a afro-brasileiro: etnia, identidade, religião**. Revista USP, São Paulo, n.46, p. 52-65, junho/agosto.
- RIBEIRO, Darcy. (1995). **O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras.
- ROCHA, José Geraldo. (2010). **Historia da África e cultura afro-brasileira**. Revista Magistro. Programa de Pós-Graduação em Letras e Ciências Humanas – UNIGRANRIO, Vol. 1, Num. 1.
- RODRIGUES, Raymundo Nina. (2002). **Os africanos no Brasil**. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.centroedelstein.org.br>.

ROSA, Laila Cavalcante. (2009). **As juremeiras da nação Xambá (Olinda, PE): músicas, performances, representações de feminino e relações de gênero na jurema sagrada**. Tese submetida ao programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador.

ROSAS, Oséas. (1959). **Dois Palavras Sobre o Candomblé em Alagoas** in *Jornal de Alagoas* de 31 de maio, p.10.

SOUZA, Ana Lúcia. (2005). **De olho na cultura: pontos de vista afro-brasileiros**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares.

“O MUNDO TRAVESTI NÃO É TÃO DIFERENTE”: REFLEXÕES SOBRE DISCURSOS, ACESSO E ATENDIMENTO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE DOS TRAVESTIS EM BALNEÁRIO CAMBORIÚ

Flávio Ramos

Coordenador do Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. E-mail: flauri@univali.br.

Ana Claudia Delfini Capistrano de Oliveira

Professora do Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas da UNIVALI.
E-mail: anaclaudia@univali.br.

Andreia Justen da Silva

Bacharela em Direito pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI.
Email: pmgpp@univali.br

Micheline Ramos de Oliveira

Professora do Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas da UNIVALI.
E-mail: micheantr@hotmail.com.

RESUMO

Alvo de discriminação e violência desmedida, os travestis pertencem a um dos grupos sociais mais discriminados da sociedade brasileira. Em Balneário Camboriú (SC), há uma população fixa em torno de 30 travestis que atuam nas ruas da cidade. A pesquisa, de natureza exploratória, teve como objetivo analisar os discursos institucionais da Associação dos Travestis sobre os travestis e o acesso ao atendimento dos serviços municipais públicos a partir da complexidade dos direitos sexuais no campo da saúde coletiva. Os resultados demonstraram que situações permanentes de violência fazem parte do universo investigado, principalmente, os travestis que se prostituem. As experiências do sofrimento e do adoecer fazem com que os mesmos busquem formas de resistência e de organização para melhor enfrentar os problemas relacionados aos processos de exclusão social. Aqui, o papel da Associação dos Travestis de Balneário Camboriú/SC (ATBC) é fundamental para garantir o acesso a um atendimento adequado a essa população, além de ser o único ponto de apoio para o início de uma reflexão mais profunda das políticas públicas de saúde para este segmento.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas públicas. Diversidade sexual. Homofobia.

ABSTRACT

Target of unmeasured discrimination and violence, the transvestites are one of the most discriminate social groups of the Brazilian society. In Balneário Camboriú (SC) there is a fixed population of around 30 transvestites that actuate in the city streets. This research, of exploratory nature, aimed to analyze the institutional discourses of the Association of Transvestites (Associação dos Travestis) on themselves and their access to the municipality public services, from the complexity of the sexual rights in the collective health field. The results showed that persistent violence condition belongs to the universe which is investigated, mainly to the transvestites who prostitutes. The suffering and sicken experiences conduce them to search for means of resistance and organization to face the problems related to social exclusion. At this point, the role of Association of Transvestites in Balneário Camboriú/SC (ATBC) is fundamental to assurance the access to an appropriate treatment to this population, in addition to support an opening of a deeper reflection about health public politics to this group.

KEYWORDS: Public policies. Sexual Diversity. Homophobia.

RESUMEN

Objeto de la discriminación y la violencia excesiva, travestis pertenecen a uno de los grupos sociales más discriminados de la sociedad brasileña. En Balneário Camboriú (SC) hay una población fija de alrededor de 30 travestis que trabajan en las calles de la ciudad. La investigación, de carácter exploratorio, tuvo como objetivo analizar los discursos institucionales de la Asociación de Travestis acerca de sí mismos y el acceso a los servicios públicos municipales desde la complejidad de los derechos sexuales en el campo de la salud pública. Los resultados mostraron que las situaciones permanentes de violencia son parte de los sujetos estudiados, principalmente aquellos involucrados en la prostitución. Las experiencias de sufrimiento y la enfermedad hacen que ellos busquen formas de resistencia y organización para enfrentar mejor los problemas relacionados con los procesos de exclusión social. Aquí, el papel de la Asociación de Travestis de Balneário Camboriú/SC (ATBC) es crucial para garantizar el acceso a una atención adecuada a esta población, y es el único punto de apoyo para el inicio de una reflexión más profunda de las políticas de salud pública de este segmento.

PALABRAS CLAVE: Políticas públicas. La diversidad sexual. Homofobia.

INTRODUÇÃO

Iniciamos esse debate defendendo a premissa de que as diferentes formas de interpretar o corpo não são consequência de um maior conhecimento científico específico, mas resultante de determinadas epistemologias e da política (LAQUEUR, 2001).

Nesses termos, situamos essa pesquisa no âmbito de políticas públicas de saúde, num exercício crítico de desconstrução e revelação de exclusões, inclusões e hierarquias de gênero. Aqui problematizamos um discurso instituído por uma sistemática que legitima uma política pública de saúde pautada numa práxis que se apoia em “operações de diferença categórica”. Tal discurso, não leva em consideração e desqualifica determinados grupos sociais, como os travestis, representantes de uma categoria que renuncia a uma “verdade” essencial, ao se apoiar nas diferenças-diferenças que confundem, desorganizam e tornam ambíguo o significado e produção de sentido de qualquer oposição binária fixa.

Essa ambiguidade enquadra e aloca os travestis à condição de abjeção (BUTLER, 1993). O ser abjeto aponta para uma existência e materialidade de um corpo ameaçado socialmente, de uma vida frágil e precária, pois é considerado preconceituosamente, menos humano, aberração de uma humanidade pretensamente saudável e perfeita.

Subjugados no papel daqueles que assombam a construção de gênero arraigada num discurso da normatividade, são os abjetos, considerados ameaças à sociedade que desempenham esforços violentos, simbólica ou materialmente, para perpetuar o que se considera natural. Sociedade essa, por vezes, respaldada por um paradigma hegemônico, advindo de uma biomedicina higienizadora, que naturaliza a lógica binária e transforma outras em patologia (FOUCAULT, 1977). Discurso esse que orienta políticas públicas de saúde não legítimas e reprodutoras de estigmas, por essas não aventarem as necessidades de saúde de seus ditos usuários, tais como elas se apresentam.

O programa governamental *Brasil sem Homofobia, Programa de Combate à violência e à Discriminação contra GLBT e da Promoção da Cidadania Homossexual* (BRASIL, 2004) é um exemplo emblemático de uma política pública que deve ser repensada, isso por não reconhecer ou não levar em conta as peculiaridades da própria população em foco. Aqui, pode-se visualizar um discurso violento, que opera densamente sobre essa parcela da população, que desde o Estado não é reconhecida na complexidade de sua identidade de gênero, pois tais políticas, ao qualificarem um grupo, definem indivíduos e renegam a expressão ou apreensão plena de sua individualidade. Aqui a máxima de que a diferença é necessária para que a igualdade seja possível não é levada em conta (SCOTT, 1995).

A própria sigla GLBT e todas as suas variantes são utilizadas equivocadamente de forma atemporal, não atentando para as transformações em curso e para o perigo constante da homogeneização. Esse tipo de

nominação e categorização advindo de uma lógica classificatória exclui imprescindivelmente os travestis que, em desacordo com a *hetero* ou *homonormatização*, vivenciam cotidianamente a alternância de papéis não definidos e a identidade de gênero como algo não fixo, estanque, acabado, mas fluído (STRATHERN, 2006).

Com base no equívoco crasso de identidade de gênero sendo marcada por opção sexual, apenas preocupações constantes relacionadas à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DST/AIDS) envolvem estratégias próprias direcionadas aos travestis (LIONÇO, 2009; BORBA, 2010; PELÚCIO, 2011), intervenção essa ainda arraigada na ideia de grupo de risco, atitude amplamente conhecida como reprodutora de estigma.

Não existe uma preocupação genuína com essa população, que entre outras, ao aderir a diferentes formas de travestilidade, fazem uso, por exemplo, de interferências corporais, como a utilização constante de hormônios femininos, o que de longe é problematizado seriamente por uma política pública de saúde que, desde 2008, por meio do Ministério da Saúde, diz vir desenvolvendo estratégias de atenção à saúde para os transexuais e para as travestis, a partir de suas particularidades, a um atendimento diferenciado (LIONÇO, 2008, 2009).

Tais estratégias de saúde com base na discussão anterior parecem ter fracassado, o que vai contra a defesa de Lionço (2009) de que políticas públicas específicas de saúde devam contemplar a população de grupos sociais que são historicamente discriminados na promoção da equidade e da universalidade do acesso aos bens e aos serviços ofertados pelo Estado. Ou seja, embora o Sistema Único de Saúde (SUS) tenha como pressuposto básico a universalidade do acesso aos serviços públicos, determinados grupos sociais, em função da violação de direitos humanos e exclusão social, poderiam dispor de algum tipo de ações focalizadas.

Nesse ínterim, as políticas públicas de saúde, nesse caso específico, contemplariam não apenas os aspectos de prevenções às doenças sexualmente transmissíveis, mas igualmente às necessidades específicas dos travestis, como a aplicação indiscriminada de silicone, a ingestão de hormônios femininos, a incidência de doenças dermatológicas e os problemas de saúde bucal. As drogas ilícitas são outro fator de preocupação, bem como a depressão psíquica, fruto do cotidiano de pressão que esta população vivencia de forma permanente. Neste ambiente, a violência não apresenta caráter de excepcionalidade, mas algo de rotina, o que torna os travestis ainda mais dependentes de políticas diferenciadas de saúde (ROMANO, 2008; PELÚCIO, 2011).

Desta forma, esse artigo teve como objetivo principal analisar o discurso sobre os travestis e o acesso/atendimento às políticas de saúde pela Associação dos Travestis de Balneário Camboriú, no Estado de Santa Catarina.

TRAVESTIS, IDENTIDADES/PERFORMANCES, DISCURSOS...

Como já mencionado no início do artigo, aqui a utilização da categoria travesti reivindica a desconstrução de uma lógica binária de gênero e consequentemente de uma normatividade hegemônica. Para tanto, adere-se às ideias defendidas por estudos feministas que defendem a premissa de uma diferença que não quer ser assimilada, ou tolerada, consequentemente, sua forma de ação é transgressiva, desconstruindo a noção de gênero como atributo cultural depositado sobre um receptáculo natural, corpo ou sexo (BUTLER, 2003).

A partir dessa leitura, os travestis não buscam a troca de sexo, já que aqui as possibilidades de exploração de seu próprio corpo independem da mudança da genitália (PELÚCIO, 2005; KULICK, 2008; JIMENEZ; ADORNO, 2011), e sim tecem o movimento da apropriação de seu próprio corpo que vai de encontro a uma natureza ou a um padrão cultural fixo.

Diante da afirmativa anterior, vale lembrar que nas classificações tradicionais de gênero e sexualidade dificilmente encontraremos consenso envolvendo as diversas identidades construídas pelos transgêneros. Para Garcia (2009, p. 194), o termo transgênero refere-se “a todas as pessoas que questionam, com sua própria existência, a validade do esquema dicotômico sexo/gênero, sejam elas partidárias ou não da cirurgia de redesignação sexual.” Prova disso é a maneira como a literatura sobre os estudos culturais e de gênero elabora conceitos na tentativa de dimensionar e dar conta desta diversidade e complexidade.

Por exemplo, no campo tradicional das pesquisas sociológicas e históricas sobre gênero, que consolidaram este debate no século XX, há clara distinção entre sexo e gênero que demarca o primeiro ao campo biológico e o segundo ao campo sociocultural, ou seja, o sexo está para a natureza como o gênero está para a cultura. Nessa senda, o gênero é pensado como representação social do masculino e do feminino em uma dada sociedade/cultura, ou ainda, como categoria relacional fundada na organização social da diferença sexual percebida e construída nas relações de poder (SCOTT, 1995).

Desta forma, gênero é uma categoria útil para perceber as formas de classificação que são ordenadoras do mundo social, das identidades do sujeito social, destinatário de políticas públicas. Por esse mesmo motivo, a dicotomia sexo/gênero passou a ser revisitada por teóricas feministas nos últimos anos, das quais vale a pena retomar a já citada filósofa estadunidense Judith Butler.

Em suas obras *Corpos que importam: sobre os limites materiais e discursivos do sexo* (1993) e *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (2003), Butler questiona se o sexo é uma estrutura dada e propõe que se repense a ideia de que o sexo pertence apenas ao mundo biológico e gênero apenas ao mundo da cultura. Para Butler (2003, p. 59),

Gênero é a *estilização* repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser.

Para dar sustentação a esta proposta, Butler lança o conceito de performatividade para afirmar que o gênero também é uma performance. Para ela, a performatividade:

Não é um ato singular, porque sempre é a reiteração de uma norma ou um conjunto de normas que permite que se “oculte ou dissimule as convenções de que é uma repetição”, e esta repetição, por sua vez, é a um só tempo reenenação e nova experiência de um conjunto de significados já estabelecidos socialmente, e também é a forma mundana e ritualizada de sua legitimação (BUTLER, 2003, p. 200).

Ora, o que são as identidades dos travestis senão uma performance que “brinca” com a ordem do gênero imposta socialmente? Ao mesmo tempo em que os travestis repetem e ritualizam o sexo performático também fundam novas experiências e significados que não estão inscritos em lugar nenhum, mas que são reinventados constantemente.

Em nossa pesquisa, as percepções sobre os travestis não os definem ou consideram como homens nem como mulheres, apesar de sua transformação corporal masculina ter como ideal ficar “parecida” como uma mulher, mas não se tornar “de fato” uma mulher. Importante ressaltar que essa transformação os denomina no feminino, “as” travestis, como que a

valorizar a transformação corporal pretendida para criar certa identidade feminina.

Mas não apenas a transformação do corpo reflete a construção desta identidade, e aqui importa lembrar o que já disse LAGO (1999, p. 119) a respeito da identidade como:

Um conceito carregado de polissemia [...], como ficção do imaginário através do qual o sujeito se representa como ‘*eu*’ procurando dar unidade e coerência a esta representação, uma vez que essa “identidade” feminina é também moldada por muitos valores e um certo “comportamento” feminino incorporados na performance de ser uma travesti, ou seja, a identidade feminina é criada e recriada de diversas formas.

Neste sentido, Sonia Maluf (MALUF apud LAGO, 1999, p. 125) já alertava para o fato de que o conceito de identidade fixa não seja o mais adequado, afinal:

Essa pessoa do travesti é um ser em transformação, um vir a ser que reatualiza de forma continuada esse devir [...] essa realidade aparentemente confusional além de aniquilar certas fronteiras, também provoca nossas teorias, nossas ideias do que é o gênero e para onde, para que novos sentidos ele caminha.

“Identidades”, identificações de gênero e performances... o debate conceitual revela as tensões deste campo e certamente contribui para mostrar como ele é necessário, além de revelar o quanto ainda é difícil superar a heteronormatividade na própria formação discursiva da ciência. Afinal, discursos também são práticas, como já ensinava Foucault:

Gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. [...] não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os tornam irreduzíveis à língua e ao ato da fala. É esse ‘mais’ que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (FOUCAULT, 1986, p.56).

Nas palavras de Foucault, os discursos são materialidades que se manifestam nas práticas das instituições¹ e na historicidade do próprio discurso como prática. Assim, o discurso não é apenas linguagem ou texto, mas um conjunto de enunciados que comporta uma gama de procedimentos que tem por função “conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.” Foucault explora a interação entre discurso e prática ao mostrar a relação de causalidade e correlação entre eles, afinal,

Em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que constituem em procedimentos de exclusão. O mais evidente e familiar é a interdição (FOUCAULT, 1996, p. 9).

Feitas essas considerações teóricas, vamos discutir os discursos, e, portanto práticas, de duas lideranças institucionais – Associação dos Travestis e Delegacia da Mulher – sobre os travestis e o seu acesso e atendimento nos serviços públicos do município, a partir da complexidade dos direitos sexuais no campo da saúde coletiva.

TRAVESTIS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE EM BALNEÁRIO CAMBORIÚ

Em Balneário Camboriú, no Estado de Santa Catarina, há uma população fixa em torno de 25 (vinte e cinco) travestis, porém, aos finais de semana, esse número aumenta significativamente, pois travestis de outras cidades da região migram para esse município em busca de oportunidades de trabalho. O “mercado” do sexo na cidade, como referência turística, é crescente e alguns travestis, após dois ou três anos de trabalho, conseguem recursos financeiros suficientes para migrarem para países da Europa, principalmente Espanha e Itália.

A população de travestis em Balneário Camboriú é destaque na mídia regional, pois ocupa uma das principais vias de acesso ao centro da cidade. E não são poucos os ataques sofridos pelos travestis. Moradores

1. Além da História da Loucura, esta análise está presente nas obras O nascimento da clínica, de 1963, Vigiar e Punir: O nascimento da prisão, de 1975, e História da Sexualidade I, de 1976, II de 1984 e III, de 1984, para citar apenas algumas. As datas destas obras referem-se à sua publicação na França.

da região, por sua vez, reclamam do comportamento deles por considerarem “indecentes” as formas como exibem seus corpos (MANCHETE DO VALE, 2011).

Os aspectos relacionados à violência do cotidiano dos travestis estão diretamente ligados à busca por uma identidade de gênero alternativa e à própria violência de gênero, que estabelece padrões de moralidade claramente delimitados pela heteronormatividade. Mais uma vez, discursos são práticas e tais práticas de violência reforçam esse princípio. Alvos de discriminações constantes, não são incomuns agressões físicas e morais, bem como assassinatos quase nunca esclarecidos (MOTT, 2000; MOUTINHO; SAMPAIO, 2005; CARRARA; VIANNA, 2006; KULICK, 2008; GOLDEMBERG, 2009).

Há, atualmente, no município de Balneário Camboriú, três iniciativas para criar organizações que defenda os interesses dos travestis. No entanto, as disputas por “território” são constantes e há grandes rivalidades entre os travestis do município, bem como uma rígida hierarquização entre eles. O sentido de cooperação e união entre os travestis de Balneário Camboriú é bastante tênue e as relações de poder e exploração definem as suas relações.

Foram utilizados questionários semiestruturados para que os pesquisadores pudessem administrar com flexibilidade a condução das entrevistas, alterando as questões de acordo com os rumos nem sempre previsíveis das respostas das entrevistadas e dos entrevistados. Nesse caso, as estratégias de pesquisa não foram rígidas, pois a intenção era compartilhar com os travestis e os outros agentes sociais formas diferentes de olhar e observar o objeto de estudo, abrindo-se o leque de referenciais metodológicos (PECI, 2004). Os depoimentos foram gravados e transcritos para uma melhor análise e interpretação.

Indagada a respeito da violência sofrida pelos travestis, a presidente da Associação dos Travestis e Transexuais de Balneário Camboriú (ATBC), A.P.B., diz que uma das formas de “defesa” é a busca de algum tipo de organização que as proteja da violência comum a que são submetidas. Ou seja, a violência já é dada como um fenômeno que integra as atividades dos travestis.

A Associação coordenada por A.P.B. tem aproximadamente 25 travestis devidamente cadastrados. No entanto, na temporada de verão, o número de travestis chega a um número próximo de 50 pessoas atuando nas ruas do município. De acordo com a entrevistada, até mesmo por questões de segurança, é fundamental que os travestis estejam vinculados à Associação. Para esse vínculo à associação, algumas exigências são feitas:

[...] então ela tem que chegar até mim, ela tem que ter uma certidão de nascimento, ela tem que ter uma RG, eu preciso saber, tem que ter um documento. Através desse documento, eu levo na delegacia, eu quero saber se ela é procurada, se ela é fugitiva, se ela é *de menor*, se ela deve alguma coisa pra justiça. Eu quero saber tudo, se não, não trabalha, se não trazer isso pra mim ela não trabalha, porque a associação tem o apoio da polícia civil e militar, então imediatamente quando ela aciona a polícia, alguma coisa, eles vêm imediatamente (A.P.B.)

Percebe-se que os discursos sobre o “ser travesti” pressupõem a condição de um ser “desviante”, procurado, fugitivo, ser “de menor”, que deve alguma coisa para a justiça, como discutido anteriormente, uma condição de abjeção. E, no papel de presidenta de uma Associação que detém o poder de representar e reivindicar os direitos dos travestis, existe claramente a necessidade do controle institucional, não apenas em exigir os documentos, mas de controlar a própria biografia do travesti, descrita na frase “eu quero saber tudo”, caso contrário, não poderá exercer seu trabalho. O respaldo desse controle institucional está no apoio das polícias civil e militar, como que a dar legitimidade à relação poder-saber da Associação.

O território urbano é bem dividido e organizado pela própria Associação, e isso é considerado pela presidente como a causa de não haver conflitos e brigas entre as travestis e outros profissionais do sexo, o que reforça mais uma vez o discurso de que senão fosse pela Associação, as travestis não seriam capazes e/ou não teriam condições de manter a ordem no território. A convivência com mulheres prostitutas é relativamente pacífica em função dessa distribuição territorial, como fica notório na fala abaixo:

Então, assim, não tem briga nenhuma, nem briga, porque como é tudo muito organizado, então as gurias de programa trabalham geralmente num ponto que é delas [...]. Você vê as meninas trabalhando, agora no verão chega a ter dez, mas travesti é sempre o triplo, tu passa na rua você vê mais travesti do que mulher, é porque a procura é muito grande, é muito grande (A.P.B.).

Questionada sobre a proporção de mulheres que se prostituem nas ruas e os travestis, A.P.B. ressalta que o número de travestis atuando nas ruas é maior. A conceituação do modelo feminino adotado pelos travestis é ponto que merece destaque, pois eles se denominam intimamente femininas, mesmo não havendo a transformação por completo. No entanto, nas próprias palavras da entrevistada, há uma separação clara entre travestis e mulheres, afinal, “você vê mais travesti do que mulher”. Nesta fala, a

heteronormatividade está explícita, pois para A.P.B. existe um padrão de sexualidade que regula as convenções socioculturais a respeito do que se entende como homem ou mulher.

Segundo a entrevistada, os travestis admiram a figura feminina, tanto que buscam a perfeição estética deste gênero: “[...] então assim, na verdade, a travesti, quando ela se transforma o corpo dela fica feminino, então é porque ela se define como uma mulher. Apesar de não ser” (A.P.B). A conclusão de A.P.B., numa leitura mais apressada, poderia reforçar os argumentos heteronormativos, mas aqui seu discurso transcende, já que sua fala parece acenar, além da fluidez da identidade de gênero, para uma consonância com o conceito de performance, uma vez que os travestis encenam e reencenam identidades e papéis femininos num corpo performático.

Seguindo nessa ótica, afirma a entrevistada que nem todos os travestis seguem para o mundo da prostituição e que, apesar do preconceito existente com relação à prostituição, os travestis encaram como sendo um trabalho como outro qualquer, pois no dia a dia fazem as mesmas coisas que as outras pessoas, conforme o trecho abaixo revela:

[...] o mundo travesti não é tão diferente das outras pessoas, o problema é que a gente trabalha por programa, eu conheço travestis que nunca fizeram programa, que sempre estudaram, se formaram, uma é dentista, outra faz curso de enfermagem, trabalha no hospital é enfermeira. Então entendeu? Nem todas vão pro lado da prostituição. A grande maioria né, mas não todas (A.P.B).

Essa narrativa da interlocutora revela o “caráter dramaturgico” e o emprego da “representação” no contato com os pesquisadores como um artifício utilizado no exercício de manipulação (BECKER, 1977) de uma “imagem deteriorada” (GOFFMAN, 1988, 1989). Ou seja, aqui parece haver um controle daquilo que é narrado nos termos da interlocutora dominar parte dos códigos de interpretação dos pesquisadores acerca da interpretação que ela faz de si.

A reflexão acima ganha fôlego, se atentarmos para a existência de uma rígida hierarquização entre travestis e prostitutas, essas últimas associadas a um lado de perdição, de mulher mundana, de um mau caminho que nem todas os travestis trilham. Assim, ao afirmar que “o mundo travesti não é tão diferente”, a entrevistada (também travesti) aciona valores identitários de pessoas socialmente aceitas através do

estudo e das profissões ligadas à saúde. Recusar o rótulo de ser prostituta e afirmar não ser diferente das outras pessoas é um ato de defesa de uma performance discursiva travesti.

Outra forma discursiva se refere ao reconhecimento de ser essa parcela da população pertencente às minorias sociais estigmatizadas. Segundo a presidente, os travestis, pertencem à classe mais desfavorecida, que sofrem mais preconceito, sendo o intuito da associação defender seus direitos. Para isso buscam e efetivamente contam com o apoio do poder público (polícia civil, militar, bombeiros), que em caso de violência, se mobilizam rapidamente, conforme declarado abaixo:

[...] porque assim ó, quando a associação foi fundada já foi feito logo a documentação, registrando em cartório, é feito tudo certinho, então esse já foi levado na delegacia, no batalhão, no fórum tudo, então já sabia. Então [...], a gente pediu né o apoio porque a gente sabe, a gente tem que ter apoio (A.P.B).

O preconceito, no entanto, ainda de acordo com a presidente da associação, foi maior em décadas anteriores, pois atualmente o nível de conscientização por parte da sociedade melhorou significativamente em relação aos travestis. Questionada se os travestis que atuam nas ruas da cidade usufruem de ações focadas e preventivas por parte de organizações de saúde pública (bem como a percepção dos próprios travestis sobre a qualidade desse atendimento) e de como os profissionais da saúde pública lidam com os travestis, A.P.B. ressaltou que:

[...] antigamente não era assim, hoje em dia acho porque também já existem muitas lei né? Então eu já passei por isso várias pessoas para conscientização, os direitos, [...] na secretaria de saúde, principalmente das travestis serem chamadas pelo nome social dela, que é nome de mulher. Chega lá, claro, a pessoa ta vendo, dou a identidade só que tem o nome de homem, ta vendo uma figura feminina, com peito e tudo, corpo tudo transformado, não vai falar, ô Ricardo né? Então geralmente hoje em dia eles já perguntam, você gostaria de ser chamado como? Qual é o seu nome social? A travesti já fala, eles já colocam na ficha que a enfermeira, o médico chama, já chama pelo nome feminino ela levanta. E claro que ele ta vendo na ficha ali, ta o nome social também, o nome masculino. Às vezes eles colocam na ficha o nome masculino e entre parênteses eles colocam “transsex fulano de tal”, ai eles já sabem que ta se tratando de um paciente homossexual que é uma travesti [...]. (A.P.B.).

Se, como afirma Butler, gênero é a estilização repetida do corpo, a frase acima mostra como esta estilização do corpo é simplificada e reduzida no ato jurídico e social da identificação de seu nome numa enfermaria. Nomes e corpos que se contradizem.

A.P.B. ressalta ainda que muitos travestis têm receio de comparecer sozinhos nos postos de saúde ou em hospitais da região e recorrem a ela, em função da experiência adquirida em lidar com agentes de saúde pública. No entanto, mesmo com esse receio dos travestis, a entrevistada afirma que o atendimento nas redes públicas de saúde de Balneário Camboriú é, de maneira geral, conceituado como bom, pois apesar de não haver uma estrutura direcionada a eles, os postos de atendimentos, como no caso de doenças sexualmente transmissíveis, possuem profissionais com habilidade para lidar com este grupo, acolhendo-os como qualquer outro paciente. Esta é a visão de A.P.B:

[...] na verdade tem o CRA ali pra doenças sexualmente transmissíveis que vai lá fazer teste de HIV, teste de tuberculose, pra sífilis, hepatite. Então assim ó, elas são orientadas, ai lá as meninas são maravilhosas, tratam as travestis super bem, vai muito homossexual, lá entendeu, mas também vai bastante hétero tanto feminino quanto masculino né? Fazer exame tal, por que lá tá aberto ao público, não só especificamente pra categoria GLS né, ai tem o COE que a Dra J... atende aqui na avenida dos estados, que é maravilhosa a equipe dela que trabalha lá, as meninas que também atende entendeu? As gurias tão com dor, tão sentindo alguma coisa, elas vão lá na Dra J... entende? (A.P.B).

Por óbvio que este grupo também sofre as mesmas deficiências do serviço público que a sociedade em geral, que é a demora, fila de espera, insuficiência de medicamentos e materiais, entre outros. Por essa razão, muitos acabam procurando também o serviço de saúde particular, por ser mais ágil, e o atendimento direcionado a eles, por serem travestis, da mesma forma é de acordo com suas necessidades, conforme aponta o seu relato:

[...] é porque é aquela coisa, é que saúde pública hoje em dia no Brasil, aquela coisa do Estado, você chega lá, até você conseguir uma vaga, tem passa um mês na fila né, às vezes até dois meses esperando, já tem um monte de gente na tua frente, então a saúde pública geralmente é né, muito precária, seja bem sincero. Eu mesmo quando vou, não to me sentindo bem, to sentindo

alguma dor, alguma coisa, pego meu dinheiro, vou *no* médico particular já pago, sou atendida entendeu? [...] (A.P.B).

Outro ponto que merece destaque é o apoio militar e civil de Balneário Camboriu relatado por A.P.B. Segundo a presidente da associação, há este apoio somente pelo fato de existir uma associação que reivindica os direitos dos travestis e reafirma sua importância social e jurídica. Sinala-se que este apoio não gera reflexos somente com relação à segurança dos travestis, mas também com relação à população, afinal:

[..] a última vez que eu tive falando foi com major J. agora no batalhão que acho foi trocado, porque antes era o.... eu tive lá, ai depois trocou era o major J., eu fui lá fala com ele. Às vezes eu to no fórum falando com o promotor R., entendeu? Quem me chamou foi o promotor R. e também na delegacia, tem na polícia civil as vezes entra em contato comigo, às vezes quando quer de novo todas as associadas pra olha, entendeu? Verificar tem tudo isso, a Dra F., a delegada F. aqui da polícia, eu conheço todo mundo, todo mundo então entra em contato comigo. [...] Deixa eu te explicar uma coisa, as coisas só fica bem organizado, como eu estou falando agora, numa cidade a partir do momento que realmente tem uma associação, e uma pessoa que briga pelos direitos, e briga por tudo, entendeu? Por que se não tiver, fica tudo como está. Fica jogado as cobras, entendeu? A partir do momento que tem uma pessoa líder que vai atrás de tudo e vê os direitos, e que normalmente vai atrás de tudo e vê os direitos e que realmente vai atrás, tudo acontece. Se não tiver, fica isso por isso mesmo entendeu? [...]

Sobre esta questão, foi indagado à Delegada da Delegacia da Mulher de Florianópolis (A.) se também havia este apoio aos travestis na capital ou em outras localidades de seu conhecimento. A delegada afirmou que, em geral, os travestis são tratados em conformidade com os demais cidadãos, ou seja, havendo uma ocorrência, um chamado, eles serão prontamente atendidos.

Segunda a delegada, não há uma padronização no atendimento policial para os travestis, no entanto, há a orientação aos profissionais de que este grupo deve ser tratado de acordo com suas especificidades, ou seja, se caso o travesti se recuse a ser atendido por um policial homem, ele deve ser atendido por uma policial mulher, por se denominar intimamente como mulher e ter as características desta, destacando, entretanto, que não é de ordem geral no país este atendimento. Fica notório que apesar das

conquistas da igualdade jurídica, ainda é necessário reafirmar atendimentos diferenciados a esta população.

A delegada ainda esclarece que tem conhecimento de que o único Estado do Brasil que tem materializado uma padronização de atendimento a grupos vulneráveis é o de Minas Gerais. Referido material, disponibilizado por ela, dá diretrizes aos policiais de atendimento aos grupos vulneráveis, incluindo os travestis. A base de orientação deste material, denominado “Atuação Policial Frente a Grupos Vulneráveis”, é fundado no princípio da dignidade da pessoa humana, onde todos merecem o tratamento adequado com suas condições de ser humano.

Neste material consta ainda a informação de que os travestis sofrem barreiras no setor de saúde pública com relação à denominação, pois têm registrado um nome masculino e na realidade têm uma figura feminina, gerando certo preconceito e situações vexatórias ao serem chamados pelos nomes de registro (masculino), pois nem todos os postos de atendimento tem o cuidado com este grupo.

O diretor de um dos mais importantes planos de saúde da região reforça tal percepção, pois afirma que, embora conte com “bom senso” dos médicos e agentes de saúde, sem que a organização tenha um padrão para atendimentos de grupos sociais diferenciados. Para ele:

Aceitamos qualquer pessoa e não há qualquer tipo de discriminação. A única orientação é que em caso de “grupos de risco”, cuidados devem ser tomados. Entre os médicos, prevalece a ética e não há espaço para “piadinhas” ou outros comentários. Mas não há padrões ou mesmo uma política da organização para lidar com tais grupos de pessoas. Médicos e enfermeiros ainda não dispõem de orientações específicas, embora tenhamos consciência da importância de tais procedimentos.

Outro episódio relatado pela delegada, baseado em fatos ocorridos na delegacia de sua competência, é de um jovem travesti que procurou o atendimento da Delegacia da Mulher para aplicação da Lei Maria da Penha. Depois de apurados os fatos, concluiu-se pela aplicação dessa lei em favor do travesti, o que foi acatado pelo juiz competente da ação, também da Capital.

Dessa forma, baseado nos relatos da presidente da Associação dos Travestis de Balneário Camboriú e da delegada da Mulher de Florianópolis, pode-se concluir que, em que pese a existência de um aspecto positivo quanto ao apoio policial e quanto ao atendimento de saúde pública de

Balneário Camboriú, o mesmo não ocorre em outras localidades. As condições de acesso e atendimento aos serviços públicos na cidade de Balneário Camboriú parecem ser adequadas no princípio da igualdade jurídica, apesar dos constantes relatos de violência. Quanto aos discursos sobre os travestis, reafirmam a pluralidade deste mundo e certa necessidade de equidade, não negando a diferença em relação às pessoas não-travestis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou analisar a percepção da Associação dos Travestis de Balneário Camboriú/SC (ATBC) sobre as políticas públicas de saúde dos travestis, bem como as condições de acesso e atendimento aos serviços públicos na cidade de Balneário Camboriú (SC).

Em princípio, na letra da lei, este acesso e atendimento nos pareceram primar pela igualdade conforme reza o art. 5º da CRFB/88 quando diz que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros [...] a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”, em especial, a garantia da inviolabilidade de sua “intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.” Da mesma forma, o art. 3º também garante a construção de uma sociedade livre, justa e solidária que tem por objetivo “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

Ora, conforme os discursos antes assinalados, nós ainda estamos muito distantes de uma práxis que dê conta da equidade, entendendo que as garantias constitucionais acima esboçadas apresentam traços e relações de gênero muito evidentes quando vivenciadas na prática social, isto é, a vida em sociedade revela que mesmo as garantias jurídicas são atravessadas pelos efeitos das relações de gênero. Como prova disso, está a dificuldade de registrar o nome da travesti em um estabelecimento de saúde pública. Homem? Mulher? Travesti tem nome ou apelido?

Nos depoimentos transcritos, enfatizaram-se os cuidados e as preocupações com figuras femininas que detêm um nome de registro masculino, tanto na abordagem policial quanto nos atendimentos públicos, o que gera desconforto para quem está abordando/atendendo e para quem está sendo abordado/atendido, além, evidentemente, do preconceito inerente que envolve identidades de gênero que vão de encontro à heteronormatividade e ao binarismo.

As situações permanentes de violência fazem parte desse universo atingindo, principalmente, os travestis que se prostituem. As experiências do sofrimento e da doença fazem com que busquem formas de resistência e de organização para melhor enfrentar os problemas relacionados aos processos de exclusão social. No caso em questão, o papel da Associação dos Travestis de Balneário Camboriú é fundamental na garantia, no acesso e no atendimento adequado a esta população, além de ser o único ponto de apoio para o início de uma reflexão mais profunda das políticas públicas de saúde para este segmento. Todavia, os avanços são lentos e a superação do preconceito, notadamente no acesso à saúde, precisa de efetiva compreensão da sociedade e das instituições públicas.

REFERÊNCIAS

- BECKER, Howard S. (1977). *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BORBA, Rodrigo. (2010). Intertextualidade: a construção de identidades na prevenção de DST/AIDS entre travestis. *Trabalhos em linguística aplicada*. Campinas/SP, v. 49, n. 1, jan./jun.
- BRASIL. (2004). *Conselho Nacional de Combate à Discriminação*. Brasil sem Homofobia, Programa de Combate à violência e à Discriminação contra GLBT e a Promoção da Cidadania Homossexual. Brasília/DF: Ministério da Saúde.
- BUTLER, Judith. (1999). *Corpos que importam: sobre os limites materiais e discursivos do sexo*. New York: Routledge.
- _____. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana R.B. (2006). “Tá lá o corpo estendido no chão...”: a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro. *Physis*, v. 16, p. 233-249.
- FOUCAULT, Michel. (1977). *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- _____. (1986). *Arqueologia do saber*. São Paulo: Loyola.
- _____. (1996). *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola.
- GARCIA, Marcos R.V. (2009). Alguns aspectos da construção do gênero entre travestis de baixa renda. *Psicologia USP*. v. 20, n.4. São Paulo, out./dez..
- GOFFMAN, Erving. (1988). *Estigma*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- _____. (1989). *Representações do Eu na Vida Cotidiana*. Petrópolis: Vozes.
- GOLDEMBERG, Miriam. (2009). O gênero das travestis: corpo e sexualidade na cultura brasileira. *História, Ciência, Saúde*. Rio de Janeiro, v. 16, n.4, p. 1115-1119, out./dez.
- JIMENEZ, Luciene; ADORNO, Rubens C. F. (2011). *O sexo sem lei, o poder sem rei: sexualidade, gênero e identidade no cotidiano travesti*. Cadernos Pagu, p. 343-367.

- KULICK, Dom. (2008). **Travesti: prostituição, gênero e cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- LAGO, Maria Coelho de Souza. (1999). Identidade: a fragmentação do conceito. In: SILVA, Alcione Leite da, LAGO, Maria Coelho de Souza e RAMOS, Tania Regina Oliveira. **Falas de Gênero**. Florianópolis: Ed. Mulheres.
- LAQUEUR, Thomas W. (2001). **Inventando o sexo: corpo e gênero, dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- LIONÇO, Tatiana. (2008). Que direito à saúde para a população GLBT? Considerando direitos humanos, sexuais e reprodutivos em busca da integralidade e da equidade. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 17, n. 2, p. 11-21.
- _____. (2009). Atenção integral à saúde e diversidade sexual no processo transexualizador do SUS: avanços, impasses e desafios. **Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, n.19, p. 43-63.
- MALUF, Sonia. (1999). In: SILVA, Alcione Leite da, LAGO, Maria Coelho de Souza e RAMOS, Tania Regina Oliveira. **Falas de Gênero**. Florianópolis. Ed. Mulheres.
- MANCHETE DO VALE. (2011). **Homossexualidade e prostituição: um fenômeno social**. 18.11.2011, ano 2, n. 69, p. 14.
- MOTT, Luis. (2000). **Violação dos direitos humanos e assassinato de homossexuais no Brasil**. Salvador: GGB.
- MOUTINHO, Laura; SAMPAIO, Camila, A. M. (2005). Sexualidade, violência e justiça: mapeamento, localização e diagnóstico das pesquisas sobre violência sexual e de gênero no Brasil. In: MOUTINHO, L.; CARRARA, S.; AGUIÃO, S. (Orgs.). **Sexualidade e comportamento sexual no Brasil: dados e pesquisas**. Rio de Janeiro: UFRJ/CEPESC, p. 11-37.
- PECI, Alketa. (2004). Além da dicotomia objetividade-subjetividade: a nova teoria institucional em estudos organizacionais: uma abordagem crítica. In: VIEIRA, Marcelo M. Falcão. In: VIEIRA, Marcelo M. Falcão e ZOUAIN, D. Moraes. **Pesquisa Qualitativa em administração**. Rio de Janeiro: Editora FGV. p. 71- 96.
- PELÚCIO, Larissa. (2005). Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre a prostituição travesti. **Cadernos Pagu**. Campinas/ SP, n. 25, jul./dez..
- _____. (2011). Marcadores sociais da diferença nas experiências travestis de enfrentamento à AIDS. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 20, n.1, p. 76-85.
- ROMANO, Valéria F. (2008). As travestis no programa Saúde da família da Lapa. **Saúde e Sociedade**, v. 17, n. 2. São Paulo, abr./jun.
- SCOTT, Joan. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n 2, jul./dez.
- STRATHERN, Marilyn. (2006). **O gênero da Dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia**. Campinas: Editora Unicamp.

RESENHA CRÍTICA

DINIZ, D. (Org.); LIONÇO, T.; CARRIÃO, V. (2010).
Laicidade e Ensino Religioso no Brasil. Brasília:
UNESCO: Letras Livres: Ed. UnB. 112 p.

Vitor Hugo Rinaldini Guidotti

Mestrando em Sociologia e professor da Faculdade de Amambai (UNIESP-FIAMA).
E-mail: vitor_guidotti@live.com.

Refletindo sobre a liberdade de pensamento e crença no Brasil e problematizando as normas vigentes a respeito da educação pública, os debates que circundam a laicidade e a disciplina de Ensino Religioso se apresentam de modo pertinente. Nesse sentido, a obra de Débora Diniz (antropóloga e doutora em antropologia), Tatiana Lionço (psicóloga e doutora em psicologia) e Vanessa Carrião (assistente social), pesquisadoras do Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero (Anis), oferece-nos contribuições à pauta, sobretudo no que se refere à forma de proposição do Ensino Religioso e suas consequências para com o respeito – ou desrespeito – à alteridade.

A obra, composta por quatro capítulos, apresenta discussões teóricas sobre a legislação educacional e o Ensino Religioso, contribuindo ainda com análises empíricas acerca de como tal disciplina é ministrada a partir da arquitetura de seu conteúdo. Os estudos realizados pelas autoras nos permitem conhecer o que se pretende por meio das diretrizes educacionais e o que ocorre nas escolas, que deveriam ser laicas, demonstrando como a religião influencia os atores envolvidos no ensino dirigido pelo Estado.

O primeiro capítulo, intitulado “Educação e Laicidade” de autoria de Débora Diniz e Tatiana Lionço, nos mostra como estão os debates quanto à laicidade do Estado em vários países, demonstrando que alguns podem ser considerados laicos em relação a outros, como a França e a Turquia; já no caso do México, através de reformas constitucionais, pretende ainda firmar esse caráter. Quanto ao Brasil, tendo como base os dispositivos legais (constituição e leis), pode ser considerado laico, o que também remete à educação pública. Todavia, os debates sobre a presença do Ensino Religioso nas escolas públicas proporcionam tensão entre aqueles que aprovam e outros que rejeitam essa disciplina como obrigatória na rede escolar.

Nesse mesmo capítulo, Diniz e Lionço, a partir da problemática sobre a presença do Ensino Religioso nas escolas públicas, retratam como a questão é discutida em vários países, enfocando o caso brasileiro. As autoras levam em consideração que essa disciplina pode ser oferecida de forma confessional e interconfessional, sem qualquer fiscalização ou conteúdo definidos pelo Estado e que há casos de seleção docente em que instituições religiosas selecionam os professores.

Nesse sentido, os questionamentos de como se configura a oferta da disciplina de Ensino Religioso na rede pública de ensino pode nos trazer melhores compreensões ao tema abordado na obra. Não seria o Estado contraditório ao estabelecer dispositivos legais que firmam a laicidade sem apresentar demais diretrizes para o oferecimento do Ensino Religioso? Da forma como está implementada, as religiões majoritárias, por meio de seu poder político e por historicamente estarem estruturadas no Brasil, detêm considerável controle sobre essa disciplina, o que notoriamente viola os dispositivos laicos do país. Ao fim do capítulo, as autoras discutem sobre possibilidades e dificuldades de estudo sobre o tema.

No capítulo seguinte, denominado “Ensino Religioso nas Escolas Públicas”, Débora Diniz e Vanessa Carrião, partindo da premissa que o modelo de laicidade instituída no Brasil se consubstancia com o conceito de pluriconfessionalidade, diferenciando-se de neutralidade confessional por admitir variadas manifestações religiosas no âmbito público, apresentam um panorama de como a questão da educação laica “se atualiza nas diversas tentativas de regulamentação do ensino religioso em cada Estado brasileiro” (2010, p. 38). Para isso, as autoras apresentam um resumo das trajetórias históricas do Ensino Religioso no Brasil, oferecendo interessantes informações sobre a transformação da legislação brasileira tangente ao tema, incluindo ainda peculiaridades que ocorreram em alguns Estados¹. Chama-nos a atenção o caso do Rio de Janeiro, onde a legislação vigente esteve em discussão no Supremo Tribunal Federal, diante de violações claras à laicidade, sobretudo quanto ao concurso público para provimento de vagas de professores, onde os candidatos deveriam apresentar um:

1. Podemos indicar a obra de Luiz Antônio Cunha, intitulada “Educação e Religiões: a descolonização religiosa da Escola Pública” (Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013), como uma interessante pesquisa que contribui para a compreensão da história da educação, suas normas e leis na perspectiva do Ensino Religioso e do predominante domínio das religiões de matriz cristã no Brasil, do período jesuítico até a contemporaneidade.

[...] atestado, emitido por liderança religiosa, de que realmente pertencia ao credo declarado, o que para a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) “representaria uma ameaça à laicidade do Estado brasileiro” (2010, p. 43).

Ainda no segundo capítulo, Diniz e Carrião debatem sobre as leis e normas estaduais que regulamentam a disciplina tratada na obra, apresentando considerações no que diz respeito aos termos utilizados e acerca de como as unidades federativas estabeleceram estratégias para o seu oferecimento. Esse estudo resultou num mapeamento das modalidades de Ensino Religioso oferecidas em todo o Brasil, no qual as conclusões das pesquisadoras mostram que “há uma diversidade de interpretações do artigo 33 da LDB” (2010, p. 53) e que tais interpretações postas em prática podem ser “consideradas desafiadoras para a garantia da laicidade” (2010, p. 54), mostrando que um dos desafios daqueles comprometidos com a educação escolar laica é justamente angariar esforços no sentido de promover uma educação que não seja proselitista, à luz do respeito à diversidade religiosa.

No terceiro capítulo, intitulado “Diversidade Cultural nos Livros de Ensino Religioso”, Diniz e Lionço, partindo de um recorte metodológico, apresentam os resultados da análise dos conteúdos dos livros disponibilizados pelo governo federal e, utilizados nas escolas públicas, os quais se configuram como guias para os professores da disciplina. Os frutos do estudo demonstram como o pensamento religioso dogmático, conservador e alheio ao respeito à alteridade está presente nos materiais escolares, concomitantemente apresentando a violação da laicidade da educação.

De início, o mais óbvio é verificado: as religiões cristãs são mais presentes nos livros analisados (65%), sendo as crenças indígenas as menos representadas (2%). São percebidos também discursos contrários ao respeito à homossexualidade, a valorização do conhecimento religioso e teológico em detrimento do científico, a desvalorização de religiões de origem não cristã, a dificuldade narrativa em descrever determinados grupos étnicos, a intensa rejeição e retórica que contribuem para a estigmatização dos “sem religião” e a objetificação de minorias vulneráveis, como os deficientes físicos, para a demonstração da “bondade religiosa”. As autoras, então, concluem o capítulo apresentando as consequências discriminatórias da utilização dos livros didáticos e apontam possíveis horizontes a fim de resgatar a essência cidadã que a escola pública deve preconizar.

O último capítulo da obra, denominado “Justiça Religiosa: O Principal Desafio do Ensino Religioso”, escrito por Diniz e Lionço, consiste

nas considerações finais diante das pesquisas apresentadas nos capítulos anteriores. É discutida a atualidade do oferecimento do Ensino Religioso nas escolas públicas, diante da omissão fiscalizatória do Estado e, as possibilidades de pensar a pluralidade religiosa como parte da sociedade, sem que seja transgredida a laicidade e a defesa do caráter laico como possibilidade de “igualdade de direitos, de representação, de crença e liberdade individuais” (2010, p. 103). As autoras encerram o capítulo nos apresentando maneiras de se pensar como lidar com a obrigatoriedade do Ensino Religioso, de tal forma que as violações constitucionais bem como as discriminações, ocorrentes no Brasil, deixem de ser visualizadas nos ambientes escolares públicos.

A contribuição feita por Débora Diniz, Tatiana Lionço e Vanessa Carrião coopera para a compreensão e debate tanto da presença religiosa nas escolas públicas como do oferecimento da disciplina de Ensino Religioso. A obra, de leitura agradável, nos instiga a pensar uma realidade da educação que há muito vinha sendo desconsiderada e que, como comprovado no texto das autoras, nos traz preocupações dignas de investigação. Aos educadores, legisladores e aos compromissados com a laicidade do Estado e da escola pública, recomendados a leitura da obra.

cadernos de ESTUDOS SOCIAIS

A revista *Cadernos de Estudos Sociais* é uma publicação semestral da Fundação Joaquim Nabuco. A proposta é de alternar edições de temas livres e dossiês temáticos, que serão definidos na medida em que surjam demandas consistentes no meio acadêmico, acolhendo textos escritos em português, inglês e espanhol, acompanhados de resumo, abstract e resumen, seguidos de três a cinco palavras-chave, keywords e palabras clave. A publicação será feita na língua original da submissão, podendo ser traduzido para o português caso o autor se responsabilize pela tradução.

O objetivo é divulgar artigos originais na área de ciências sociais, nos campos da educação, sociologia, ciência política, antropologia, economia, demografia, estatística e correlatos. A CES é uma revista aberta à colaboração de pesquisadores de universidades e instituições de pesquisa do Brasil e do exterior. Sua linha editorial busca dar espaço para o debate de temas atuais da sociedade, seja através de discussões teórico-metodológicas, seja de resultados de pesquisas fundamentados teórica e metodologicamente, resenhas e notas de pesquisa. São bem recebidos trabalhos que tragam estudos comparativos entre o Brasil e outros países, em um diálogo inter e multidisciplinar entre os campos de conhecimento das ciências sociais. Por isso, a CES não é uma revista de caráter institucional, mas focada no debate social e cultural internacionalizado.

A edição poderá ser especial temática na íntegra ou compor um dossiê de uma edição regular. A revista tem versão em PDF (em processo de editoração) e impressa. Cada autor terá direito a 5 edições impressas, cujo recebimento depende do correto preenchimento do cadastro no momento da submissão do artigo.

O texto deve ser original. Em caso de trabalhos que tenham sido apresentados em congresso, mas cuja relevância justifique a publicação, deve-se indicar o evento em que houve a apresentação.

O trabalho não pode estar sendo avaliado para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em “Comentários ao editor”.

O texto deve ter entre 15 e 25 laudas e o arquivo da submissão deve estar em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF.

Somente são aceitos trabalhos através de submissões *on line*.

Somente serão aceitos artigos que atendam a todos os requisitos destas normas. A responsabilidade por revisão ortográfica e estilística, referenciamento e formatação do texto original de acordo com estas normas é de inteira responsabilidade do autor.

Normas para publicação na Revista Caderno de Estudos Sociais

As normas seguem o padrão da ABNT 6022 e 6023. Os detalhes podem ser observados no site da revista – <http://periodicos.fundaj.gov.br/index.php/CAD>. A não observância das normas para publicação pelos autores pode resultar na recusa do artigo sem avaliação do trabalho, podendo o autor reapresentá-lo após a sua adequação.

A responsabilidade pela revisão inicial, referenciamento e formatação do texto original de acordo com estas normas é de inteira responsabilidade dos autores. A inobservância das regras de português que redundem na ineligibilidade do conteúdo do trabalho consiste num dos critérios de recusa para publicação.

Os artigos são submetidos a pareceristas *ad hoc*, após prévia avaliação da Equipe Editorial. Os artigos podem ser aceitos, recusados ou aceitos após alterações, que serão sugeridas pelos pareceristas ao autor. Os nomes dos pareceristas e dos autores são mantidos em sigilo durante todo o processo. A qualidade da redação do trabalho pode ser motivo para recusa do texto sem avaliação do seu conteúdo. O trabalho será avaliado considerando-se os seguintes critérios:

- a) Relevância do objeto;
- b) Pertinência e consistência teórico-metodológica;
- c) Qualidade da redação;
- d) Clareza da argumentação;
- e) Contribuição aos estudos na área de ciências sociais.

Para garantir a integridade da avaliação cega por pares para submissões à revista, devem-se tomar algumas providências para que a autoria e a avaliação do texto não sejam reveladas. Para isso, autores, editores e avaliadores devem adotar as seguintes medidas:

1. Os autores do documento devem excluir do texto seus nomes, substituindo-os por “Autor” e o ano de publicação, em referências e ao longo de todo o trabalho, em vez de nomes de autores, título do artigo

etc., que devem ser incluídos na área pertinente no item de submissões *on line*;

2. Em documentos do Microsoft Office, a identificação do autor deve ser removida das propriedades do documento (no menu Arquivo > Propriedades), iniciando em Arquivo, no menu principal, e clicando na sequência: Arquivo > Salvar como... > Ferramentas (ou Opções no Mac) > Opções de segurança... > Remover informações pessoais do arquivo ao salvar > OK > Salvar;

3. Em PDF, os nomes dos autores também devem ser removidos das Propriedades do Documento, em Arquivo no menu principal do Adobe Acrobat. Para submissões originárias, a revista prefere os formatos “doc” ou “rtf”.

O texto deve ser original. Em caso de trabalhos que tenham sido apresentados em congresso, mas cuja relevância justifique a publicação, deve-se indicar o evento em que houve a apresentação.

O trabalho não pode estar sendo avaliado para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em “Comentários ao editor”.

O texto deve ter entre 15 e 25 laudas e o arquivo da submissão deve estar em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTE. Somente são aceitos trabalhos através de submissões *on line*.

